

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas

WALTER CARLOS AUAD SOTOMAYOR

CONSTRUÇÃO NACIONAL E IMAGINARIOS DESENCONTRADOS:
As perdas territoriais bolivianas

Brasília
Fevereiro 2015

**CONSTRUÇÃO NACIONAL E IMAGINARIOS DESENCONTRADOS:
As perdas territoriais bolivianas**

Walter Carlos Auad Sotomayor

Banca examinadora

Jaime de Almeida (PPG-HIS-UnB – Orientador e presidente da Banca)

Mariza Veloso (SOL/UnB – avaliador externo)

Jacques de Novion (CEPPAC/UnB – avaliador interno)

Camilo Negri (CEPPAC-UnB – Suplente)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA
PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS SOCIAIS NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS.

Orientador: Prof. Jaime de Almeida

Linha de Pesquisa: História, Teoria e Pensamento Social e Político nas
Américas

Agradecimentos

Agradeço à minha mulher, Isabel, pela paciência e pelo apoio, e a meus filhos Yana e Pablo. A eles dedico meu trabalho. Eles me incentivaram a voltar à Universidade de Brasília e aceitar o desafio desta travessia intelectual. A meu irmão, Jorge Sotomayor, sempre disposto a contribuir com aportes bibliográficos. Desejo expressar minha especial gratidão à professora Mariza Veloso pelo incentivo e pela disponibilidade para ler meus textos, sugerir caminhos e dialogar sobre os temas da minha dissertação.

Ao meu orientador, professor Jaime Almeida, que me ajudou a estruturar este trabalho questionando afirmações e exigindo a necessária consistência. Ele me estimulou também a pensar a história boliviana a partir de uma perspectiva do ensino, proporcionando-me a oportunidade de sentir o ambiente acadêmico a partir da experiência em salas de aula na Universidade de Brasília.

Aos professores Benício Schmidt pela amizade e permanente disponibilidade para leituras, conversas e aportes bibliográficos; Jacques de Novion, pela visão mais ampla e crítica da historiografia americana que me proporcionou; Camilo Negri, pela maneira afável com que sempre recebeu as minhas dúvidas e pela disponibilidade para conversar sobre os diferentes aspectos metodológicos envolvidos em um trabalho; Leonardo Cavalcanti, que trouxe para as salas de aula a problemática da imigração e dos problemas envolvidos com a identidade das populações envolvidas, temas que desafiam as ciências sociais; Christian Silva, pela oportunidade que me proporcionou de participar no I Colóquio do LAEPI e ao mesmo tempo refletir sobre as questões da identidade e etnicidade; e Moisés Balestro, pela amizade e paciência para levar a nossa turma pelos difíceis caminhos da teoria da ciência política.

Meu agradecimento especial às professoras Simone Rodrigues, Rebecca Igreja e Lilian Tavoraro por terem propiciado um novo contato com as ciências sociais, principalmente pelos estudos sobre etnicidade comparada.

Com gratidão, registro que recebi recursos do governo brasileiro para o desenvolvimento deste trabalho. Durante dois anos fui bolsista de mestrado da CAPES.

Desejo também agradecer especialmente aos meus familiares e amigos na Bolívia que contribuíram decisivamente com o envio de livros indispensáveis para este percurso, em especial, a Teresa Auad, Paula Siles Joffré, Fanny Mondaca, Diego Mondaca, e Pablo Céspedes. Devo um especial agradecimento a meus amigos bolivianos que me incentivaram com ideias e livros: Alfonso Bilbao, Roberto Laserna, Luiz H. Antezana J., e Roberto Rosa Rellini.

Quero registrar meus agradecimentos à senhora Jacinta Fontenele Cavalcante, Secretária do Ceppac, pela permanente disponibilidade e competência profissional.

Conteúdo

Agradecimentos.....	I
Conteúdo.....	III
Resumo.....	IV
Abstract.....	V
Resumen.....	VI
Introdução	VII
Primeira Parte	
1. A formação do Estado-Nação.....	1
2. A conquista.....	8
3. A resistência e rebeliões.....	16
4. A exclusão legal.....	23
5. Os massacres.....	29
6. A guerra das raças	32
7. O debate sobre a Nação	36
8. As elites	42
Segunda Parte	
1. A questão do território e do imaginário	49
2. Os Andes	51
3. O imaginário andino	56
4. Independência e diplomacia	61
5. As perdas territoriais	66
6. Aramayo e o Acre	68
7. Santa Cruz de la Sierra	73
8 A polonização	82
Conclusões	85
Bibliografia	88

Resumo

Esta dissertação tenta confrontar a historiografia boliviana com as representações de grupos sociais como um caminho possível em busca de explicações para as sucessivas perdas territoriais. O estudo identifica a conquista espanhola do império dos incas como o início da divisão profunda na sociedade entre europeus e originários que teve reflexo na divisão territorial. Essa separação que persistiu após a independência do império colonial teve como características o trabalho não remunerado e a instituição do voto censitário, que excluiu a maioria indígena do processo político, além da cobrança do tributo indígena, herdado do período colonial. A República manteve toda uma coletividade em situação subalterna até meados do século XX, e com isso uma sociedade dividida em que o exercício da violência foi parte dessa ordem. O debate público iniciado na primeira década do século XX sobre a questão indígena é analisado à luz da história e dos imaginários. Para a maioria dos bolivianos, indígenas e mestiços, o território foi exclusivamente os Andes e seus contrafortes, fonte da riqueza nacional que se acreditava apenas mineral. A inexistência de um sentimento de comunidade nacional até meados do século XX é aqui apontado como um dos fatores que contribuíram para o desmembramento territorial. A Bolívia perdeu desde a sua independência até o fim do conflito com Paraguai aproximadamente a metade do seu território. O último conflito armado que convocou toda a população parece ter selado o direito de todos os bolivianos de participarem no processo político e da construção nacional. Esse novo sentimento parece ter ajudado a acelerar a integração territorial do país que havia faltado no século XIX, na época da consolidação do território.

Palavras-chave: Fronteiras, etnicidade, identidade, História boliviana.

Abstract

This dissertation attempts to compare the Bolivian historiography with the representations of social groups as a possible path in search of explanations for the successive territorial losses. The study identifies the Spanish conquest of the empire of the Incas as the beginning of deep division in society between European and the indigenous population which was reflected in the territorial division. This separation that persisted after independence from colonial empire had characterized by the unpaid work and the institution of the census vote, which excluded indigenous majority of the political process, and the pay of indigenous tribute, inherited from the colonial period. The Republic maintained an entire community in subordinate position until mid-twentieth century, and with it a divided society in an order of a violent society. The public debate started in the first decade of the twentieth century on the indigenous issue is examined in the light of history and the imaginary. For most Bolivians, indigenous and mestizo, the territory was exclusively the Andes and its foothills, the national wealth source believed only mineral. The lack of a sense of national community until the mid-twentieth century is pointed out by this route as one of the factors contributing to the territorial dismemberment. Bolivia lost since its independence until the end of the conflict with Paraguay about half of its territory. The last armed conflict that gathered all the population seems to have sealed the right of all Bolivians to participate in the political process and national construction. This new feeling seems to have helped accelerate the regional integration of the country.

Keywords: Borders, ethnicity, identity, Bolivian History.

Resumen

Esta tesis procura confrontar la historiografía boliviana con las representaciones de los grupos sociales como un camino posible en busca de explicaciones para sucesivas pérdidas territoriales. El estudio identifica la conquista española del imperio de los Incas como el comienzo de una profunda división en la sociedad entre europeos y pueblos originarios que tuvo reflejos en la división territorial. Esta separación que persistió después de la independencia del imperio colonial tuvo como características el trabajo no remunerado y la institución del voto censitario, que excluyó a la mayoría indígena del proceso político, además de la cobranza del tributo indígenal, heredado del período colonial. La república mantuvo toda una colectividad en situación subalterna hasta mediados del siglo XX. El debate público iniciado en la primera década del siglo XX sobre la cuestión indígena es examinado a la luz de la historia y de los imaginarios. Para la mayoría de los bolivianos, indígenas y mestizos, el territorio estaba exclusivamente en los Andes y sus estribaciones, fuente de la riqueza nacional que se suponía apenas mineral. La inexistencia de un sentimiento de comunidad nacional hasta mediados del siglo XX es señalada en este recorrido como uno de los factores que contribuyeron para el desmembramiento territorial. Bolivia perdió desde su independencia hasta el fin del conflicto con Paraguay aproximadamente la mitad de su territorio. El último conflicto armado que convocó a toda la población parece haber sellado el derecho de todos los bolivianos de participar en el proceso político y en la construcción nacional. Ese sentimiento parece haber ayudado a acelerar la integración territorial del país que había faltado en el siglo XIX, en la época de la consolidación del territorio.

Palabras Clave: Fronteras, Etnicidad, Identidad, Historia boliviana.

Introdução

A progressiva redução territorial da Bolívia é tema relevante para tentar entender a construção da comunidade nacional boliviana, marcada por mais de um século de vida republicana pela separação entre um grupo dominante e outro subalterno como característicos de uma sociedade fragmentada. Essa separação pode ter sido um dos fatores, ao lado de outros não menos importantes, que retardaram a ação do Estado no sentido de impedir ocupações de estrangeiros, inicialmente pacíficas, que se transformaram em perdas territoriais.

Se por um lado a fragmentação da sociedade representou um obstáculo para a consolidação desse sentimento nacional, as perdas territoriais também coincidiram também com uma baixíssima capacidade do Estado para manter forças armadas compatíveis com o desafio de garantir a integridade territorial em um país de grandes dimensões. Historiadores bolivianos fazem referência frequentemente à certa “indigência” do Estado, como fator limitador na missão de garantir uma presença nas fronteiras em condições de exercer a dissuasão diante da ocupação pacífica ou militar do seu território. Muitos autores atribuem a existência do Estado mínimo ao liberalismo vigente desde os primeiros anos da vida republicana, que inibiu a ação do poder público como ator central na construção nacional.

Esse liberalismo, que tinha como princípios as liberdades individuais, a propriedade privada e a cidadania como base do sistema político, encontrou grandes obstáculos para sua efetiva vigência no período que vai da independência até o fim do século XIX. O fim do tributo cobrado aos indígenas foi restabelecido rapidamente porque em uma economia profundamente deprimida tornou-se a principal fonte de renda do governo. A longa guerra da independência havia deixado como herança um Exército cuja manutenção exigia entre 40% a 50% do orçamento. O primeiro governante efetivo do país, Antonio José de Sucre, havia confiscado as propriedades da Igreja Católica e assumido a manutenção do clero, que consumia volume importante dos recursos do orçamento. A crônica falta de recursos para investir em atividades produtivas obrigou Andrés de Santa Cruz, em 1830, a desvalorizar a moeda, reduzindo o teor de prata das moedas cunhadas, de 24,45 gramas para 18,05 gramas, como relata Herbert Klein na sua *História de Bolívia*¹.

¹ KLEIN, Herbert. Historia de Bolivia. Terceira edição aumentada e corrigida. Versión castellana de Josep

O liberalismo clássico começaria a ter vigência a partir de 1880 quando a mineiração da prata começa a ter expressão política nos dois principais partidos políticos, o conservador que governa entre 1880 e 1899 e o liberal que governa entre 1899 e 1920.

A desenvoltura do setor privado para buscar fontes de financiamento no exterior e planejar obras de infraestrutura, como a construção de vias de comunicação ou de usinas de geração de energia elétrica, pode dar a dimensão daquilo que poderíamos considerar como omissão do Estado.

O caudilhismo militar, que na Bolívia teve uma vigência de 55 anos a partir da Independência, caracterizado por manter tanto a ordem simbólica colonial, com a preservação do tributo indígena instituído pelos conquistadores, quanto pela celebração de pactos políticos de alcance limitado entre grupos sociais, que mantiveram a separação de castas, não parece ter atinado à questão territorial. A improvisação é uma das características na formação de governos nesse período, bem como um dos seus efeitos, a impossibilidade de se criar uma burocracia em condições de enfrentar com sucesso complicadas negociações diplomáticas nas que estava em jogo justamente o patrimônio territorial.

As negociações para delimitação das fronteiras se iniciaram na América Latina e na Bolívia como parte do processo de formação dos estados nacionais imediatamente após os respectivos processos de independência, na terceira década do século XIX, apesar de que muitos estados independentes enfrentavam lutas internas e até o separatismo. O estabelecimento de relações diplomáticas e a troca de missões tiveram como propósito prioritário a demarcação fronteiriça e em segundo plano a firma de instrumentos jurídicos para regular a passagem de pessoas e mercadorias entre os dois estados.

Este trabalho pretende averiguar as possíveis causas da redução territorial em menos de um século de vida republicana, e especialmente no período de 68 anos compreendido entre 1867 e 1935, que coincide com a expansão territorial dos países vizinhos. A redução territorial foi tema frequente na historiografia boliviana que por vezes acreditou em algum fatalismo, e em alguns momentos viu crescer um movimento de opinião favorável à polonização, ou a distribuição do seu território entre os países vizinhos.

Ao considerar a fragmentação da sociedade como fator relacionado com a falta de integração do território durante boa parte da vida republicana da Bolívia, fomos procurar explicações na história social e na evolução da sociedade boliviana desde a chegada dos colonizadores espanhóis aos domínios do antigo império inca, percorrendo a trilha da resistência e das rebeliões indígenas, até a independência. Essa imersão histórica tentou encontrar o sentido e as motivações que deram lugar a uma sociedade dividida entre dominadores e dominados.

Essa separação tornou-se legal tanto pela cobrança de um tributo à casta subalterna quanto pela proibição velada ao exercício da cidadania a seus membros. O voto censitário, que caracterizou o jogo político até meados do século XX, é visível nas constituições bolivianas. Os indígenas bolivianos, que foram e são maioria da população, em diversas ocasiões manifestaram sua predisposição a participar na vida política do país e assim serem considerados parte da pátria, uma vez que o conceito de nação foi de surgimento mais tardio, quase no fim do século XIX.

Se por um momento, o interesse dos indígenas do Altiplano boliviano parecia coincidir com a necessidade de alianças com os liberais, que lutavam contra a ordem estabelecida e um Exército comandado pelo próprio presidente da República, a dinâmica política encarregou-se de afastar os eventuais aliados dos liberais vitoriosos. Um massacre de 120 militares ocorrido no meio da guerra civil entre liberais e conservadores deu lugar a uma dura repressão aos indígenas e a colocar no centro do sentimento das elites um renovado desejo de excluir do processo político as comunidades originárias.

A estigmatização de um setor que representava a maioria da população coincide com importantes tratativas que consolidaram o avanço estrangeiro em terras consideradas bolivianas, tanto na costa do Pacífico quanto nas selvas do Acre.

Possuidora de títulos que sustentavam suas pretensões ao iniciar a vida como república independente, a Bolívia fundamentou seus direitos brandindo documentos, muitas vezes ignorados diante da ocupação efetiva por parte de quem passou a reivindicá-los como seus. A historiografia boliviana estima as perdas territoriais em 950 mil Km², isto é, quase a metade da extensão que teve ao tempo de iniciar a vida independente.

A segunda metade do século XIX registra a maior parte dessas perdas territoriais da Bolívia quando cidadãos chilenos ocuparam a partir de 1850 a região do guano e do salitre na costa boliviana ou seringueiros brasileiros intensificaram a partir de 1877 a exploração da borracha no antigo Território de Colônias, mais conhecido como Acre.

A primeira perda territorial teve lugar em 1867, com a assinatura do Tratado de Ayacucho, que legalizou o avanço brasileiro a Oeste do Rio Paraguai, que havia sido até então a fronteira reconhecida entre os dois países na divisa de Mato Grosso com Santa Cruz de la Sierra. Pouco mais de uma década depois, a Bolívia (à época aliada militar do Peru) foi derrotada na Guerra do Pacífico e com ela a faixa territorial que lhe dava acesso ao mar.

Em 1903 a Bolívia perdeu o Acre, ao final de uma sucessão de choques armados entre seringueiros brasileiros e bolivianos e tropas do Exército boliviano, da tentativa fracassada de arrendá-lo e finalmente de uma negociação que deu lugar ao Tratado de Petrópolis. O tratado assinado há mais de um século com o Brasil envolveu uma complexa negociação e soluções aceitas pelos bolivianos. O conflito do Acre envolveu atores privados, interesses de terceiras nações, troca e também a compra de territórios comprovadamente bolivianos, mas ocupados por uma população brasileira.

Após o conflito do Acre e em meio aos desdobramentos da crise financeira de 1929, o governo da Bolívia considerou como sua principal prioridade se assegurar da posse de um porto no Rio Paraguai, uma vez que havia perdido esse direito em 1867, ao permitir que a tradicional fronteira que dava acesso à navegação desse rio na época da cheia, fosse deslocada mais a Oeste. O governo boliviano lançou então à ocupação do Chaco Boreal onde pretendia estabelecer uma plataforma de exportação do petróleo encontrado no sul do país.

A Guerra do Chaco (1932-1935) que teve um contingente de maioria indígena, apesar da perda do território em disputa com o Paraguai promoveu um debate sobre o futuro do país, sobre a necessidade de integrá-lo e, principalmente, sobre a participação de toda a população na construção de um sentimento de comunidade nacional.

A constatação de que o Estado boliviano exibia crônicas fragilidades nos pareceu o caminho para pesquisar no campo das representações dessa elite que conduzia o país e nos seus símbolos, os vestígios de uma ideia de país. Os hinos patrióticos e o escudo nacional podem

nos fornecer algumas pistas nesse percurso que deve ser confrontado com os dados da historiografia, advertindo as mudanças que aparentemente refletem variações no sentir e no agir dos grupos que compõem essa sociedade.

Por quê se perdeu tanto território? É uma pergunta que admite várias respostas. Muito além do discurso patriótico das elites que fizeram a independência, tentamos confrontar os dados históricos com as representações e principalmente com as análises mais contemporâneas desse processo essencialmente dinâmico que é a construção nacional.

Primeira Parte

1 A formação do Estado-Nação

O ponto de partida desta dissertação é o estudo da formação do Estado-nação na Bolívia e a análise de como se deu tal processo, suas peculiaridades, contradições e fragilidades. Este trabalho faz parte dessa corrente que questiona as interpretações clássicas sobre o nascimento da Bolívia como nação independente e que buscam preencher as lacunas que subsistem nesse processo. A Bolívia, talvez muito mais que outros países hispano-americanos que conquistaram sua independência no início do século XIX, teve um percurso acidentado rumo à construção de uma identidade nacional, possivelmente pela marcada separação na sociedade boliviana onde se perfilavam dois grupos nitidamente diferentes, uma classe dominante, formada por uma minoria branca ou mestiça, e uma maioria subalterna composta por indígenas originários. A ausência de um projeto verdadeiramente nacional até meados do século XX, com capacidade para unificar a sociedade boliviana, além de outras debilidades, parece ter sido um dos fatores que contribuíram a seu progressivo desmembramento territorial.

O caminho proposto aqui é o de uma revisão historiográfica, buscando na história da construção social e cultural os elementos que compõem o imaginário dos diversos grupos étnicos constitutivos da nacionalidade, e um exercício hermenêutico sobre a persistência de conflitos ao longo desse percurso. Os enfrentamentos entre grupos da sociedade boliviana no final do século XIX, que faziam temer a eclosão de uma guerra de raças, parecem a expressão mais notória de uma forte separação no seio da sociedade .

A independência da Bolívia foi consequência de uma busca de autonomia política propugnada pelas elites *criollas* e mestiças quando a metrópole colonial espanhola se encontrava em grave crise decorrente da invasão francesa por parte das tropas de Napoleão Bonaparte. A elite *criolla* que havia assumido posições de destaque na vida da colônia americana queria o fim da discriminação que a impedia de ocupar cargos na mais alta administração colonial, reservados apenas para os nascidos na Espanha. Os mestiços, filhos de espanhóis com indígenas originários, constituíram mecanismos de intermediação indispensáveis para a manutenção da ordem colonial e, na preservação dessas características durante a primeira etapa da era republicana.

Ao falar dos mestiços fazemos referência ao grupo que compartilha tanto valores da cultura indígena quanto da europeia e que exibe também como uma das suas características uma atitude que oscila permanentemente entre as alianças políticas com os donos do poder e a defesa das reivindicações dos grupos indígenas. Há quem considere a condição de mestiço como um mero artifício destinado a eludir uma condição subalterna em uma sociedade em que as diferenças culturais e a cor da pele eram determinantes da dinâmica social. Mas, é inegável também que a mistura entre europeus e indígenas é um fato histórico que desborda da política e se exibe de uma forma às vezes inconsciente nas manifestações culturais identificada hoje como a *bolivianidad*.

Uma das dificuldades apresentadas por um estudo desta natureza consiste na visão quase mecânica da divisão entre os indígenas e os outros grupos da sociedade do Alto Peru. Se bem essa divisão estava marcada pela racialidade imposta junto com o ato da conquista, há outros fatores que ganharam importância como o sentimento de união entre os nascidos na mesma terra ou a adoção de padrões culturais compartilhados.

Os relatos dos cronistas mestiços da época colonial retratam um mundo onde se desenha essa ambiguidade de se sentir ao mesmo tempo europeu e indígena. Há rastros desse intercâmbio nem sempre pacífico entre o mundo europeu e o americano que pode ser percebido tanto na influência das línguas originárias no espanhol, quanto no sincretismo religioso que procurou conciliar devoções tão diferentes. Esses intercâmbios que se iniciaram há cinco séculos deram lugar a uma realidade nova cujos contornos, como em qualquer processo de definição identitária, se renova a cada momento.

François-Xavier Guerra menciona o contraste entre a modernidade das referências teóricas das elites e do Estado e o arcaísmo social como uma das características da história hispano-americana, e ao mesmo tempo, como a origem de diversos problemas não resolvidos principalmente no século XIX.

El primero, propio de la América hispánica, es la desintegración territorial. La Independencia se basaba ciertamente en la soberanía nacional, pero qué hacer cuando todavía no existe la nación moderna? Lo que existía eran comunidades políticas de tipo antiguo, análogas a las de la Europa del Antiguo Régimen, cuyo

vínculo principal era la común pertenencia a la misma corona y su unión con el soberano. Sus élites modernas habían traducido una cohesión de tipo antiguo en la nación moderna, pero nada impedía a otras élites repetir la misma transposición y erigir su comunidad en una nueva ‘nación’².

As elites conduzidas pelos *criollos* alto-peruanos manifestaram no início do século XIX seu desejo de constituir um Estado sobre o território da Audiência de Charcas, criada por Felipe II de Espanha pela Cédula Real de 4 de setembro de 1559. Os limites desse território haviam sido modificados durante o período colonial, devolvendo a Lima algumas jurisdições, mas ficaram definitivamente conformados na chamada Recopilação de Leis das Índias, de 1680:

En la ciudad de La Plata de la Nueva Toledo, Provincia de los Charcas, en el Perú, resida otra nuestra audiencia y cancellería real: con un presidente, cinco oidores, que también sean Alcaldes del Crimen, un fiscal, un alguacil mayor, un teniente de gran canceller y los demás ministros y oficiales necesarios, la cual tenga por distrito la Provincia de Charcas y todo el Collao, desde el Pueblo de Ayaviri, por el camino de Hurcosuyo, desde el Pueblo de Asilo, por el camino de Omasuyo, desde Atuncana, por el camino de Arequipa, hacia la parte de los Charcas, inclusive con las provincias de Sangabana, Carabaya (Puno), Iuries y Diaguitas (Salta, Catamarca y Tucumán), Moyos y Chunchos (Tarija) y Santa Cruz de la Sierra, partiendo términos: por el septentrión con la Real Audiencia de Lima y Provincias no descubiertas, por el Mediodía con la Real Audiencia de Chile y por el Levante y el Poniente con los dos mares del Norte y del Sur y línea de la demarcación entre las coronas de los Reinos de Castilla y de Portugal, por la parte de la Provincia de Santa Cruz del Brasil. Todos los cuales dichos términos sean y se entiendan, conforme a la ley 13 que trata de la fundación y erección de la Real Audiencia de la Trinidad, Puerto de Buenos Aires, porque nuestra voluntad es que la dicha ley se guarde, cumpla y ejecute precisa y puntualmente”.³

A criação de um novo país sobre os territórios da jurisdição da Audiência de Charcas, ocorreu em aberta confrontação com aqueles que reivindicavam a sua manutenção tanto como uma província do vice-reinado de Buenos Aires, como havia sido a partir de 1776, quanto do vice-reinado de Lima, ao qual esteve vinculado até 1776. Os representantes do Alto Peru haviam participado do Congresso de Tucumán que proclamou a independência das Províncias Unidas

² GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencies: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Mexico: Fondo de Cultura Económica/Editorial Mapfre, 1993, segunda edição, p. 52.

³ Recopilación de las leyes de los Reinos de las Indias, libro II, Título XV, De las Audiencias y Cancillerías Reales de las Indias, versão facsimile do original de 1680, consultado no endereço: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/Imágenes/LeyIndia/0102015.pdf> em 25 de agosto de 2014.

do Sul, mas havia também alto-peruanos favoráveis da adesão de Charcas à República do Peru. Diante da disputa de hegemonia entre Lima e Buenos Aires foi criada a Bolívia como um Estado-tampão, em uma decisão que ia também contra a vontade de Simón Bolívar que procurava unificar todos os antigos territórios coloniais espanhóis em um só país.

A decisão de buscar a independência da Audiência de Charcas foi comum a outras audiências americanas como Guatemala, Equador, Venezuela, Panamá, República Dominicana e Chile, que com as exceções de Guadalajara e Cuzco, também sedes de audiências, vieram a tornar-se capitais de novos países. Esteban Ticona, um dos representantes da etnia aymara, detecta, entretanto, um caráter elitista desse processo de independência.

Desde el primer período de 1825, las élites con mentalidad colonial han intentado imitar ciegamente al patrón de los Estados nación europeos del siglo XVIII, aunque en la práctica esa “democracia liberal” estipulada fue la “democracia de unos pocos”, ya que los indios (como se decía) ni las mujeres (en general) podían ejercer sus derechos básicos de ciudadanía hasta mediados del siglo XX.⁴

O Alto Peru ou Charcas tornou-se independente em 6 de agosto de 1825, após as derradeiras batalhas entre o exército de Simón Bolívar e as tropas leais à coroa da Espanha que tentavam manter o domínio colonial.

El nuevo país, con una población estimada en un millón de habitantes, había recibido la garantía de su independencia gracias a la presencia de un ejército internacional en su territorio que encerró una guerra de 15 años. El Ejército Libertador, bajo el mando de Antonio José de Sucre, ingresó al entonces llamado Alto Perú, con un efectivo de unos 10.000 hombres en el que había desde colombianos hasta oficiales ingleses e irlandeses, y al que se incorporaron unos 3.000 alto-peruanos.⁵

Um dos desafios do nascimento das novas repúblicas é justamente a definição de identidades nacionais e o exercício de soberanias territoriais com todos os obstáculos que isso representa, como assinala Guerra.

⁴ TICONA, Esteban. “Estado boliviano versus pueblos indígenas”, artigo publicado no jornal La Razón, La Paz, 6 de agosto de 2012, disponível na internet.

⁵ AUAD SOTOMAYOR, Walter. Relaciones Brasil Bolivia, La definición de las fronteras. La Paz: Plural Editores, 2013, p. 23.

Su precoz nacimiento revela, con una particular acuidad, la distancia que separa la nación, como comunidad política soberana, de la nación como una asociación de individuos-ciudadanos y de la nación como identidad colectiva, con un imaginario común compartido por todos sus habitantes. De ahí que la nación sea en los países latinoamericanos a la vez un punto de partida y un proyecto todavía en parte inacabado⁶.

José Luis Roca⁷ sustenta que o sentimento nacional teve seu embrião na criação da Audiência de Charcas, em meados do século XVI, e que essa consciência foi crescendo e intensificou-se ao longo de década e meia da Guerra da Independência. Sugere também que esse sentimento começou a se desenhar com as primeiras ‘encomiendas’, instituição característica da colonização espanhola em América, pela qual os indígenas eram obrigados a pagar com trabalho a suposta proteção dos espanhóis. Os ‘encomenderos’ tiveram atritos com a coroa espanhola o que sugeriria a Roca o nascimento de interesses locais. Os ‘encomenderos’ rejeitavam as restrições impostas pela coroa espanhola à escravização dos indígenas. Esses atritos foram superados e não houve indicações do surgimento de um sentimento nacional: os ‘encomenderos’ nunca deixaram de se considerar espanhóis e súditos da coroa espanhola. Os ‘encomenderos’ recebiam do rei da Espanha um grupo de indígenas sob sua guarda e em contrapartida se obrigavam a educa-los na fé cristã, o que não era mais do que uma forma velada de vassalagem ou servidão. O estabelecimento das encomendas era parte da nova estrutura administrativa colonial e a defesa dos interesses econômicos dos ‘encomenderos’ era apenas manifestação de uma corporação e não configurava aspirações de autonomia.

Com as ‘encomendas’ o estado colonial implantou a *mita*, que se baseou em uma instituição pré-hispânica de pagamento de tributos de uma comunidade indígena por meio da força de trabalho dos seus membros.

La compulsión al trabajo mitayo resultaba menos abusiva que la apropiación total de la persona, sin por ello querer dar a entender que la esclavitud fuera un fenómeno

⁶ GUERRA, François-Xavier. “Introducción”, en Annino, A. y Guerra, F.-X. (coords.), *Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 2003, p. 9.

⁷ ROCA, José Luis. Ni con Lima, ni con Buenos Aires, La formación de un Estado Nacional en Charcas. La Paz: Plural Editores – Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA), [2007] 2011, segunda edição.

generalizado. En todo caso la mita entroncaba con la tradición, aunque bajo el dominio español perdió su sentido más fundamental⁸.

O sentido fundamental da *mita*, como instituição pré-hispânica, era o da prestação de trabalho pelo bem da comunidade. A maneira como foi implantada a mita nas minas de Potosí é vista como algo muito próximo dos trabalhos forçados, uma vez que deixa de obedecer à lógica de uma espécie de cidadania inca para fazer parte de uma ordem econômica capitalista, que marca definitivamente o ingresso do Alto Peru na modernidade.

A partir de 1545 Potosí será central como nodo de constitución de la modernidad mercantil capitalista de la primera globalización. La mina proporcionó más de la mitad de la producción de plata y oro desde mediados del siglo XVI. Para lograr esto, se buscaron muchas formas de organizar la fuerza de trabajo; finalmente se adaptó aquella que provenía del uso de la costumbres locales: la *mit'a* (turno en el servicio al inca) se convirtió en *mita* (turno para el trabajo en Potosí). La séptima parte de los adultos varones (entre 18 y 60 años) debían prestar servicio en las minas durante cuatro meses en un año⁹.



Grabado do Cerro de Potosí que ilustra a Crónica del Perú, de Pedro de Cieza de León, 1553.

⁸ RIVERA, Julián. La Mita en los siglos XVI y XVII. Revista Temas Americanistas, Universidad de Sevilla, Número 7, 1990, p. 2.

⁹ GARCÉS, Fernando. Los indígenas y su Estado (pluri)nacional: una mirada al proceso constituyente boliviano. Cochabamba: UMSS/Clacso, p. 13.

A mita era vista pelos indígenas até como uma antessala da morte, pelos riscos que envolvia a mineração no século XVI, como ilustra Bartolomé de Arzáns de Orsúa e Vela na *História de la Villa Imperial de Potosí*, concluída em 1736 e publicada na Bolívia somente em 1965.

En las espantosas quanto ricas entrañas de este admirable monte resuenan ecos de los golpes de las barretas, que con las voces de unos, gemidos de otros, gritos de los mandantes españoles, confusión y trabajo intolerable de unos y otros, y espantoso estruendo de los tiros de pólvora, semeja tanto ruido al horrible rumor de los infiernos: noviciado parece de aquel centro formidable. Innumerables son los que han perecido en sus entrañas: cada paso que dan en una de sus minas llegan a los umbrales de la muerte, sirviéndoles a cada uno de vela para morir aquella que traen en la mano para poder andar¹⁰.

Garcés destaca que a partir dos relatos de abusos começa a elaboração de uma legislação exclusiva para os indígenas, na tentativa de preservá-los como parte de um sistema de obtenção de riquezas minerais. A *Recopilación de Leyes de Indias* de 1680 consolida essa divisão entre uma “República de Espanhóis” e a “República de Índios”, interpretada pelos índios como uma jurisdição ou um âmbito para o exercício de um governo próprio, como assinala Silvia Rivera Cusicanqui.

Desde el punto de vista del estado colonial, la segregación física y normativa de ambas poblaciones era necesaria para evitar el total exterminio de la fuerza de trabajo indígena y para poner límites a los intereses privados de los colonizadores. Pero desde el punto de vista de los indios, la idea de “dos repúblicas” que se reconocen mutuamente, aunque permanezcan segregadas espacial y políticamente, llegó a plasmar la compleja visión de su propio territorio, no como un espacio inerte donde se traza la línea de un mapa, sino como jurisdicción, o ámbito de ejercicio del propio gobierno. En el “programa mínimo” de muchas movilizaciones anticoloniales indígenas, de 1572 hasta hoy, pueden descubrirse las huellas de esta antigua percepción. De esta manera, a pesar de la desigualdad de condiciones, la violenta “pax” toledana acabó generando una nueva normatividad, de la que no estarán ausentes las concepciones indígenas acerca del “buen gobierno”¹¹.

¹⁰ ARZANS DE ORSÚA Y VELA, Bartolomé. *Historia de la Villa Imperial de Potosí*, año 1549, Edição de Brown University Press, 1965 reproduzida pelo Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, pág 65.

¹¹ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *La raíz: colonizadores y colonizados* in Albó, Xavier e Barrios, Raul (coord) *Violencias encubiertas en Bolivia*. La Paz: Cipca/Aruwiyiri, 2000. P. 39.

Essa jurisdição autônoma dos indígenas aqui mencionada, que permitia o estabelecimento de regras de relacionamento entre os membros das comunidades ou a escolha dos seus próprios dirigentes como resultado de uma deliberação podem ter constituído obstáculos para a adesão ao Estado-nação na época republicana. Essa jurisdição autônoma encontra vigência hoje, por exemplo, no funcionamento paralelo de uma justiça comunitária e do Poder Judiciário do Estado-nação, reconhecidos na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

2 A conquista

O ataque de surpresa de um pequeno grupo de espanhóis à multidão reunida na praça de Cajamarca, no Noroeste do Peru, com descomunal demonstração de força lançada por homens a cavalo armados com lanças, espadas e armas de fogo, que capturaram o até então poderoso monarca do império inca é o símbolo da conquista. Naquela tarde de 16 de novembro de 1532, o sequestro de Atahualpa sugeria uma ação isolada para os súditos do monarca andino, mas um ato de posse de um novo poder, como se infere do relato de um dos capitães de Pizarro, Francisco de Xerez.

“Luego el Gobernador se armó un sayo de armas de algodón, y tomó su espada y adarga, y con los españoles que con él estaban entró por medio de los indios; y con mucho animo, con solo cuatro hombres que le pudieron seguir allegó hasta la litera donde Atabaliba estaba, y sin temor le echó mano del brazo, diciendo: «Santiago». Luego soltaron los tiros y tocaron las trompetas, y salió la gente de pie y de caballo. Como los indios vieron el tropel de los caballos, huyeron muchos de aquellos que en la plaza estaban; y fue tanta la furia conque huyeron, que rompieron un lienzo de la cerca de la plaza, y muchos cayeron unos sobre otros. Los de caballo salieron por encima dellos hiriendo y matando, y siguieron el alcance. La gente de pie se dio tan buena prisa en los que en la plaza quedaron, que en breve tiempo fueron los más dellos metidos a espada. El Gobernador tenía todavía del brazo a Atabaliba, que no le podía sacar de las andas como estaba en alto. Los españoles hicieron tal matanza en los que tenían las andas, que cayeron en el suelo; y si el Gobernador no defendiera a Atabaliba, allí pagara el soberbio todas las crueldades que había hecho. El Gobernador, por defender a Atabaliba, fue herido de una pequeña herida en la mano. En todo esto no alzó indio armas contra Español; porque fue tanto el espanto que tuvieron de ver entrar al Gobernador entre ellos, y soltar de improviso la

artillería y entrar los caballos de tropel, como era cosa que nunca habían visto; con gran turbación procuraban más huir por salvar las vidas que de hacer guerra.”¹²

Só o tempo ajudaria os indígenas a entender a dimensão da mudança que estava sendo operada: a implantação de um sistema de exploração humana e de recursos naturais em nome de um Deus e de um monarca mais poderosos. A execução de Atahualpa no garrote vil seria o fim desse império chamado Tahuantinsuyo. Na imagem de Guamán Poma de Ayala há uma representação de decapitação que parece indicar o corte da cabeça de um império para a instalação de outro.

¹² Xerez, Francisco. Verdadera Relación de la Conquista del Peru, versão digital fac-símile da edição de 1891, cópia da original publicada em Sevilla, em 1534, consultada no endereço: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/verdadera-relacion-de-la-conquista-del-peru--0/html/>, págs 91-92.

CONQUISTA CORTALE LA CAVESA A ATAGVALPA INGA VMATA CUCHV



murió atagualpa
en la ciudad de Cajamarca

jeo m o

Conquista / córtanle la cabeza a Atagualpa Inga, umanta cuchun [córtanle la cabeza] Murió Atagualpa en la ciudad de Cajamarca.

Córtanle la cabeza. Execução do Inca Atahualpa em 1573, Ilustração de Felipe Guamán Poma de Ayala na Nueva Crónica y Buen Gobierno, concluída em 1615 e publicada somente na segunda metade do século XX.

A conquista acentuaria as diferenças entre indígenas originários, *criollos* e mestiços, dentro de uma racialização das relações. Taguieff¹³, ao se referir à discriminação racial, ensina que ela tem um caráter pluridimensional e se expressa em atitudes, comportamentos, pela exclusão institucional e pelos discursos ideológicos. As diferenças marcadas seja pela cor da pele ou pela diferença cultural se acentuaram no período colonial, estabelecendo uma separação com papéis estabelecidos por uma classe dominante e seus mecanismos de dominação e outra, subalterna. Adotamos aqui a definição de subalternidad de Gyan Prakash: “Debemos entender la subalternidad como una abstracción usada para identificar lo intratable que emerge dentro de un sistema dominante X, y que significa aquello de lo que el discurso dominante no puede apropiarse completamente, una otredad que resiste ser encasillada¹⁴.”

O termo dá lugar a um debate sobre os diversos significados da subalternidade, ainda que o denominador comum desses significados esteja na inferioridade que é conferida ao outro em função das diferenças culturais, como observa Ileana Rodriguez.

Por un lado es un concepto que se usa como metáfora de una o varias negaciones, limite o tope de un conocimiento identificado como occidental, dominante y hegemónico, aquello de lo que la razón ilustrada no puede dar cuenta. Por otra parte, subalterno es una posición social que cobra cuerpo y carne de los oprimidos. Y por otra es aquella condición que general a colonialidad del poder a todos niveles y en todas las situaciones coloniales que estructuran el poder interestatal¹⁵.

O conceito de subalternidade identifica essa relação que se estabelece na Bolívia entre conquistadores e conquistados, no ato da conquista, e, mais tarde, tanto no período colonial quanto na primeira etapa da vida republicana. Em todos esses tempos é possível determinar a dificuldade de aplicar o termo nação aos membros dessa sociedade fragmentada, na medida em que os grupos que a compõem tem interesses diferenciados ou tradições que os mantêm distintos. O Estado-nação tinha como componentes dois inimigos históricos. Essas diferenças muito marcadas podem ter sido originadas na memória coletiva do mesmo ato da conquista, relatada pelos cronistas espanhóis, e à qual foram sendo incorporadas imagens e representações posteriores.

¹³ TAGUIEFF, Pierre André. El Racismo, em Cahier du CEVII 'OF, núm 20, 1998, pag 9.

¹⁴ PRAKASH, Gyan in Rodriguez, Ileana (ed). Convergencia de Tiempos: Estudios subalternos/contextos latinoamericanos estado, cultura, subalternidad. Amsterdam/Atlanta: editions Rodopi, 2001, p. 7.

¹⁵ RODRIGUEZ. Op. Cit. p. 8.

O período colonial, iniciado em 1532, foi marcado pela decisão do conquistador Francisco Pizarro de manter a estrutura administrativa do império inca sob a tutela espanhola, em que a remanescente nobreza local operou como um mecanismo para amortecer conflitos entre conquistadores e conquistados. Entretanto, incomodados com a nova condição subalterna, os membros da nobreza inca iniciaram uma resistência em 1536, mas fracassaram na tentativa de sitiar Cuzco e exterminar os invasores, retirando-se à região subtropical das montanhas próximas onde estabeleceram seu reduto. A devastação desse reduto de resistência inca à dominação espanhola, em Vilcabamba, ocorreu em 1572, com a execução do quarto dos incas rebeldes, Tupac Amaru.



Execução de Tupac Amaru (1572), quarto e último inca rebelde de Vilcabamba. Arte de Jhaqueline Rojas Sandoval sobre um desenho de Felipe Guaman Poma de Ayala (1615).

Antes do fim da resistência ao domínio espanhol, os conquistadores já haviam iniciado outro tipo de intermediação com a população indígena, através dos kurakas ou caciques das diversas etnias.

Durante la época colonial, el cacique local (que en muchas ocasiones siguió llamándose kuraca, en quechua, o mallku, en aymara) fue una pieza clave del engranaje que permitió articular la república de españoles con la república de indios. Por lo general, se trataba de indios nobles bien instruidos en la lengua y en la cultura de los españoles, que gozaban de un trato privilegiado frente a la corona. Su función era la de cobrar las tasas anuales y organizar los turnos para el cumplimiento de la mita pero, al mismo tiempo, desempeñaba el rol de mediadores ante las autoridades superiores por cualquier necesidad de “sus indios”. En otras palabras el cacique era un puente entre esos dos mundos pero inclinado desde el lado de los españoles. Si bien gozaba de una amplia legitimidad en las comunidades, gran parte de su autoridad derivaba del reconocimiento de su nobleza por parte de la corona. Esto le garantizaba un acceso preferencial a las tierras y a la fuerza comunal del ayllu, privilegios que permitieron a muchos caciques acumular riquezas considerables. Por lo general, la organización comunal así establecida se caracterizaba por tener relaciones de poder centralizadas, jerárquicas y patriarcales, cuya legitimidad emanaba tanto de fuentes andinas como españolas¹⁶.

No início do período colonial a nobreza inca havia passado a fazer parte do sistema de dominação, mas após a retirada da maioria dos seus membros a Vilcabamba, os conquistadores passaram a atuar mediante a intermediação dos kuracas, além de outro elemento, resultado da conquista, que passou a exercer também esse papel de intermediação entre os dois mundos tão diversos, o mestiço.

Thérèse Bouysse-Cassagne e Thierry Saignes¹⁷ alertam para o fato de que a historiografia americana foi construída sobre a dicotomia invasores-indígenas, mantendo, de certa forma, assimilados os mestiços ou *cholos* a um ou a outro grupo. Essa dicotomia negava simplesmente a existência de uma categoria híbrida o que explica a inexistência de

16 THOMSON, Sinclair. Cuando sólo reinasen los indios. La política aymara en la era de la insurgencia. La Paz: La Mirada Salvaje, Terceira edição, 2010, p. 76.

17 BOUYSSSE-CASSAGNE, Thérèse e Saignes, Thierry. El Cholo; actor olvidado de la historia em Etnicidad, Economía y Simbolismo en los Andes, II Congreso Internacional de Etnohistoria, Coroico, Bolivia. Silvia Barragán (org). Instituto Francés de Estudios Andinos publicado na plataforma Open Edition.

documentos com detalhada descrição do seu papel durante a primeira etapa do período colonial.

A origem da mestiçagem no Peru deve ser encontrada nos primeiros momentos da conquista quando, após a execução do inca Atahualpa, o conquistador Francisco Pizarro toma como sua mulher a Curirimay Ocllo, a principal esposa do inca, com quem teve filhos, como refere Juan de Betanzos¹⁸. Muitos casamentos ocorreram justamente entre espanhóis e mulheres da nobreza inca, dando lugar a uma descendência que gozou de alguns privilégios no início do período colonial. A conquista havia dado lugar a um novo tempo, inaugurando uma nova estirpe, do mesmo modo em que em outras latitudes se buscava conciliar invasores e invadidos, dominadores e dominados. Os mestiços são mencionados nas primeiras crônicas coloniais, como as de Garcilazo de la Vega (1609)¹⁹ ou de Felipe Guaman Poma de Ayala (1615)²⁰, por sinal, ambos mestiços com mentalidade colonial, que expressam um certo desprezo pelo caráter híbrido e ao mesmo tempo ostentam orgulho pela sua origem ligada à nobreza espanhola.

O desenvolvimento da economia colonial se apoiava em grande parte nos mestiços que além do domínio da língua indígena e do espanhol foram os que estabeleceram os vínculos e os pactos em um âmbito geográfico muito amplo. O transporte e as trocas comerciais que já eram uma atividade corrente no período dos incas se manteve no período colonial graças à oferta dos mestiços de uma série de serviços tipificados por Luis Miguel Glave em *Trajinantes*²¹. Os *trajinantes*, equivalentes aos tropeiros do Brasil colonial, se tornaram importantes, além da promoção de intercâmbios, na transmissão de notícias no meio de uma cultura indígena caracterizada pela oralidade. Os *trajinantes* eram importantes porque integravam, estabeleciam vínculos e faziam circular informações.

¹⁸ BETANZOS, Juan de. *Summa y Narración de los Incas*, Edição, Introdução e Notas de Maria del Carmen Martín Rubio, Ediciones Polifemo, Madrid, 2004.

¹⁹ GARCILAZO DE LA VEGA, Inca. *Comentários Reales de los Incas* [1609], 2 vol. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976

²⁰ POMA DE AYALA, Felipe Guamán. *Nueva Coronica y Buen Gobierno* [1615]. Transcrição, Prólogo, Notas e Cronologia de Franklin Pease, Editorial Ayacucho, Caracas, 1980.

²¹ GLAVE, Luis Miguel. *Trajinantes, caminos indígenas en la sociedad colonial, siglos XVI/XVII*, Cusco, Peru: Instituto de Apoyo Agrario, 1989.

Silvia Rivera²² observa que para viabilizar esses intercâmbios havia toda uma tecnologia indígena de “produção da circulação”, baseada no domínio de um complexo território, no controle da população de camelídeos, usados como bestas de carga, e no uso de vários de seus subprodutos como insumo para os *trajines*, isto é, para o vaivém de pessoas e para o transporte de produtos em todo o império.

Descreve esse âmbito de intercâmbios no qual se encontram espanhóis, mestiços e indígenas de uma diversidade étnica muito ampla retratada por artistas como Melchor Maria Mercado (1819-1871).



Melchor Maria Mercado. Indios de Porco y Chayanta (detalhe). Setembro de 1847.

Todos intercambian, compran o venden algo, se exhiben con trajes y símbolos distintivos a la par que hacen gestos de proximidad y mimetismo. En suma, el mercado interno colonial parecía ser un espacio de modernidad anclado en las

²² RIVERA CUSICANQUI, Silvia. De Tupac Katari a Evo Morales em Bolívia en el Inicio del Pachakuti, La larga lucha anticolonial de los pueblos aymara y quechua. Madrid: Ediciones Akal, 2011. Plataforma Kindle, posición 1109.

tradiciones y formas organizativas propias. La paradoja colonial es que a la vez ese mercado (...) estaba sometido a abusos y exacciones tortuosos de parte de los peninsulares, criollos y mestizos, a la par que se tejían entre ellos y las elites nativas intensos y no menos tortuosos pactos comerciales.²³

3 A resistência e as rebeliões

A partir da segunda metade do século XVIII se sucedem diversos movimentos no Alto Peru (Bolívia) como sinais de um mal-estar, aparentemente motivado pelas reformas borbônicas, que passaram a exigir uma maior contribuição tributária das colônias diante da pressão por maiores recursos para sustentar as guerras em território europeu. Esse mal-estar criado nas colônias americanas pode ter sido um pretexto para as insurgências tanto de mestiços quanto de indígenas contra a ordem colonial.

As motivações e a dinâmica dos movimentos contrários à ordem colonial mostram diferenças evidentes entre as rebeliões de mestiços e de indígenas, no século XVIII, apesar de que seus interesses coincidem em alguns momentos e em outros se distanciam completamente. Rodriguez Ostría relata a rebelião comandada pelo mestiço Alejo Calatayud, um artesão especializado em trabalhos em prata, que em novembro de 1730, liderou uma rebelião de 2 mil pessoas contra uma tentativa de recadastramento de mestiços como indígenas com a finalidade de aumentar a tributação. A rebelião exigia a nomeação de autoridades *criollas* e a rejeição das espanholas, mas Calatayud foi traído, julgado sumariamente e condenado à morte no garrote vil²⁴.

Se a rebelião de Calatayud foi interpretada apenas como uma rejeição a um novo cadastro, tendente a excluir os índios da condição de mestiços e assim aumentar a arrecadação tributária, é inegável que ela trazia também o germe de mudanças. A insurgência, na verdade um movimento radical, a ponto de aterrorizar as famílias espanholas de Cochabamba, tinha como foco a rejeição das recentes intervenções do poder imperial espanhol porque estavam impedindo na prática a mobilidade social propiciada, ainda que em uma escala ainda muito pequena, pela migração de indígenas para as cidades e sua assimilação como mão de obra em oficinas artesanais. Calatayud era, pois, precursor de um novo tempo, ao usar, por exemplo,

²³ idem.

²⁴ RODRIGUEZ OSTRÍA, Gustavo. *Morir, Matando – Poder, Guerra e Insurrección en Cochabamba – 1781-1812*, Editorial El País, Santa Cruz de la Sierra, 2012.

símbolos mantidos até então como exclusivos dos peninsulares e como anota Rodriguez Ostria, “su mayor exigencia política se tradujo en ‘no admitir Corregidor europeo, de deber elegir siempre alcaldes españoles naturales del país’, es decir los criollos”²⁵. É o momento em que se pode dizer que os mestiços se engajam na causa *criolla*, com pressupostos muito diferentes da rebelião indígena que estouraria cinquenta anos depois.

A rebelião indígena de 1781, no território hoje boliviano, retoma o sentimento que animou os incas rebeldes de Vilcabamba, sufocado violentamente com a execução dos seus dirigentes. A historiografia boliviana atribuía, entretanto, até bem pouco tempo atrás, às rebeliões do século XVIII o caráter precursor da insurgência dos *criollos* iniciada em 1809 e das lutas pela independência.

Na segunda metade do século XVIII, o mecanismo de intermediação dos kuracas no Alto Peru havia começado a entrar em colapso diante do avanço de formas de organização tradicionais como o *ayllu* e a *marka* que retomam a consulta popular como a base da legitimidade de lideranças e não mais os laços de sangue. O *ayllu* é uma instituição pré-hispânica: conjunto de famílias relacionadas por vínculos de sangue que constituem um núcleo de produção econômica e distribuição dos bens de consumo. Um conjunto de 10 *ayllus* conformava uma *marka*. A regra do consenso, as deliberações sobre assuntos de interesse comum e a escolha dos dirigentes por meio do voto são características dessas comunidades organizadas em *ayllus*.

Essa organização das comunidades indígenas da região andina boliviana teria dado uma dimensão das possibilidades em termos de força política no âmbito da luta pela autonomia e sugere que a mediação de kuracas começou a ser questionada na medida em que ajudava a manter a ordem colonial e a opressão.

A decadência da liderança dos kuracas obedeceria também ao conceito aymara de Pachakuti, que poderia ser compreendido como uma virada da história, uma grande mudança ou uma inversão de papéis. Rivera nos proporciona um significado adicional: “la revuelta o

²⁵ Rodriguez Ostria. Op. Cit. p. 39.

conmoción del universo” e, también, significados antagônicos como “catástrofe y renovación”²⁶.

Essas mudanças nas formas de organização das populações indígenas no século XVIII coincidiram com as reformas borbônicas que buscavam uma maior rentabilidade da mineração e das atividades mercantis nas colônias americanas da Espanha, o que incluiu a institucionalização dos *repartos*, uma fórmula encontrada para aumentar o consumo dos bens metropolitanos de exportação. O reparto obrigava a população indígena a comprar os bens oferecidos pelos corregedores a preços extorsivos. A imposição desses mecanismos constitui um elemento perturbador na ordem estabelecida na economia colonial.

Nesse contexto, a rebelião de Tupac Amaru, em novembro de 1780, em Cuzco, e a de Tupac Katari, em fevereiro de 1781, em La Paz, mas que teve desdobramentos em outras cidades do Alto Peru, obedeciam a diferentes objetivos e motivações, apesar de que ambas coincidiam no repúdio a práticas coloniais que se traduzia em um movimento público de contestação à ordem estabelecida, se bem que as estratégias se diferenciavam bastante, ainda que aos olhos dos espanhóis fossem iguais e seus líderes merecedores da pena de morte.

Tupac Amaru reivindicava uma nobreza inca para a sua liderança, almejava o fim do sistema colonial europeu, contava com o apoio de caciques de outras cidades e buscava alianças com *criollos* e mestiços para alcançar seus objetivos. A mesma motivação tinha o cacique rebelde de Chayanta (em Potosí, no sul da atual Bolívia), Tomás Katari, que reivindicava da coroa espanhola o reconhecimento da legitimidade dos caciques de sangue, como interpreta Silvia Rivera. Diferente de ambos era Tupac Katari.

Tupac Katari, finalmente, fue un indio del común, sin lazos de sangre con los linajes cacicales, que construyó su liderazgo sobre la base de las creencias y rumores que circulaban en torno a los alzamientos de Tomás Katari en el sur y Tupac Amaru en la ciudad del Cusco. La versión oficial relata que Katari interceptó una carta de Tupac Amaru a Tomás Katari y usurpó la identidad de ambos. Se lo muestra como un personaje calculador y astuto, y hasta como un borracho o un desquiciado. Desde

²⁶ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Violencias encubiertas en Bolivia. La Paz: La Mirada Salvaje – Editorial Piedra Rota, 2010. p. 43.

la visión indígena, el préstamo de los prestigios de sus predecesores es un modo de reencarnar localmente la anunciada llegada de un tiempo diferente²⁷.

Tupac Katari, liderava um movimento que a historiografia qualifica como radical, porque não buscava composições com *criollos* nem mestiços, não contou com a adesão de caciques e reivindicava o retorno à ordem política pré-hispânica. Para Tupac Katari o extermínio dos espanhóis parecia uma condição necessária que levaria as comunidades indígenas do Altiplano a alcançar os objetivos da sua luta.

A morte do cacique de Chayanta, em 1781, havia estimulado o movimento de emancipação no Alto Peru, com uma grande rebelião em Oruro que chegou a controlar a cidade e se espalhou por outras regiões da zona andina e em especial em La Paz sob a liderança de Tupac Katari.

Thomson sustenta a hipótese de que a liderança de Tupac Katari emerge de um processo político que questionava o ‘cacicazgo’ e que reivindicava a volta à organização pré-hispânica. Adverte um deslocamento do poder baseado no ‘cacicazgo’ para outro sistema resultado de uma democratização, não em termos liberais, mas comunitários. A organização política das comunidades aymaras, resultado dessa mudança, está vigente até hoje.

Desde mediados del siglo, a medida que las luchas locales sobre el gobierno comunal se volvieron tan frecuentes y extendidas como para minar por dentro la institución cacical, tuvieron el efecto simultáneo de desestabilizar el orden político colonial. El cacicazgo era una forma consolidada y crucial de mediación política entre las comunidades indígenas y el estado, las autoridades regionales y otras elites locales. Su defunción significó la ruptura de los mecanismos clásicos de dominio colonial indirecto a través de los señores étnicos locales²⁸.

Nesta análise, a base do poder indígena é diferente, bem como a visão de futuro do movimento. Thomson citando Bartolina Sisa, a mulher de Tupac Katari, menciona que os indígenas “se habían de quedar de dueños absolutos de estos lugares, como también de los caudales” e que os indígenas mencionavam um futuro no qual “solo reinasen los indios”²⁹.

²⁷ RIVERA. Op. Cit. 2010, posição 1108.

²⁸ THOMSON, Sinclair. Cuando sólo los indios reinasen, La política aymara en ala era de la insurgencia. La Paz: La Mirada Salvaje. Tercera edição 2010 [2006]. p.31.

²⁹ Bartolina Sisa em Thomson, Op. Cit. p. 30.

Así como la feroz conducta guerrera de Katari se pone a menudo en contraste con la noble figura del Inka Tupac Amaru, la fase de la guerra en La Paz se suele distinguir por lo general de la fase más temprana del Cuzco por su radicalismo, sus antagonismos raciales y su violencia, así como por la poderosa expresión de fuerzas comunitarias de base en su interior³⁰.

A liderança mencionada por Thomas contrasta com os “sintomas de decomposição” que adverte nas fileiras que apoiaram inicialmente a rebelião de Tupac Amaru, em que muitos dos envolvidos haviam participado porque se sentiram coagidos a fazê-lo, e inclusive alguns haviam sido pagos, como registra Scarlett O’Phelan Godoy.

Las vacilaciones de un buen número de participantes, la eventualidad de algunos y la desertión de otros, generó la necesidad de *repartirles sueldos*. Así se garantizaba su presencia dentro del movimiento. En una de sus cartas Micaela Bastidas le reprocha a Túpac Amaru su indecisión de tomar el Cuzco, y ‘no traer a consideración que los soldados carecían de mantenimiento, *aunque se les dá plata*, y ésto que ya se acabará el mejor tiempo y entonces se retirarán... porque ellos (como habrás reconocido) *solamente van al interés*’³¹.

Godoy menciona outra característica do movimento de Amaru que não existia nas fileiras do movimento comandado por Tupac Katari: as diferenças de remuneração baseadas em um critério racial. Os *criollos* e mestiços recebiam dinheiro e os indígenas tecidos e coca.

La asignación de sueldos, a los diferentes sectores sociales que participaron en el movimiento, tuvo *carácter selectivo*. Francisco Castellanos en su confesión, hizo una breve descripción de Túpac Amaru repartiendo sueldos a mestizos y "españoles" (*¿criollos?*) (A.G.I. Cuzco Leg. 32). El pago a los indígenas generalmente se efectuó en especies. Los textiles que se embargaron de los obrajes, y la coca que remitían los caciques vecinos, fue la remuneración que recibió la población indígena. Esto revela un especial interés por contar dentro del ejército rebelde con mestizos, y sobretodo con *criollos*³².

³⁰ THOMSON, Op. Cit. p. 31.

³¹ O’PHELAN GODOY, Scarlett. La rebelión de Tupac Amaru: Organización interna, dirigencia y alianzas. Histórica, Vol III, No 2, Diciembre 1979. p. 109

³² O’PHELAN GODOY. Op. Cit. idem.

Ao iniciar seu movimento, Tupac Amaru anunciou no manifesto³³ de sua insurreição, o fim do domínio colonial e a garantia da proteção de *criollos*, mestiços, negros e indígenas, mas em nenhum momento sugeria o restabelecimento da ordem pré-hispânica como Tupac Katari.

A rebelião de Tupac Amaru ficou limitada à região de Cuzco, enquanto que a de Katari se espalhou por cidades do Alto Peru como Oruro, Cochabamba e La Plata (Sucre), além de importantes comunidades indígenas rurais. Gustavo Rodriguez Ostría³⁴ relata uma série de rebeliões em Cochabamba e nas províncias vizinhas de Oruro e Chuquisaca nas duas semanas que antecederam o cerco a La Paz, iniciado em 13 de março de 1781. Pela violência racial, muitos espanhóis e mestiços foram degolados durante a insurreição de Katari que se espalhou por uma área geográfica muito mais ampla do que aquela liderada por Amaru em Cuzco.

Gabriel René-Moreno relata no clássico *Últimos días coloniales en el Alto Perú*³⁵, que a insurreição de Tupac Katari em La Paz havia encontrado na juventude da cidade de La Plata, hoje Sucre, apenas curiosidade: “Los vecindarios urbanos i la plebe mestiza se pusieron en aquella ocasion abiertamente del lado de los dominadores europeos. Juzgaban el levantamiento con criterio español”.³⁶

Moreno faz referencia à juventude da Universidade de São Francisco Xavier, fundada em 1624, junto da sede da Audiência de Charcas. A Audiência era a máxima instância judicial e ao mesmo tempo a maior autoridade política no Alto Peru.

La Audiencia anegó después en sangre indígena las calles i las plazas de la capital, para escarmiento de las jeneraciones presentes i de las venideras. Los indios, en efecto, no tornaron a sublevarse otra vez. Así i todo, tanta crueldad fue una falta política. Aunque súbditos convencidos hoí del rei de España, ¿quién pudo entonces impedir a esos criollos i mestizos, a esos que estudiando la ciencia de la justicia contemplaban desde los balcones de la Universidad las atroces inmoluciones, el recapacitar con amargura sobre las iniquidades administrativas que habían provocado hasta la desesperación el alzamiento? Porque, después de todo, españoles europeos eran todos los que por logro o privilegio servían de agentes oficiales a la opresión común en el Alto-Perú, mientras que la indiada venia a ser hermana de los

³³ Anónimo, Relación Histórica de los sucesos de la rebelión de José Gabriel Tupac Amaru en las provincias del Peru, el año de 1780, Biblioteca Virtual Universal 2003, no endereço: www.biblioteca.org.ar/libros/8721.pdf

³⁴ RODRIGUEZ OSTRÍA, Op. Cit. 2012.

³⁵ MORENO, Gabriel René. Últimos días coloniales en el Alto Perú. Santiago: Imprenta Cervantes, 1896.

³⁶ MORENO, Op. Cit, p. 55.

estudiantes alto-peruanos por el vínculo del suelo, de algunos por los vínculos del suelo i de la sangre³⁷.

Em uma nota de rodapé, Moreno lista o balanço daquele que chamou esplêndido Carnaval e Quaresma: em 17 de março de 1781 foram enforcados 11 rebeldes no principal passeio público da cidade, e pela tarde punidos com chicotadas e mutilados 14 outros na praça principal. Um mês depois, foram enforcados 5 rebeldes pela manhã; e de tarde foram esquartejados. Em 7 de maio, foram enforcados 7 rebeldes que foram degolados e esquartejados em um palanque, outros 34 foram mortos com tiro de arcabuz.

Amaru e Katari foram esquartejados como parte de um processo de repressão contra os indígenas que se estendeu por vários meses. Apesar da violenta repressão contra os rebeldes, espanhóis e *criollos* nunca abandonaram seus temores da repetição daqueles fatos.

El descuartizamiento de Túpac Katari es un acto que reviste una evidente naturaleza simbólica, tanto para colonizadores como para colonizados. A través de él, españoles y criollos transmiten, en el lenguaje metafórico de la violencia, su noción del derecho de conquista. En lo que pareciera únicamente un acto de “escarmiento” ejemplarizador por su crueldad, los españoles comunican a los indios el significado profundo del hecho colonial: la fragmentación da la integridad orgánica de la sociedad dominada. Los combatientes indios, por su parte, comprenden vívidamente el mensaje de la derrota, pero sólo como uno de los movimientos pendulares en el curso cíclico de la historia. De este modo, el evento histórico reinicia el ciclo de la espera mesiánica, que cristalizará en el regreso del líder o en la culminación del proceso de crecimiento de sus miembros cercenados por debajo de la tierra. En futuras fases de ascenso de la lucha india —como en el caso de la rebelión de Pacajes en 1914— el mito sufrirá nuevas reinterpretaciones a la luz de la historia. El proceso continúa hasta el presente. No en vano la tradición oral atribuye a Tupac Katari el anuncio de su retorno “convertido en miles de miles”, tema que se ha convertido en la actualidad en un vibrante llamado a la unidad y a la lucha de los oprimidos de Bolivia. Mito e historia convergen así en una dialéctica cuyo resultado es la reproducción cambiante de las percepciones andinas sobre la sociedad y sobre la historia³⁸.

³⁷ Idem. pp. 55-56.

³⁸ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Oprimidos pero no vencidos, Luchas del campesinado aymara y quechua 1900-1980. La Paz: La Mirada Salvaje, cuarta edição, 2010. p. 103.

Os movimentos indígenas de fins do século XX se inspiram nas rebeliões de Tupac Katari, e o exemplo já havia sido invocado na mobilização que levou à participação indígena na guerra civil de 1899 ao lado do Exército liberal e, um século mais tarde, em 2006, a que levou Evo Morales, um indígena, à presidência da República.

A rebelião de Tupac Katari, vista na perspectiva da longa duração, reforça a hipótese de lógicas diferentes para a ação política das elites *criollas* e mestiças e aquelas das populações indígenas. A elite *criollo*-mestiça lutou pela independência e ajudou a erguer as instituições republicanas divorciada da maioria indígena que permaneceu na condição subalterna até meados do século XX. Se as comunidades indígenas participaram de alguma forma nas lutas pela independência, é inegável que essa participação foi limitada diante dos temores de uma repetição dos sucessos de 1780. Os historiadores atribuem a esse temor a decisão dos dirigentes *criollos* e mestiços de limitar a participação indígena nos quinze anos da guerra da independência. Seu papel, por isso, não foi reconhecido na historiografia boliviana. Entretanto, os exércitos a serviço da coroa espanhola não hesitaram em recrutar importantes contingentes indígenas em suas fileiras, prova disso é a participação do cacique quéchua Mateo Pumacahua que comandou indígenas para manter a ordem colonial no Peru e somente em 1814 passou às fileiras dos que lutavam pela independência.

A rebelião de Tupac Katari pode, portanto, ser considerada aqui como sintoma de um mal-estar indígena provocado pela exclusão e pela condição subalterna. Essa condição é dada em primeiro lugar pela cor da pele, pela incompreensão da língua do conquistador e por não saber ler e escrever, e também por viver sob permanente ameaça de violência.

Quijano observa que “na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”³⁹. Ensina que “se um Estado-Nação moderno pode expressar-se em seus membros como uma identidade, não é somente devido a que pode ser imaginado como uma comunidade. Os membros precisam ter em comum algo real, não só imaginado, algo que compartilhar⁴⁰”. Nos estados modernos essa participação ocorre na distribuição do controle do poder.

³⁹ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, em Edgardo Lander (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas, Colección Sur Sur, Clacso, Buenos Aires, 2005, p. 107.

⁴⁰ Idem, p. 119.

4 A exclusão legal

Em quase dois séculos de história do Estado-Nação, a maioria dos indígenas esteve excluída das decisões políticas, fato evidenciado nos textos constitucionais que negam a cidadania a todos aqueles bolivianos que trabalhavam no regime de servidão, isto é, no trabalho doméstico não remunerado ou *pongueaje*, equivalente a um regime de servidão.

A promulgação de uma constituição política de 1826, outorgada por Simón Bolívar, pode ser considerada o ponto de partida desse tratamento em relação aos indígenas, que se renova em cada reforma constitucional. Como muitos estudiosos no assunto destacam, a primeira constituição boliviana, marcada pelo liberalismo pretendia transformar os indígenas em cidadãos, o que certamente deixava de lado algumas instituições indígenas preservadas durante o período colonial, como o trabalho coletivo em terras comunitárias.

A primeira Carta Magna excluía a grande maioria dos indígenas da condição da cidadania, e portanto, do processo político nacional, porque era analfabeta. Apenas uma pequena parte da população indígena que emigrava para as cidades aprendia a ler e escrever. Segundo a Carta Magna, para ser cidadão era necessário, além de ser boliviano, ser casado ou maior de 21 anos, saber ler e escrever (exigência que só passou a vigorar a partir de 1836) e ter emprego, com exceção dos empregos domésticos. Os empregos domésticos sem remuneração ou *pongueaje* eram uma característica dessa relação herdada do período colonial entre os proprietários de terras e os indígenas que se manteve intocada em grande parte da Bolívia andina até a Revolução de 1952.

O requisito da alfabetização para votar e exercer a cidadania excluía pelo menos 90% da população nos primeiros anos da república. Diante da situação, os dirigentes do novo país estabeleceram o prazo de uma década para a vigência dessa limitação, isto é, até 1836, na expectativa de superar essa limitação no prazo de uma década.

Era un régimen censitario que asignaba a pocos la virtud de elegir y a la muchedumbre la ignorancia de no saber hacerlo, lo que implicaba que la calidad de los elegidos dependía de la de los electores. Desde la constitución de 1839 hasta la

Revolución de 1952 ese fue el tipo de sufragio presente en Bolivia: directo, masculino, censitario y alfabeto.⁴¹

Marta Irurozqui menciona as transgressões e modificações promovidas pelos excluídos do sistema eleitoral censitário boliviano, adotando por um lado a informalidade que beirava a ilegalidade, e por outro, indicando a participação no processo eleitoral de um grupo constituído por operários, artesãos e capatazes de fazendas como votantes e membros dos grupos de choque a serviço tanto do governo quanto da oposição.

Segundo o Relatório Pentland, elaborado no segundo ano da República (1826), 75% da população estimada em 1.100.000 habitantes estava constituída por indígenas.

La gran masa de los habitantes de Bolivia se compone de indios aborígenes que forman tres cuartas partes de la población total, o sea cerca de 800.000 almas, empleados en las varias ocupaciones de la Agricultura y de las Minas; hablan diferentes dialectos (...) las razas mezcladas, denominadas cholos o mestizos, no pasan de 100.000 habitando juntamente con los blancos las grandes ciudades y pueblos; son por lo general los hijos de padres europeos o criollos con madres indias⁴².

Essa radiografia da situação do novo país registrava também que a Bolívia não tinha escolas no início da República. O ambiente educativo se limitava a um seminário para a formação de padres, uma Universidade que formava advogados e clérigos, e algumas instituições em ruínas deixadas pelos jesuítas, o que obrigou a Bolívar e Sucre a adotar como prioridade a criação de escolas e hospitais nas principais cidades. Naqueles anos, só um terço da população boliviana habitava as cidades ou pequenos povoados.

Em 1851, o estatístico José María Dalence publicou um novo levantamento que registrava a situação calamitosa da educação.

Participando de las ventajas de la educación solamente una décima parte de los niños llamados a ella por su edad, resulta que hay un educando entre diez; de donde puede inferirse sin violencia, que en la república no existen sino 100.000 personas

⁴¹ IRUROZQUI, Marta. Ebrios, vagos y analfabetos: El sufragio restringido en Bolivia, 1826-1952. Revista de Indias, 1996, Vol LVI, número 208. p. 699.

⁴² PENTLAND, Joseph Barclay. Informe sobre Bolivia 1826. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia. Sucre: Casa de la Moneda, 1975. Vol. 3. p. 41.

(7%), poco mas o menos, sobre 1,373,895 habitantes que posean las ventajas de la educación e instrucción: esto es espantoso y deplorable y debe llamar enérgicamente la atención del Gobierno⁴³.

Ao voto dos alfabetizados somou-se a condição de possuir renda que não fosse proveniente da prestação de serviços domésticos.

Há trabalhos recentes que destacam a participação indígena nos processos eleitorais ao preencher as condições legais para isso, mas parecem exceções que confirmam a exclusão da maioria indígena das prerrogativas da cidadania. O exercício pleno dos direitos de cidadania, no século XIX e metade do século XX seria o contrapeso em uma sociedade controlada politicamente por uma elite *criollo*-mestiça, que não raro recorria à violência para limitar a participação ou a reivindicação de alegados direitos sociais e políticos.

A dez primeiras constituições bolivianas limitavam o exercício dos direitos políticos a uma pequena elite econômica e política e mantinham de forma indireta a condição subalterna da maioria da população em um regime velado de servidão.

O ponto de inflexão para as mudanças e para o fim da condição servil dos indígenas foi a Guerra do Chaco (1932-1935) na qual os membros da elite *criollo*-mestiça e os indígenas se viram na obrigação de lutar pelo que se considerava a integridade territorial boliviana, após a ruptura de um longo processo de negociações diplomáticas com Paraguai sobre alegados direitos sobre o Chaco Boreal.

A participação indígena no conflito armado, lembrada por muitos cronistas como “carne de cañón”, criou as condições para o debate em torno do papel dos indígenas na sociedade nacional. Estima-se em 200 mil o número de bolivianos mobilizados ao longo dos três anos do conflito e o número de bolivianos mortos em torno de 50 mil.

Si bien las clases indígenas constituyeron el grueso de la masa combatiente, el mestizo y el blanco empuñaron también el fusil, en cantidad proporcional a su número en la población total de la república. Aunque no puede dejar de apuntarse que el blanco, por ser alfabeto y por sus relaciones de parentesco o influencias

⁴³ DALENCE, Jose María. Bosquejo Estadístico de Bolivia. Sucre: Imprenta de Sucre, 1851. p. 242.

políticas con los dirigentes de la campaña, se ‘emboscó’ en gran número en los servicios administrativos de etapas, transportes, comandos y sanidad⁴⁴.

Só em 1938, três anos depois do fim das hostilidades, o texto constitucional aboliu qualquer tipo de prestação de serviços não remunerados, avançando talvez muito além do que permitiam as condições políticas da época, marcada pela emergência de correntes ideológicas de corte marxista ou de movimentos nacionalistas que buscavam mudar a velha ordem das oligarquias mineiras e agrárias.

Depois do conflito bélico a questão indígena havia entrado na agenda nacional como um dos temas mais importantes junto com a questão fundiária, a educação e o controle da vida política exercido pelos proprietários das minas, chamados “barões do estanho”, em um contexto em que a mineração era a base da atividade econômica nacional.

Após a Guerra do Chaco surgiu um movimento político de características urbanas, mas com forte apoio na população indígena empregada na agricultura e na mineração, em busca de transformações políticas na sociedade. A Constituição de 1938, além de levar adiante a nacionalização dos recursos naturais, estabeleceu o controle estatal sobre a exportação do petróleo e representou notável avanço ao reconhecer e garantir a existência das comunidades indígenas. Até então, as constituições não se referiam expressamente aos indígenas e de certa maneira pode se dizer que faziam de conta que não existiam. A Constituição de 1938 mencionava também a necessidade de regularizar a propriedade da terra mediante aprovação de lei específica.

Sete anos depois, entretanto, a Constituição de 1945 mantinha as restrições à participação dos indígenas (e da população analfabeta em geral) nas eleições, uma vez que o voto estava limitado à população alfabetizada (em espanhol) o que era uma restrição importante para dois terços da população que se expressavam em aymara e quéchua, além de outras línguas. O analfabetismo era um fenômeno corrente nas áreas rurais onde viviam 74% dos bolivianos em 1950, segundo dados do Instituto Nacional de Estadística (INE) da Bolívia.

⁴⁴ QUEREJAZU CALVO, Roberto. Masamaclay, Historia política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco, segunda edición ampliada. La Paz: Los Amigos del Libro, 1975, p. 129.

Em 1952, o nacionalismo revolucionário acabou, por decreto e não pela via constitucional, com essas restrições e instituiu o voto universal (que por primeira vez foi exercido nas eleições de 1955) e os direitos políticos sem distinções. O governo nacionalista revolucionário apoiado nas classes médias urbanas se esforçou em consolidar uma identidade nacional que teve expressão nas artes, e principalmente no muralismo em que se destacam mineiros e camponeses armados.



“Lucha del Pueblo por su Liberación, Reforma Educativa y Voto Universal (detalle). Mural de Miguel Alandia Pantoja no Monumento à Revolução Nacional, Praça Villarroel, La Paz. 1964.

A revolução de 1952 representou a primeira vitória do povo em armas contra o Exército, após uma luta de uma semana nas ruas das principais cidades bolivianas. O Exército havia apoiado um ano atrás o golpe destinado a evitar a chegada ao governo do nacionalismo revolucionário, que havia vencido as eleições do ano anterior. O novo governo adotou o termo “povo” para nomear essa nova identidade indo-mestiça urbana e “camponês” para os indígenas do campo. Criou um ministério de “Assuntos Camponeses”, para levar adiante a reforma agrária e para tratar dos temas da população indígena. A reforma educativa adotou como prioridade a alfabetização nas áreas rurais sob perspectiva da assimilação dos indígenas.

O nacionalismo revolucionário havia transformado indígenas em camponeses na tentativa de dar um novo sentido à distribuição de terras propiciada pela reforma agrária, além de acabar com o latifúndio e seu poder na política nacional.

O nacionalismo revolucionário havia propiciado o ingresso dos indígenas aymaras e quéchuas na política e sucessivos governos, após o golpe militar de 1964, levaram adiante esse vínculo propiciando pactos políticos. O chamado pacto militar-camponês havia sido instituído como uma barreira temporária às demandas dos indígenas.

Mas, o nacionalismo mestiço, instituído em 1952, foi progressivamente objeto de contestação por parte dos movimentos indígenas como o Katarismo e o Indianismo que rejeitavam a política da assimilação dos indígenas em uma sociedade crescentemente mestiça.

Os novos movimentos indigenistas passaram a defender, no bojo de outras demandas de caráter econômico e social, o reconhecimento social e político, algo que veio a ocorrer na Constituição de 1995 que definiu a Bolívia como uma sociedade multiétnica e plurinacional. Em 2010 uma nova constituição inaugurou o Estado Plurinacional.

As lentas mudanças parecem se sobrepor aos antigos temores de desintegração nacional do passado que foram uma constante na história boliviana. A exclusão da maioria da população ou a desintegração que foram marca forte de grande parte da sua história, além das dificuldades de avanço no desenvolvimento pareciam deprimir o sentimento nacional, por ser, como aponta Pablo Stefanoni, “o país que perdeu todas as guerras e grande parte de seu território para seus vizinhos”.⁴⁵

5 Os massacres

A violência do Estado contra as populações indígenas em conflitos agrários é uma das características da segunda metade do século XIX, mas também da crescente participação política dos indígenas em busca da recuperação de terras comunitárias que haviam sido tomadas pelo governo.

⁴⁵ STEFANONI, Pablo. Que hacer con los indios. La Paz: Plural Editores, 2010, p. 40.

A primeira constituição não havia conseguido consolidar a propriedade individual das terras, de acordo com os princípios liberais, porque o novo Estado nascia totalmente quebrado: a mineração havia sido praticamente suspensa em 1809, no início da Guerra da Independência, e não houve investimentos necessários para dinamizar a economia do novo país.

Por isso, os dirigentes do novo país identificaram no tributo indígena uma importante fonte de recursos para sustentar o Estado, e com isso se manteve intocada a propriedade comunitária das terras indígenas.

Mas o período marcado pelo caudilhismo que se estende da Independência, em 1825, até 1880, se caracteriza também pela inexistência da coesão interna, uma vez que a instabilidade política obrigava a uma administração itinerante em que o Presidente da República com frequência era obrigado a sufocar rebeliões à frente do pequeno Exército nacional.

La extensión del territorio boliviano y la diversidad de sus habitantes hacían muy difícil una cohesión interna que posibilitara un Estado-Nación sólido e estructurado. De ahí que se generaron poderes locales y regionales con diferentes intereses, así como amplios territorios abandonados y librados a su suerte, lo que facilitó el surgimiento del caudillismo⁴⁶.

A preponderância do poder militar entre a independência, em 1825, e 1880, quando os civis retomam o poder político assentado em partidos, parece também decorrência da longa guerra da independência em que os vencedores assumem o comando do país.

De una parte, comparten la retórica de la Ilustración en cuanto a “mayoría de edad” de las naciones para gobernarse a sí mismas, que implica siquiera parcialmente el concepto de ciudadanía y, de ese modo, el de igualdad política, mientras que el contexto de guerra prolongada hace del mando militar una manera “natural” de relacionamiento jerárquico entre los hombres. Si a esta última vertiente la situamos en la estructura social sobre la que está organizada la sociedad, de jerarquías étnico-raciales y clasistas, comprenderemos mejor la inercia de la realidad sobre los acontecimientos políticos que daban lugar a la conformación de nuevos Estados⁴⁷.

⁴⁶ MENDIETA, Pilar. Entre la alianza y la confrontación, Pablo Zárate Willka y la rebelión de 1899 en Bolivia. La Paz: Plural Editores, Instituto de Estudios Bolivianos, Instituto Francés de Estudios Andinos, Asdi. 2010, p. 54.

⁴⁷ ROJAS ORTUSTE, Gonzalo. Cultura política de las élites en Bolivia. La Paz: Centro de Investigación y Promoción del Campesinado/ Fundación Friedrich Ebert, 2009, pags. 53-54.

Romero Pittari atribui o vigor do caudilhismo boliviano ao carisma construído sobre relações pessoais, ao baixo nível educacional da população, à limitada população das cidades, e à importância de qualidades como a valentia, a coragem e a inteligência. O caudilho precisava contar com a lealdade no seio da instituição militar, além de ter a capacidade para assumir o poder e mantê-lo. Detalhe importante na mentalidade dos chefes militares do século XIX foi a admiração pelas proezas de Napoleão Bonaparte.

El personalismo del caudillo, que provenía de las tradiciones heredadas de España, halló un modelo en Napoleón y sus mariscales, que esos hombres en busca de fama y poder se apresuraron en hacer suyo e imitar. Santa Cruz, dicen sus biógrafos, molestaba a la aristocracia limeña por los aires napoleónicos que se daba en el trato con la gente. En el país existió un culto popular por el Emperador, manifiesto en grabados, estatuillas de estuco e incluso de bronce o mármol hasta no mucho vendidas en las ferias como la de Alasitas⁴⁸.

O caudilhismo militar, a doença política que se abateu sobre as novas repúblicas americanas, foi especialmente nefasto na Bolívia, porque se acentuaram as arremetidas contra as terras das comunidades indígenas, especialmente na região andina e também porque nesse período ocorreram significativas perdas territoriais para o Brasil e para o Chile.

Mariano Melgarejo (1864-1871), um homem criado na caserna que passou boa parte dos seus seis anos de governo sufocando rebeliões viu nas terras comunitárias indígenas uma fonte adicional de renda para as arcas do Estado e um recurso destinado a recompensar o apoio político dos seus adeptos. Além dos abusos de toda ordem é lembrado por ser pioneiro no uso do exército para reprimir o conflito étnico-social.

O primeiro massacre ocorreu em 1869 na localidade de Huaicho, próxima da fronteira boliviano-peruana, onde os indígenas haviam dado morte às autoridades locais em protesto pela espoliação de que eram vítimas. O exército na perseguição dos rebeldes invadiu território peruano para levar adiante o extermínio de indígenas que só dispunham de paus e pedras diante da fuzilaria oficial. A essa ação seguiram-se outras em Ancoraimes, Taraco e Tiquina, localidades próximas de La Paz.

⁴⁸ ROMERO PITTARI, Salvador. Caudillos, Estado de Derecho y constituciones en Bolivia. La Paz: Revista Opiniones y Análisis, número 96, 2008, p. 20.

No fim do século XIX, as elites *criollo*-mestiças e urbanas, imbuídas das doutrinas positivistas, passaram a acreditar que o indígena era um obstáculo no caminho ao progresso, baseados nas ideologias de supremacia racial, como ilustra José Vicente Dorado, citado por Mendieta.

Arrancar esses terrenos de mãos do ignorante indígena atrasado, sem meios, e transferi-los à empreendedora, ativa e inteligente raça branca, ávida de propriedades e fortuna, cheia de ambição e de necessidades, é efetuar a conversão mais saudável na ordem social e econômica da Bolívia.⁴⁹

Em 1871, uma revolução que contou pela primeira vez com participação indígena, acabou com o governo de Melgarejo, mas não com as tentativas de expropriar as terras comunitárias e transformar os índios em servos dos novos proprietários. O sétimo artigo da lei desvinculação, promulgada em 1874, aboliu novamente o direito à propriedade coletiva e às comunidades, bem como o direito de organização em comunidades como seus ancestrais: “7.º A partir da concessão de títulos de propriedade, a lei não reconhecerá comunidades. Nenhum indivíduo ou reunião de indivíduos, poderá tomar o nome de comunidade ou ayllu, nem se apresentar por eles perante nenhuma autoridade”.⁵⁰

A lei, além da continuidade de um conflito pela posse da terra, pode ser vista ademais como a persistência de uma atitude da classe dominante em relação às comunidades indígenas procurando mantê-las na condição de subserviência e obviamente privadas de direitos.

6 A guerra das raças

É nesse período de conflitos agrários, principalmente na região andina, que surgem os “apoderados” (pessoas com saber jurídico e detentores de uma “carta poder” ou procuração para representar comunidades indígenas) que passam a representar os interesses dos indígenas

⁴⁹ Folheto de José Vicente Dorado citado por Mendieta, 2010, Op. Cit. p. 91.

⁵⁰ LEY Nº 05: del 05-10-1874 – Tierras de comunidad. Su exvinculacion: impuesto que deben pagar los propietarios: mesas revisitadoras. Disponível no endereço: <http://www.leyes.biz/ley-no-05-del-05-10-1874-tierras-de-comunidad-su-exvinculacion-impuesto-que-deben-pagar-los-propietarios-mesas-revisitadoras/> consultado em 03 de outubro de 2014.

perante a justiça, exercendo também um papel de mediação entre as comunidades e o judiciário que aos poucos foi se transformando em liderança política.

A experiência indígena de participação política na derrubada de Melgarejo, em 1871, havia sido positiva ao incluir o tema dos conflitos pela terra na agenda política das elites *criollo*-mestiças que governavam o país, mas depois de um período de trégua a pressão sobre as terras comunitárias voltava com mais intensidade.

Por isso, a guerra civil de 1899 na Bolívia quando se enfrentaram conservadores no governo e liberais na oposição foi vista pelos “apoderados” ou procuradores como uma oportunidade para resolver antigos problemas pela posse da terra e, indiretamente, garantir a participação das comunidades indígenas na política nacional.



Pando (de pé e uniforme militar) e Willka (sentado no chão) após selar aliança em 1899. Archivo de La Paz.

A interpretação corrente desse conflito entre conservadores e liberais atribui sua causa à decadência da mineração da prata, base política dos conservadores e à crescente importância econômica da mineração do estanho. Além da mudança econômica havia também uma questão regional porque La Paz, principal centro comercial do país, aspirava a tornar permanente sua condição de sede do governo. Os liberais de La Paz defendiam também a causa do federalismo diante dos conservadores que preferiam manter o sistema unitário.

O líder dos “apoderados” ou procuradores, Pablo Zárate, mais conhecido como Willka, havia feito um acordo com o então coronel José Manuel Pando, o líder dos liberais, para apoiar a derrubada do governo conservador, em troca da devolução das terras comunitárias.

Há diversas interpretações para o papel dos indígenas na guerra civil, mas há bons argumentos que defendem a tese baseada na cosmovisão aymara de que os indígenas aproveitaram a guerra para buscar uma mudança radical (Pachacuti). Essa tese, segundo a qual “a sociedade andina devia retornar à antiga ordem pré-hispânica ou pelo menos a alguma parecida”⁵¹, é defendida por Ramiro Condarco Morales no clássico *Zárate, El temible Willka*.

Os indígenas participaram em várias ações como um corpo auxiliar das tropas de Pando, mas em diversas ocasiões tiveram iniciativas de luta como nas localidades de Ayo-Ayo e Peñas em que foi comum a invasão de fazendas, a destruição de propriedades e principalmente a execução de todos aqueles considerados inimigos da causa indígena. Essas ações levaram posteriormente a sustentar a tese de que os indígenas, embora alinhados com a causa liberal, lutavam para revidar a opressão de vários séculos.

Há quem considere que os indígenas atuaram sob o comando liberal para derrubar o governo conservador por considerá-lo usurpador de terras. Essa aliança entre indígenas e liberais entrou em colapso depois dos acontecimentos de Mohoza, onde ocorreu um massacre de 120 membros de um destacamento do exército liberal. O episódio em que indígenas exterminaram soldados e oficiais aliados parece o sintoma de uma tensão étnica que podia explodir a qualquer momento.

⁵¹ CONDARCO MORALES, Ramiro. Zárate, el “Temible” Willka, Historia de la rebelión indígena de 1899, Renovación, segunda edição, La Paz, 1983.

Os indígenas liderados por Lorenzo Ramirez, procurador do pequeno povoado de Mohoza e homem de confiança de Willka, executaram os militares na noite de 28 de fevereiro a 1 de março de 1899. Os abusos cometidos pela tropa contra os indígenas à sua chegada ao pequeno povoado teriam despertado o sentimento de revolta, ao mesmo tempo em que eclodiam diferenças pessoais entre as autoridades mestiças. A distribuição de álcool e coca são mencionados como ingredientes de uma noite de violências que incluíram a castração e decapitação dos membros daquele destacamento militar.

Os fatos ocorridos em Mohoza fizeram recuar os liberais das suas promessas iniciais e reavivaram o medo interiorizado da elite no sentido de que se havia gerado uma “guerra de raças”. Os índios passaram rapidamente da condição de patriotas e vítimas do sistema à de um grupo perigoso pela sua capacidade política.⁵²

O processo judicial de Mohoza, reforçou no imaginário boliviano o estigma do índio como violento e bárbaro, ignorante e inconfiável, o que deu lugar a uma verdadeira criminalização do indígena, que deveria ocupar um não-lugar na totalidade nacional.

Esse imaginário construído ao longo da década que durou o processo em que os acusadores eram proeminentes figuras no novo governo liberal instalado no país, ajudou a enterrar por várias décadas as reivindicações indígenas.

O sociólogo Salvador Romero Pittari ao fazer uma análise da literatura boliviana da virada do século, observa outros traços de exclusão indígena diante do temor das autoridades de uma nova insurreição indígena.

Ciertas condiciones restrictivas del pasado continuaron operando: como la llamada prohibición de reclutar indígenas para el servicio militar obligatorio que duró hasta 1907, en la cual se dieron la mano prejuicios ancestrales y los temores multiplicados por las acciones indígenas durante la reciente Revolución Federal⁵³.

⁵² MENDIETA, Pilar. Caminantes entre dos mundos: Los apoderados indígenas en Bolivia (Siglo XIX). Madrid: Revista de Indias, 2006, vol. LXVI, núm. 238, p. 782.

⁵³ ROMERO PITTARI, Salvador. Las Claudinas: Libros y sensibilidades a principios de siglo en Bolivia. Serie investigaciones sociales. La Paz: Caraspas Editores, 1998. p. 3.

O massacre de Mohoza havia reforçado antigos preconceitos que mantinham na lembrança o cerco a La Paz e as rebeliões indígenas de 1781.

Convertidos discursivamente en un colectivo bárbaro, sangriento, inasimilable por la civilización occidental, y, por tanto, necesitado de una tutela disciplinadora de su potencial arcaico, los indios fueron objeto de una política de invisibilización pública a través tanto de condenarlos a una criminalidad innata, explicitada en su deseo de una guerra de razas, como de convertirlos en una población eternamente infantil incapaz de comprender el juego político. Ambas posturas, al acusar a la población india del pecado de heterogeneidad cultural y responsabilizarla de la ausencia de cohesión social y tradición cultural, le negaban un papel activo en la confección de la nación y la dejaban recluida en una imagen esencialista y apolítica que la tornaba en objeto de políticas públicas⁵⁴.

A “guerra das raças” mostrava à sociedade boliviana o caráter anômalo que havia sido a exclusão indígena e que periodicamente explodia em episódios de violência, criando uma situação que muitos comparavam com uma panela de pressão.

En conclusión, aunque los liberales introdujeron representaciones y prácticas políticas propias de la modernidad, Bolivia siguió anclada en el orden simbólico colonial construido en torno a la visión de una pluralidad pactada y jerárquica. En las primeras décadas del siglo XX, la sociedad boliviana tuvo grandes dificultades para expresarse, según el registro de la modernidad, como un "contrato" entre individuos. Al contrario, después de un siglo de existencia, persistía la representación de la nación como heterogeneidad, como una polifonía discordante de pueblos, caudillos, provincias, grupos sociales y ciudades que coexisten en un territorio y cuya legitimidad proviene de pactos y transacciones de poder⁵⁵.

7 O debate sobre a Nação

Apesar de que os textos constitucionais levariam ainda muito mais tempo para consagrar novos entendimentos políticos, a literatura boliviana de fins do século XIX já havia iniciado um debate sobre a complexa temática da identidade nacional.

⁵⁴ IRUROZQUI, M. Los hombres chacales en armas. Militarización y criminalización indígenas en la Revolución Federal de 1899. En Irurozqui, M. (ed.) *La mirada esquiva. Reflexiones históricas sobre la interacción del Estado y la ciudadanía en los Andes (Bolivia, Ecuador y Perú), siglo XIX*. (pp. 285- 320). Madrid: CSIC, 2005.

⁵⁵ LASERNA, Roberto. *La Trampa del Rentismo*. La Paz: Fundación Milenio, 3a edição Op. Cit. p. 70.

*Juan de la Rosa, Memorias del último soldado de la Independência*⁵⁶, publicado por Nataniel Aguirre (1843-1888) em 1885 foi um desses livros, misto de romance histórico e memórias, que além de uma crônica sobre as lutas contra o domínio colonial espanhol, acabou sedimentando uma ideia de país que excluía a comunidade indígena. Importante na construção do imaginário pelo fato de sua leitura ser obrigatória nas escolas, o livro conta as aventuras de um menino nas ruas de Cochabamba que vai descobrindo sua origem mestiça no início da Guerra da Independência. Seu mestre, um religioso, exalta o caráter da luta dos *criollos* e mestiços no início do século XIX e condena as rebeliões indígenas. Aguirre, como outros escritores de sua época, reivindicava para *criollos* e mestiços a iniciativa para acabar com o domínio colonial em um discurso que procurava tornar invisível o indígena, atribuindo à rebelião do mestiço Alejo Calatayud o caráter pioneiro na luta pela independência.

—No cansaré tu atención con la más breve noticia de las sangrientas convulsiones en que la raza indígena ha querido locamente recobrar su independencia, proclamando, para perderse sin remedio, la guerra de las razas. Recordaré sí, con alguna extensión, un gran suceso, un heroico y prematuro esfuerzo, que conviene a mi objeto y nos interesa particularmente⁵⁷.

Aguirre sustenta também no romance que os mestiços já eram em 1730, a maioria da população, o que não corresponde com os dados como os do Relatório Pentland que estimava em 75% a população indígena em 1826. O autor teria expressado apenas uma aspiração da hegemonia da elite *criollo*-mestiça do século XIX.

La experiencia indígena muestra que la construcción de la nación presentó dos campos políticos relativamente autónomos: el de las elites criollo-mestizas y el del movimiento de la subalternidad indígena. La Revolución federal de 1899 se encontró en la intersección de estos dos campos, hecho que no es suficientemente reconocido cuando se trata de explicar el funcionamiento del liberalismo dominante⁵⁸.

⁵⁶ AGUIRRE, Nataniel. *Juan de la Rosa, Memorias del último soldado de la Independencia*. Caracas: Biblioteca Digital Ayacucho, 2005.

⁵⁷ Aguirre. Op. Cit. p. 34.

⁵⁸ SANJINÉS, Javier. *El Espejismo del Mestizaje*. La Paz: Programa de Investigación Estratégica de Bolivia (PIEB), segunda edición, 2014, p. 44.

A guerra federal de 1899, além de um forte trauma na sociedade boliviana, marcou o início do debate sobre o que alguns acreditavam como uma necessidade premente: regenerar a nacionalidade, contaminada pelos ‘defeitos’ do indígena. Nesse objetivo se misturavam tanto as tentativas de branqueamento racial, consoante com as teorias de superioridade racial vigentes na época, quanto na necessidade de atrair correntes migratórias.

A precária infraestrutura de transportes, a condição de país mediterrâneo, os efeitos da altitude na saúde humana, foram fatores restritivos para as correntes migratórias na virada do século, apesar do atrativo que representou o auge da mineração. Entretanto, a Bolívia se beneficiou em menor medida da forte corrente migratória entre 1880 e 1920 para América Latina ao receber imigrantes do Leste europeu e do Oriente Médio que fugiam de impérios em crise. As correntes migratórias, no entanto, nunca tiveram na Bolívia o impacto que alcançou em países vizinhos como Argentina e Brasil ou mesmo em países pequenos como Uruguai e o Chile.

Na primeira década do século XX, o debate sobre o futuro do país havia recebido a influência das correntes positivistas, que destacavam o avanço geral dos povos rumo ao progresso, mas muitos intelectuais julgavam que os indígenas constituíam um obstáculo na trilha para a modernização.

Alcides Arguedas (1879-1946), um representante dessa elite *criollo*-mestiça, publicou os romances *Wata-wara*, em 1904, e *Raza de Bronce*, em 1919, em que expunha as vicissitudes dos indígenas.

Antonio Mitre, observa a perplexidade de um dos personagens de *Raza de Bronce*, quando faz referência à condição dos indígenas na sociedade boliviana, muito inferior, na comparação com os *mujiques*, os camponeses da Rússia no período anterior à revolução socialista de 1917.

Pero lo que no me explico todavía es por qué los propietarios no intentan algo por mejorar la suerte del indio, para hacer de él un aliado y no un siervo. Yo conozco el estado social de Rusia, que tantos lamentos provoca en el mundo por el estado de abyección y servidumbre en que vive el mujik; pero te aseguro que su condición es mil veces más feliz y ventajosa que la del pobre indio del yermo. La miseria del indio no tiene igual en el mundo, porque es miseria de miserable, en tanto que la del

ruso es sólo miseria de hombre, susceptible a veces de cambiar. La del indio no cambia nunca. Siervo nace y de siervo muere...⁵⁹

Mitre destaca a importância dessa frase que por primeira vez na literatura boliviana chamava atenção para a condição do indígena e para a necessidade de fundar a nação em um novo conceito que não fosse o da raça. “Ninguém em sua época tinha conseguido mostrar com tão meridiana clareza o perigo de dissolução que ameaçava a sociedade boliviana em consequência da mentalidade petrificada que a oligarquia revelava em seu relacionamento com o índio”.⁶⁰

A obra de Arguedas parece espelhar as contradições da época em que um setor da sociedade pretendia construir um país baseado no modelo europeu enquanto as comunidades indígenas queriam ver reconhecida sua participação na vida da Nação.

Em 1909, Arguedas publicou *Pueblo Enfermo*, um dos seus mais polêmicos textos, baseado em grande parte em uma análise que tem como ponto de partida a questão racial.

De no haber predominado la sangre indígena, desde el comienzo habría dado al país orientación consciente a su vida, adoptando toda clase de perfecciones en el orden material y moral y, estaría hoy en el mismo nivel que muchos pueblos más favorecidos por corrientes inmigratorias venidas del viejo continente⁶¹.

O ensaio de Arguedas estabelecia uma relação mecanicista entre o homem e o meio ambiente, como observa Sanjinés, mostrando o indígena como um homem ríspido, duro, violento, em função do ambiente agreste das montanhas andinas. Para superar os males da nacionalidade Arguedas sugeria receitas de caráter político, moral e pedagógico, destacando a necessidade de educar os indígenas.

Em meio a diversas sugestões em torno de uma reforma educacional, que colocavam a Europa como modelo, Franz Tamayo publicou, em 1910, *Creación de la Pedagogía Nacional*, em que rejeitava as tentativas de “branqueamento” ou o afrancesamento dos indígenas, apesar de

⁵⁹ ARGUEDAS, Alcides. Raza de Bronce. Caracas: Biblioteca Ayacucho, P. 223

⁶⁰ MITRE, Antonio. O dilema do Centauro, Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, Série Humanitas, 2003.

⁶¹ ARGUEDAS, Alcides, Pueblo Enfermo. La Paz: Gisbert & Cia, 1979 [1909] com prólogo de 1936, p. 43.

ele mesmo ter feito seus estudos na França. Tamayo apontava para a necessidade de seguir na educação boliviana um caminho próprio que refletisse o que ele chamou “o caráter nacional”.

Tratándose del conocimiento de nosotros mismos, no hay ciencia europea que valga; somos un algo vivo: descubrir nuestra ley de vida, que seguramente no es francesa ni otra sino boliviana. Ocuparse solamente de vicios propios y de fórmulas ajenas es procedimiento estéril y negativo⁶².

Tamayo argumentava que o caráter nacional não devia ficar limitado ao conceito de raça, e que raça pura não existe. Ele mesmo afirmava sua mestiçagem: “Somos pues sangre índia ennoblecida por España. Y la sangre se extendió floreciendo siglo a siglo⁶³”. Assim, Tamayo seria o precursor de uma tendência que acreditava no “mestiçamento” da população, retomada, muitos anos depois, pelo nacionalismo revolucionário. Nos seus artigos publicados no jornal *El Diario* e reunidos em 1910 no livro, ele diz que se há uma herança genética, a ela deveriam se somar outros dois fatores: o instante histórico e o meio ambiente que formam o que ele chamou “caráter nacional”. Descreveu o caráter nacional como inteligência, costumes, gostos, tendências, afinidades e repulsas. Tamayo rejeitou as iniciativas para implantar modelos educacionais eurocentristas, supostamente caracterizados por um altruísmo romântico, e se perguntava, se os modelos preconizados de altruísmo seriam José Figueroa Alcorta e Rio Branco (à época presidente da Argentina e Chanceler do Brasil, respectivamente). Ambos se haviam notabilizado por agir contra a integridade territorial da Bolívia.

Quizás el aspecto más interesante de *Creación de la pedagogía nacional* sea el tono anticolonial que Tamayo le dio a su discurso. Negándose a imitar los métodos racionales del positivismo europeo, Tamayo tuvo como meta la recuperación de la energía vital indígena. El anticolonialismo tamayano, que anticipó la retórica nacionalista de las décadas posteriores, asumió la necesidad de construir una identidad original⁶⁴.

Essa mesma visão dos males bolivianos expressada por Tamayo foi retomada em certa medida por um dos ideólogos da revolução de 1952, Carlos Montenegro, que em 1953,

⁶² TAMAYO, Franz. *Creación de la Pedagogía Nacional*, Caracas: Editorial Ayacucho, [1909] 1979. P. 19.

⁶³ Tamayo, Franz. *Para Siempre!* Folheto publicado pelo autor em La Paz, 1942, pp. 5-6.

⁶⁴ SANJINES, Op. Cit. p. 56.

escrevia: “El Acre, el Litoral y el Chaco⁶⁵ son el precio que Bolivia paga por la ilusión de civilizarse a la europea, renegando de su origen y de su destino autóctonos, ilusión que ha nutrido el periodismo capitalista, disolviendo la consistencia del alma nativa”⁶⁶.

Se a consciência sobre a necessidade de reconhecer o que Montenegro chamou a “alma nativa”, amadurecida ao longo de seguidas frustrações nacionais, parecia perto de ser adquirida com a revolução de 1952, os indígenas passaram a reivindicar no fim do século XX o reconhecimento de suas etnias como parte da identidade nacional, rejeitando assim as políticas de assimilação.

Luiz Antezana sustenta que o nacionalismo revolucionário, vigente a partir de 1952, não era a ideologia de um partido político, mas “uma máquina de articulação hegemônica⁶⁷” na multiplicidade de discursos ideológicos.

Além da articulação do discurso em que nação e revolução se incorporam no imaginário e ao vocabulário nacionais, o governo havia eliminado a base de sustentação econômica da oligarquia proprietária das minas ao nacionalizá-las, estimulou a distribuição de terras “para quem as trabalha”, e elevou os indígenas à condição de novos atores políticos, mesmo que sob a roupagem de camponeses ou mineiros.

Como anota Antezana, o nacionalismo revolucionário serviu de justificativa ideológica a sucessivos governos, inclusive militares, que celebraram pactos políticos com as organizações camponesas. O novo nacionalismo mestiço foi crescentemente alvo das críticas dos dirigentes dessas organizações mais radicais que começaram a articular um novo movimento, chamado por uns de indianista ou katarista, em homenagem ao líder do movimento de 1781 que buscava a eliminação de *criollos* e mestiços. Se bem que os processos iniciados com o nacionalismo revolucionário aceleraram tanto a mestiçagem quanto a urbanização, os movimentos indianistas ganharam influência ao se organizarem em organizações de caráter sindical.

⁶⁵ Nos três conflitos a Bolívia perdeu aproximadamente 585 mil Km², uma extensão maior que a da Espanha ou da França.

⁶⁶ MONTENEGRO, Carlos. Nacionalismo y Coloniaje, Ediciones Los Amigos del Libro, La Paz, 1982 [1953], sexta edição, pag 235.

⁶⁷ ANTEZANA JUÁREZ, Luis Huáscar. Sistema y proceso ideológicos en Bolivia (1935-1979) in Ensayos Escogidos 1976-2010. La Paz: Plural editores, p. 251.

A mestiçagem promovida com critério reformista ou com critério nacionalista, iniciativa das elites que buscavam a assimilação da população indígena, era objeto de contestação porque se sustentava em “uma surpreendente ambivalência na mestiçagem como discurso oficial nacionalista que aceita a diversidade cultural, mas que a relega ao esquecimento, como ruína que pertence ao passado”⁶⁸.

A socióloga Silvia Rivera utilizou o conceito de colonialismo interno para qualificar essa peculiar modernidade na Bolívia que mantinha a comunidade indígena na condição subalterna mesmo após a revolução de 1952 e da necessidade de repensar a questão indígena.

Esta necesidad de autodeterminación significa simultáneamente un anhelo, hasta ahora frustrado, de formar parte de un proyecto nacional-popular de raíces verdaderamente democráticas y pluralistas, y la voluntad de mantener una identidad y una capacidad de irradiación propias, sustentadas en la autonomía cultural india. Es evidente que ello plantea un serio desafío para la sociedad boliviana cuyas élites, a fuerza de pensarse a sí mismas como sinónimo del país mismo, han tendido sistemáticamente a soslayar y negar la demografía real del país, y a desconocer la heterogeneidad de la sociedad en aras de un monolítico proyecto de nación hecho a imagen de occidente⁶⁹.

Os novos movimentos indigenistas, formados tanto nas universidades quanto na luta sindical passaram a defender, no bojo de outras demandas de caráter econômico e social, o reconhecimento social e político, algo que veio a ocorrer na Constituição de 1995 que definiu a Bolívia como uma sociedade multiétnica e plurinacional e na de 2010 instituiu o Estado Plurinacional. Todos eles rejeitavam tanto o “mestiçamento” quanto a ocidentalização dos indígenas, reafirmando valores das etnias chamadas originárias.

Se bem, que a instituição do voto universal tenha incorporado a maioria indígena de maneira formal na vida política do país, conferindo cidadania aos excluídos, os indígenas passaram a acionar de maneira muito mais direta mecanismos de participação política, muito além dos processos eleitorais.

⁶⁸ SANJINÉS, Javier. El mestizaje en vilo: una propuesta alternativa, em *Desarrollo e Interculturalidad, Imaginario y Diferencia: la Nación en el Mundo Andino*. Rio de Janeiro: Academia de la Latinidad, 2006, p. 377.

⁶⁹ Rivera Cusicanqui, Silvia. *Oprimidos pero no vencidos, Luchas del Campesinado Aymara y Qhechwa 1900-1980*, La Mirada Salvaje, La Paz, 2010, p. 217.

8 As elites

O modelo institucional da República criado nos antigos territórios da Audiência de Charcas herdou características coloniais, como a segregação territorial e social, desenhadas pelo vice-rei Francisco de Toledo (1568-1582) como aponta Roberto Laserna.

Notablemente, muchos de sus fundamentos aún perviven en la cultura política y en los hábitos colectivos de los bolivianos. Empecemos indicando que la filosofía que impregnó el diseño toledano fue la segregación territorial y social de sus habitantes. En los hechos, a tiempo de realizar un censo o Visita General (1570-75) de la población andina, se concentró a los nativos en 614 reducciones, lo que modificó íntegramente la geografía social de los Andes. Una vez ubicados y delimitados los territorios de las reducciones, el Estado dispuso que sus habitantes fueran identificados como "indios originarios", reduciendo culturalmente múltiples identidades étnicas nativas en una sola, a efectos de su relación con el aparato estatal. El resto del territorio andino fue destinado a los "españoles", reduciendo varias identidades étnicas en una sola, con similar propósito de facilitar su vinculación con el Estado⁷⁰.

No espaço andino, que inclui, além do altiplano os vales no contraforte da cordilheira, os indígenas foram donos de um patrimônio comunitário e os espanhóis tiveram acesso individual à propriedade. Direitos diferenciados implicavam deveres diferenciados: os índios pagavam tributo em dinheiro, em espécie e em força de trabalho (mita) e os espanhóis eram tributados ao realizar suas transações econômicas. Diante do Estado os dois grupos foram completamente diferenciados e separados.

Los mineros potosinos constituyeron un grupo privilegiado que producía plata muy barata y en grandes cantidades, no por su eficiencia técnica, sino por las subvenciones estatales en el precio del mercurio [insumo indispensable para la extracción de la plata] y la fuerza de trabajo de los mitayos indígenas, que se mantenían artificialmente bajos a manera de incentivo. Aunque, por sus niveles de consumo, parecía un grupo dinámico de inversionistas, los privilegios que arrastraban desde el período colonial los transformaron en un sector parasitario que usufructuaba de las subvenciones estatales⁷¹.

⁷⁰ LASERNA, Op. Cit, p. 57.

⁷¹ Idem, págs. 59-60.

Laserna assinala que os donos de terras constituíram outro grupo de poder, mas com menos privilégios que os mineiros.

Mas, latifundiários, mineiros, e os militares que se haviam mantido no poder nos primeiros anos da República constituíam uma casta que buscava o progresso para si, sem outras preocupações.

Irurozqui considera que a elite boliviana do século XIX não tinha compromissos com a maioria indígena ao expor a lógica do comportamento do grupo, suas prioridades e suas possibilidades.

Para la mancomunidad criolla mestiza boliviana de finales del siglo XIX y primeras décadas del XX, el Estado era un aparato institucional de dominación con capacidad de responder a las demandas de progreso de la élite boliviana. Tales demandas se referían a la conversión de Bolivia en un país competitivo a nivel internacional, sin que en ningún momento se planteara que este hecho tuviese que implicar la concesión de ciudadanía a los indios u otros sectores excluidos políticamente, y menos aún que estos tuviesen que estar representados por medio de partidos políticos. El proyecto de construcción de un Estado-Nación estaba gestado por y destinado a los sectores privilegiados. Estos eran quienes tenían que llevarlo a cabo y disfrutarlo, por lo que no se plantearon que otros grupos sociales pudiesen hacerlo. Es más, estos grupos constituían la negación de lo que la élite quería alcanzar, eran la antítesis del progreso y de la modernización pretendidos, y, por lo tanto, no se podía pensar en ellos como sujetos adecuados para una Bolivia nueva que rompiese con un pasado de atraso⁷².

A descrição de Irurozqui da elite boliviana assinala que o projeto nacional não incluía, portanto, a democratização, no sentido contemporâneo do termo, mas apenas as ações que pudessem garantir a manutenção de seus interesses “que não envolviam nem o conjunto do território nem da população”.

A falta de um projeto de construção de um Estado-Nação, que implicaria a absorção das maiorias indígenas, teve outro efeito nefasto: a falta de integração territorial. Ao se definir a mineração como atividade econômica central do país, tanto a região do Altiplano, onde se encontravam as principais jazidas de minério, quanto os vales nos contrafortes andinos,

⁷² IRUROZQUI, Op. Cit., p 208.

indispensáveis para a produção de alimentos, preenchiam o imaginário nacional *criollo*-mestiço.

O projeto do Estado-Nação não poderia avançar, então, com as restrições impostas pela elite em conferir cidadania a todos os bolivianos, uma vez que se sobrepunham a este as características étnicas, como destaca Gomes. “A la vuelta del siglo, el deseo de las élites de integrar el mercado capitalista internacional a través de la construcción de una nación moderna tropezaba con su propia repugnancia a la integración de las poblaciones indígenas subalterna”⁷³.

As elites provenientes do latifúndio que assumiram novos papéis políticos econômicos, investindo na mineração, tiveram um papel político ao entrar diretamente a disputar o controle do governo após o encerramento do ciclo dos caudilhos. Iniciaram um processo de construção institucional, criando partidos políticos, mas dentro dos limites dessa democracia representativa que impunha restrições à participação geral da sociedade pelas características do voto censitário que excluía as maiorias indígenas.

En la Convención de 1880, un representante de La Paz, José Rosendo Gutiérrez, declaraba: “No hay Estado-Nación sin previa destrucción de la comunidad indígena”: su proyecto nacional pasaba por la desaparición de las comunidades, pero la contraparte podía ser una revuelta general. Ahora bien, la Convención se hallaba reunida en La Paz; desde los dos sitios llevados a cabo por Tupac Katari y Andrés Tupac Amaru en 1781 perduraba el miedo⁷⁴.

É oportuno destacar que os grupos dominantes na República não haviam conseguido articular uma hegemonia nacional até o último ano do século XIX. Essa disputa regional entre um grupo do sul, baseado na capital, Sucre, como a melhor expressão da elite *criolla* com veleidades aristocráticas, e outro do norte, em La Paz, como o grande centro de comércio e de contato com o exterior, pode estar entre os motivos que levaram à guerra civil de 1899. A vitória dos liberais sobre os conservadores acabou consolidando de alguma forma o predomínio hegemônico de La Paz sobre Sucre e de uma oligarquia assentada na mineração do estanho frente a outra que sofria os efeitos da decadência da mineração da prata.

⁷³ GOMES, David. Estado, nacionalismo y exclusion ciudadana: apuntes históricos desde el caso boliviano. Madrid: Cuadernos de Historia Moderna. 2012, XI, pags. 199-216.

⁷⁴ DEMÉLAS, Marie-Danielle: La invención política. Bolivia, Ecuador, Perú en el siglo XIX, Lima, IFEA- IEP, 2003, p. 403.

Essa elite forjada na riqueza da prata e do estanho, evidenciava a retomada dos vínculos da Bolívia com a economia internacional que havia entrado em um período de baixa atividade a partir da Guerra da Independência, em função dos altos custos dos investimentos necessários. Se bem que alguns dos seus protagonistas nos primeiros anos do século XX fossem chilenos, uma vez que representavam capitais provenientes desse país, a partir de 1920, a mineração passa a mãos de bolivianos em um processo forte de concentração econômica com impacto direto na vida política do país.

A lógica econômica da mineração prevalecia no período republicano: aumentar os lucros e diminuir os gastos. Os proprietários das grandes empresas de mineração, fieis a essa lógica, não hesitaram em fazer grandes investimentos para aumentar a produtividade, inclusive às custas do endividamento do país, concentrando todas as energias nacionais na mineração e manifestando clara oposição ao investimento em outras atividades produtivas, principalmente fora do Altiplano.

Em 1924 Simón Patiño concluiu a compra do controle acionário da Compañía Estañífera de Lallagua em uma conjuntura de alta dos preços internacionais do minério, e em pouco tempo criou a Patiño Mines, com sede nos Estados Unidos, para gerir um grande império econômico que se havia estendido por vários países e que controlava desde o processo da extração até a fundição do minério na Inglaterra, o que acabou tornando-o conhecido como o “rei do estanho”.

A conjuntura dos preços do minério havia sido muito favorável: a tonelada passou de 85 libras esterlinas em 1893, a 126 libras esterlinas em 1904. Essa conjuntura favorável, estimulada ademais pela Primeira Guerra Mundial, foi responsável por uma expansão da produção de estanho, de 3.500 toneladas métricas em 1899, a 47.000 toneladas métricas no apogeu a fins dos anos vinte⁷⁵.

O crescimento dos negócios da mineração exigia uma infraestrutura de transporte para substituir o uso de bestas de carga no transporte do minério até os portos do Pacífico.

⁷⁵ FERNÁNDEZ SAAVEDRA, Gustavo. *Bolívia en el Laberinto de la Globalización*. La Paz: Instituto Prisma/Plural Editores, 2004, p. 22.

La red ferroviaria occidental se construyó como respuesta pragmática al aislamiento territorial. Entre 1888 y 1892, se trabajó en el tramo Oruro-Uyuni-Antofagasta; en 1904 se inauguró el ramal La Paz-Guaqui; en 1912 los de Oruro Viacha, Arica-La Paz y Potosí-Río Mulatos; y en 1917 el tramo Oruro-Cochabamba. Los minerales constituían el 90 por ciento de la carga de los ferrocarriles y, entre ellos, el estaño ocupaba el lugar más destacado. Se utilizaron para esos propósitos los recursos entregados por Brasil como compensación por el territorio del Acre. Con el aporte parcial de esos dos millones de libras esterlinas se suscribió el contrato con la firma norteamericana Speyer, por un monto cercano a los once millones de libras. Ese grupo cedió posteriormente sus derechos a la empresa inglesa Bolivian Railways. El tramo Arica-La Paz fue construido por Chile, en ejecución del Tratado de 1904⁷⁶.

Alfonso Crespo, autor de una memória de três gerações de mineiros da família Aramayo, destaca que “sin las minas, los ferrocarriles carecian de sentido económico, pues eran ellas las que los sostenían⁷⁷”. Os Aramayo haviam consolidado um império inicialmente com as minas de prata e depois com a mineração do estanho, constituindo, junto com Mauricio Hochchild e Simón Patiño, um grupo com forte influência na vida política do país até a nacionalização de suas empresas em 1952.

As três grandes empresas formavam o que Albarracín Millán chama o “superestado mineiro”, que constituía um poder real no país, com capacidade para mudar governos e impor regras para preservar seus interesses. A mineração administrava seus negócios com total liberdade e, seguindo a tradição colonial, recolhia ao Tesouro Nacional 3% como imposto de exportação, o que durante várias décadas passou a ser a único fonte de renda do Estado.

La situación de pobreza gubernamental en la que fue cayendo Bolivia, al producirse este desfinanciamiento continuado, explica de que modo los gobiernos liberales, y republicanos que le siguieron, no pudieron organizar las bases productivas de la nación y se mostraron incapaces de encarar los problemas de la modernización, dejando postergadas, una a una, todas las obras que históricamente debían realizarse, en cada momento en que sus necesidades políticas de inversión lo exigían para mejorar sus regímenes de educación, sanidad, transporte, urbanización, cultura, desarrollo industrial, agrario, comercio, etc⁷⁸.

⁷⁶ FERNÁNDEZ SAAVEDRA. Op. Cit, págs. 23-24.

⁷⁷ CRESPO, Alfonso. Los Aramayo de Chichas, Tres generaciones de mineros bolivianos. Barcelona: Editorial Blume, 1981, p. 194.

⁷⁸ ALBARRACÍN MILLÁN, Juan. El Superestado minero y el derrumbe de la oligarquía boliviana. La Paz: Plural editors, 2008, p. 115.

Roberto Querejazu Calvo⁷⁹ faz um detalhado inventário das realizações de Simón Iturri Patiño, o ‘rei do estanho’, tanto pela sua estratégia nacionalista de comprar empresas exploradoras de estanho controladas por capitais chilenos, quanto pela sua capacidade para abrir vias de comunicação, realizar obras para geração de energia elétrica e as destinadas à obtenção de água necessária nas usinas de beneficiamento do minério.

Eram tempos de ideologia liberal e de confiança no progresso, em que o país se enxergava a si mesmo como exclusivamente mineiro e andino. Em nome da mineração era razoável sacrificar grandes extensões do território nacional ou adotar uma política para reprimir com mão dura um crescente movimento reivindicatório dos sindicatos de mineiros em defesa de melhores condições de trabalho e salário nas minas.

Este modelo estatal que protegía los intereses privados de un pequeño pero poderoso sector económico y marginaba de la vida social, política y económica a la mayoría de la población, solo podía funcionar en base al uso intensivo de la violencia real y simbólica por parte del Estado. Manteniendo marginadas las demandas populares, el Estado podía garantizar a los inversionistas mineros una alta tasa de retorno a cambio de recaudar ingresos fiscales por la vía del impuesto a las exportaciones de minerales y repartirlos entre la burocracia estatal y el comercio suntuario⁸⁰.

O superestado mineiro foi o principal alvo da revolução de 1952 que adotou como uma de suas primeiras medidas a nacionalização das minas.

A política boliviana durante a primeira metade do século XX ficou marcada pelos interesses dessa elite mineira que contava com apoio de políticos, advogados, diplomatas. O Estado havia sido capturado pelos interesses da mineração.

O que se buscou aqui foi descrever essa elite que adotou feições diferenciadas no processo histórico boliviano, mas que manteve invariável a exclusão da maioria indígena. A lenta incorporação de todos os setores da população na construção do Estado é, portanto, um fenômeno relativamente recente.

⁷⁹ QUEREJAZU CALVO, Roberto. Llagua. Historia de una Montaña. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1977.

⁸⁰ LASERNA, Op. Cit, p. 67.

Segunda Parte

1 A questão do território e do imaginário

No capítulo anterior descrevemos os conflitos e a separação entre uma elite *criollo*-mestiça que havia assumido o papel de grupo dominante em uma sociedade constituída por uma maioria indígena subalterna ao longo de mais de um século de vida republicana na Bolívia. Essa fragmentação da sociedade, de caráter étnico-racial, se manifestaria também nas representações do território ao longo do século XIX, período em que o território boliviano foi sendo desmembrado tanto pela ação militar externa quanto por negociações diplomáticas.

Neste capítulo analisaremos as diversas representações que esses grupos tiveram do território nacional que correspondiam muito mais ao conceito de pátria, como local do nascimento e não necessariamente como uma comunhão de interesses e uma tradição comum. Hobsbawm, ao analisar o conceito de “gobierno”, no idioma espanhol, observa que só ficou ligado à ideia de nação a partir de 1887, embora houvesse na história espanhola um estado-nação como tal, o Reino de Castela, muito antes do que seus congêneres da França ou da Inglaterra.

Até 1884, a terra não era vinculada a um Estado; e até 1925 não ouvimos a nota emocional do patriotismo moderno, que define pátria como ‘nossa própria nação, como a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozam da amável lealdade dos patriotas’⁸¹.

Na América, o conceito de *pátria chica* (a pequena pátria) como lugar de nascença e espaço compartilhado com iguais precedeu certamente o de nação, no sentido de comunidade imaginada que Anderson⁸² confere à expressão. O local do nascimento, como base de um sentimento pátrio, em oposição ou critério de diferenciação em relação aos peninsulares, definia o americano no início do século XIX, como observa François-Xavier Guerra.

Era esta diferencia – y a veces la competencia – con los peninsulares lo que definía lo americano; es decir, algo que era como un informal estatuto personal dentro de un conjunto de una extraordinaria homogeneidad y cultural. La identidad americana era

⁸¹ HOBBSAWM, Eric. Nações e Nacionalismo desde 1780. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 28.

⁸² ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

cierta y unitaria sólo en relación con la España peninsular y en este sentido fue muy operativa durante la guerra de la Independencia⁸³.

Guerra sustenta que em países como o México e o Chile a assimilação do reino à nação foi rápida, mas que “en otras regiones insurgentes la definición de la nación fue mucho más laboriosa y conflictiva”, e estabelece uma diferença entre as cidades-Estados e as capitais dos vice-reinados que procuravam manter a jurisdição das divisões administrativas anteriores ao movimento revolucionário.

Essa laboriosa e conflitiva definição do que seria nacional teve implicações no espaço conquistado, uma vez que, como anota Moraes⁸⁴, a expropriação e a violência são constitutivas do próprio ato da conquista, que supõe ademais a subordinação dos naturais do lugar.

No Alto Peru houve algumas limitações ao exercício pleno da posse sobre territórios e suas populações, seja porque os conquistadores reconheceram algum grau de autonomia ou respeitaram alguma jurisdição no interior de comunidades indígenas. O *cacicazgo* é uma dessas fórmulas institucionais respeitadas, como necessária para a manutenção da ordem colonial, da mesma forma que o direito a lavrar terras comunitárias em benefício das próprias populações originárias. As terras comunitárias como “ilhas” dentro de uma posse maior, são exceções nessa ordem colonial, que de alguma forma preservaram usos e costumes dos povos originários.

Caráter de exceção também tiveram as reduções, se bem que com uma vigência limitada no tempo, mas com efeitos que se prolongaram também no tempo. A presença religiosa nas regiões de Moxos e Chiquitos, entre 1690 e 1767, impedia a entrada de espanhóis com o propósito de recrutar indígenas para serviços domésticos, como em outras regiões da colônia, sujeitas a trabalho servil nas encomendas. As reduções como fórmula de pacificação de comunidades originárias, ajudaram a criar também consciência entre os indígenas da necessidade de preservação dos seus territórios como parte de um domínio colonial espanhol

⁸³ Guerra, Op. Cit. p. 348.

⁸⁴ Moraes, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

a ponto de repelir incursões portuguesas. O principal efeito da criação de reduções em terras chiquitanas e mojeñas teria sido assim a sua estruturação como fronteiras.

Portanto, o império colonial, se caracterizava no Alto Peru por uma grande concentração de populações originárias na região andina, berço do derrotado império dos incas.

2 Os Andes

Muito antes da chegada dos espanhóis aos espaços andinos, havia florescido ali uma civilização com características peculiares definidas em grande parte pela geografia, tornando o acesso difícil e a respiração ofegante por conta de altitudes superiores aos 3.500 metros sobre o nível do mar. As dificuldades de acesso àquela região tornariam a região andina um espaço relativamente fechado a influências externas, constituindo um povo que manteve suas características originárias em razão dos limitados intercâmbios culturais.

O imaginário construído pelos habitantes do Altiplano como santuário de grandes tesouros foi reforçado pela colonização europeia que ali encontrara riquezas minerais inesgotáveis. A exploração dessas riquezas conectou o mundo andino com a economia internacional.

Para os conquistadores, as riquezas minerais validavam um imaginário europeu em torno do Paraíso Terreal, baseado na doutrina cristã, como sugere Sérgio Buarque de Holanda⁸⁵, como contraste com o mundo medieval do pecado. A busca do paraíso na terra parece alimentado nas crônicas mais antigas da conquista da América por mitos que incentivavam essa busca, mesmo que fosse adotando outros nomes como El Dorado ou El Gran Paititi. Esses mitos pareciam aguçar a cobiça para conquistar a riqueza em um golpe de sorte.

Essa visão, que além de tudo tinha conexão com a economia que valorizava os materiais escassos como o ouro e a prata, era certamente incompreensível para as culturas originárias, cuja cosmovisão, de base animista atribuía às montanhas um caráter divino. Para a cosmovisão aymara, os espíritos que encarnam a presença dos antepassados, chamados *achachilas*, são os que criam, protegem e dão sentido à vida.

⁸⁵ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Visão do Paraíso. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

Los primitivos y todavía poco conocidos pobladores del Collasuyo crearon el mito primordial de nuestra cultura. La fuerza, la grandiosidad, la imponente de las cordilleras en medio de las cuales vivían, los condujeron a la sacralización de las piedras y de las montañas. Estas estaban animadas para ellos. En ellas encontraban su propio origen y a ellas vinculaban su destino, poniendo de ese modo en la base de sus experiencias el sentimiento de una especie de vida cósmica⁸⁶.

O Illimani, um dos pontos mais altos da cordilheira oriental com o cume a 6.438 metros sobre o nível do mar, é o *achachila* que protege Chuquiago Marka (o povoado onde foi fundada pelos espanhóis, em 1548, a cidade de Nuestra Señora de La Paz).



O Altiplano boliviano, o grande planalto cercado pela bifurcação da cadeia montanhosa dos Andes, foi o berço da civilização inca e, durante muito tempo, foi sinônimo da nacionalidade boliviana.

O mito fundador do império dos Incas no lago Titicaca, situado na grande meseta, que tem como protetor o Illimani, parece o reflexo de outra paisagem, muito distante, nas alturas do Tibete, onde o lago Mansarovar, e o pico nevado do Kailash, parte da cadeia montanhosa do Himalaia, são também lugares sagrados e locais de peregrinação das religiões hinduísta e budista.

⁸⁶ FRANCOVICH, Guillermo. Los mitos profundos de Bolivia. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1980. p. 14.

No mito inca, das profundezas do Lago Titicaca haviam surgido Manco Kapac e Mama Ocllo, os fundadores de um império inca que havia sucedido à civilização de Tiahuanaco, à beira do mesmo lago.



Lago Titicaca. Foto de Luis Marden para National Geographic.

A cosmovisão andina, construída sobre uma divisão do espaço em quatro partes, cuja unidade, o Tahuantinsuyo, se estendia do sul da atual Colômbia até o norte do Chile e da Argentina, denominava Collasuyo à região andina da Bolívia, termo que dá lugar ao gentílico *collas* para seus habitantes. Essa unidade do império inca que os cronistas espanhóis atribuíam a uma extraordinária capacidade militar, é relativizada por autores contemporâneos que identificam coesão débil num império em formação, mas que se valia da negociação como um recurso muito utilizado para construir uma unidade política em tão extenso território. Essa comunhão de interesses parece reforçada no império inca pela troca de mulheres, como mecanismo para criar laços de parentesco entre o soberano e os chefes de comunidades menores. O sentimento do Collasuyo, como *patria chica*, parece sobreviver tanto no período colonial quanto na etapa

republicana, da mesma forma que determinadas datas religiosas originárias que mantêm crenças ancestrais.

Para os antigos habitantes andinos, a terra assim como as montanhas, a Pachamama (Mãe terra) é a divindade que oferece seus frutos para alimento do seu povo. Por isso, como observa, Federico Diez de Medina, um dos mais destacados intérpretes da mitologia andina na Bolívia, há um constante diálogo entre os homens do Altiplano e as montanhas: “Por eso, el indio conversa todavía con los *achachilas*, los abuelos del tiempo mítico; y les ofrenda su mística fuerza de sumisión, para que los *achachilas* regulen los poderes invisibles que rigen la mecánica del mundo físico”⁸⁷.

Na parte sul dessa meseta se encontra a montanha de prata de Potosí, descoberta em 1545, que é o mito do período colonial, e inspiração de uma literatura de apologia e elogios sem limites a sua grandeza como na *Historia de la Villa Imperial de Potosí*, de Arzáns, considerada como a primeira obra da literatura boliviana, concluída em 1736 e publicada na Bolívia somente em 1965.

El famoso, siempre máximo, riquísimo e inacabable Cerro de Potosí; singular obra del poder de Dios; único milagro de la naturaleza; perfecta y permanente maravilla del mundo; alegría de los mortales, emperador de los montes, rey de los cerros, príncipe de todos [los] minerales; señor de 5,000 indios (que le sacan las entrañas); clarín que resuena en todo el orbe; ejército pagado contra los enemigos de la fe; muralla que impide sus designios; castillo y formidable pieza cuyas preciosas balas los destruye; atractivo de los hombres; imán de sus voluntades; basa de todos los tesoros; adorno de los sagrados templos; moneda con que se compra el cielo; monstruo de riqueza; cuerpo de tierra y alma de plata ...⁸⁸

⁸⁷ DIEZ DE MEDINA, Federico. *Naijama*, Introducción a la mitología andina. La Paz: Paraninfo, 1950. p. 27.

⁸⁸ ARZÁNS. *Op. Cit.* Vol 1. p. 3.

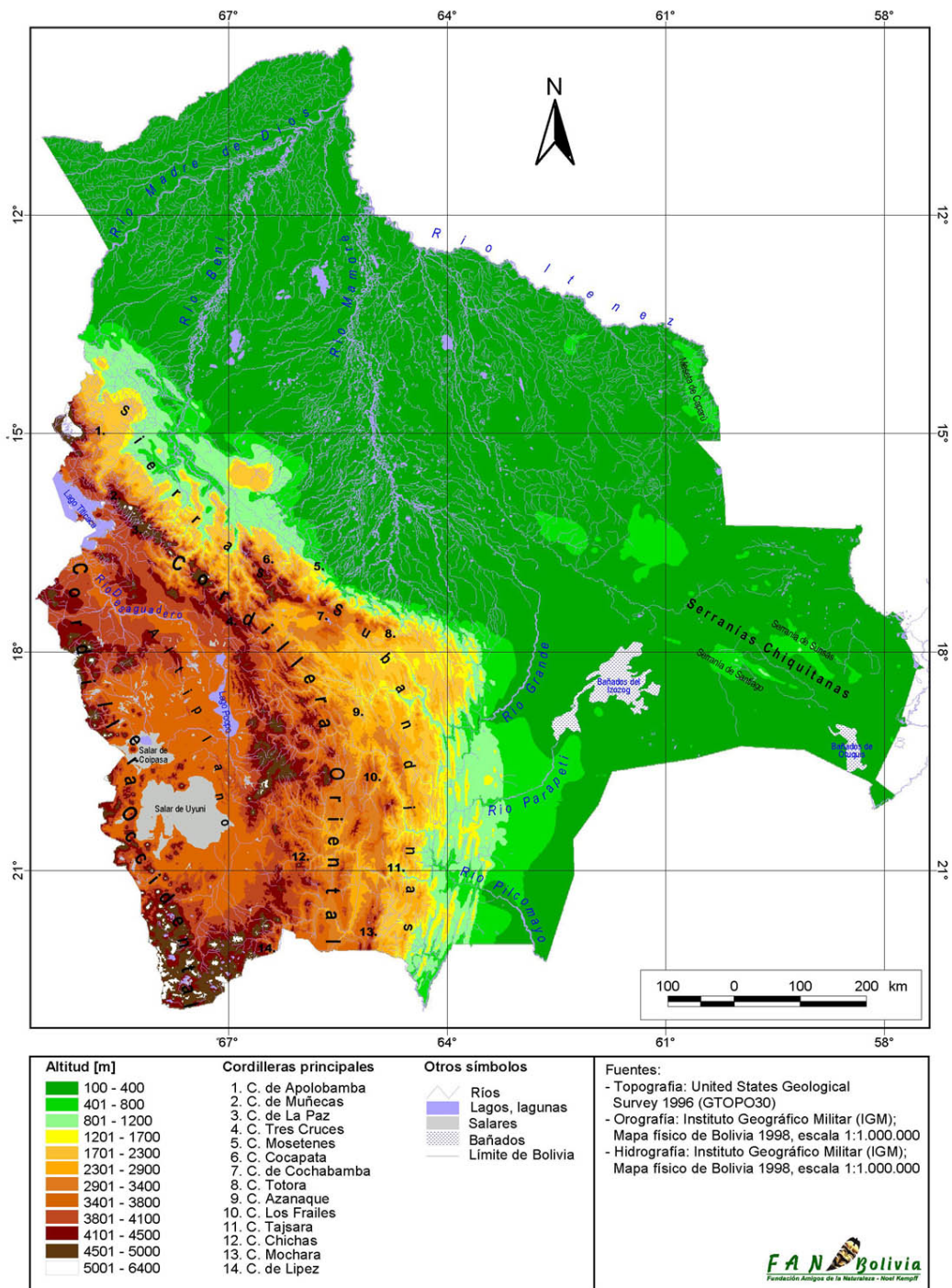


Fig. 2.1: Mapa orohidrográfico.

Mapa elaborado pelo Instituto Geográfico Militar. La Paz. 1996

3 O imaginário andino

O espaço andino é descrito por Jaime Mendoza como o berço da Bolívia. Para o escritor do século XIX que publicou em 1935 *El Macizo Boliviano*, “Bolívia es un complejo montañoso típico”⁸⁹, o que evidencia uma ideia de país com seus limites estabelecidos pela cordilheira ocidental e pela cordilheira oriental na grande meseta denominada Altiplano.

Para os habitantes da Bolívia republicana, a geografia acidentada do país, com grandes desníveis, rios de forte correnteza e florestas inexploradas, dificultava a integração. Os espaços andinos, amazônicos e platinos que compõem o território formaram durante um longo período da vida republicana obstáculos naturais à livre circulação de homens e produtos. Mais de uma vez, os bolivianos tiveram que enfrentar sem sucesso o desafio de navegar pelas corredeiras dos rios que descem das montanhas para as planícies em acentuados desníveis. Nesse conjunto, as chamadas terras baixas, formavam um conjunto desconhecido para a população andina e faziam parte desse imaginário como reserva para o futuro. Assim o atestam os hinos patrióticos entoados pela juventude como *Salve Oh Pátria*, de José Aguirre Achá y Bernardino Gonzalez.

Si atesora La Paz tu civismo
también Charcas la culta está en ti;
Cochabamba probó tu heroísmo
y tu riqueza sin par Potosí.

Pando y Beni tu hermoso futuro
y te brinda su edén Santa Cruz
el poder de tus brazos Oruro
y Tarija su tipo andaluz⁹⁰.

No hino, que começou a ser entoado nas solenidades cívicas como um segundo hino nacional, depois da Guerra do Chaco (1932-1935), os departamentos andinos têm as qualidades do civismo, da cultura, do heroísmo e da riqueza nacionais, enquanto os das terras baixas são o futuro, comparáveis ao Jardim do Éden, ou no máximo carregam vestígios da herança espanhola. Mas, é a primeira canção patriótica que menciona todos os departamentos da Bolívia e exalta o futuro promissório das terras baixas. O autor da letra, José Aguirre Achá, havia participado em 1903, como secretario do vice-presidente boliviano Lucio Perez

⁸⁹ MENDOZA, Jaime. *El Macizo Boliviano*. La Paz: Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, 1957. p 12.

⁹⁰ Hino “*Salve Oh Pátria*”, de José Aguirre Achá y Bernardino Gonzalez.

Velasco, que esteve no comando de um destacamento do Exército na Campanha do Acre, em 1903.

O hino nacional oficial, composto em 1845 a pedido do presidente José Ballivián, pelo boliviano José Ignacio Sanjinés (letra) e o músico italiano Benedetto Vincenti, tem como elemento central o fervor patriótico da Guerra da Independência. Sua execução se tornou obrigatória a partir de 1851 nas festividades cívicas e hoje tem versões em quéchua, aymara e guarani, os idiomas indígenas mais falados. O hino nacional expressa nos seus versos a determinação de rejeitar qualquer tentativa de dominação estrangeira sobre os bolivianos.

Si extranjero poder algún día,
Sojuzgar a Bolivia intentare
A destino fatal se prepare
Que amenace soberbio agresor.

No seu estribilho, convoca também os bolivianos a manter os ideais de Bolívar e a conservar seu legado, além de evocar os feitos heroicos da independência.

De la patria el alto nombre
en glorioso esplendor conservemos
y en sus aras de nuevo juremos
¡Morir antes que esclavos vivir!

Se o hino Salve Oh Patria, interpretado ao lado do hino nacional, foi uma versão atualizada do discurso patriótico, algo parecido aconteceu com o brasão nacional onde, tal como nas fotografias históricas, alguns personagens são “apagados” por conveniências políticas, nesse símbolo nacional foram também realizadas algumas “emendas”. No brasão criado por Bolívar em 1826, havia um óvalo central que mostrava uma desconhecida árvore pão, que foi trocada em 2004 por uma palmeira que simboliza a vegetação das terras baixas bolivianas. O gorro frígio, que coroava o óvalo, símbolo da liberdade na Revolução Francesa, foi colocado de lado e seu lugar foi ocupado por um condor, a ave nacional. Outros elementos foram mantidos como o feixe de trigo, a alpaca branca, os fuzis, os canhões e um machado inca, além das bandeiras nacionais. Apesar das mudanças, no entanto, os símbolos andinos são preponderantes no brasão nacional.



Brasão da Bolívia 1826



Brasão da Bolívia 1888



Brasão da Bolívia 2004

O imaginário andino já atribuía às terras baixas um caráter de fronteira tanto territorial como fronteira cultural. Nas narrativas dos cronistas espanhóis há vários indícios dessa compreensão das terras baixas como espaço de contatos, às vezes pacíficos, às vezes como território de conflitos ou como fronteiras dinâmicas. Os indígenas das terras altas fizeram várias explorações nas terras baixas no período pré-hispânico, mas sofriam dos males tropicais para os quais não estavam preparados.

Investigaciones médicas recientes indican que existe un ‘umbral de adaptación fisiológica’ alrededor de los 3.500 metros de altura y que los habitantes de zonas superiores son poco inmunizados contra las endemias de los sectores bajos y cálidos con accidentes (embolias) posibles durante el retorno a las alturas⁹¹.

Arzáns⁹² já mencionava os chiriguanos como uma etnia temível, que habitava a região do Chaco, e suas incursões podiam dar lugar a enfrentamentos em terras altas, como as ocorridas

⁹¹ SAIGNES, Thierry. Los Andes Orientales, Historia de un Olvido. Nova edição online. Lima: Institut français d'études andines, 1985 (gerado em 3 setembro de 2014). Disponível no endereço: <<http://books.openedition.org/lfea/1569>>. ISBN: 9782821846067.

⁹² ARZÁNS. Op. Cit. Vol 3. p. 223

perto de Potosí, em 1594, entre tropas espanholas e exércitos desse grupo de indígenas “indomáveis”. Estudos contemporâneos sobre a relação das diversas etnias das terras baixas bolivianas com o mundo andino reforçam essa separação.

La frontera política inca, en el este, se detenía a grosso modo en el umbral de la montaña, con un solo paso amplio y notable en los yungas bolivianos gracias a los cacicatos establecidos a media cuesta de la vertiente, entre las sociedades “naturales” o “behetrias” y los señoríos del Collasuyu⁹³, vasallos del Imperio⁹⁴.

Os Yungas, nos vales tropicais encostados nas montanhas andinas próximas a La Paz, eram o contato mais imediato com esse mundo completamente diferente das florestas amazônicas. As fronteiras físicas erigidas no período pré-hispânico como contenção desses avanços, como Montepunku (porta do monte), situada no fim da cadeia montanhosa dos Andes, entre Cochabamba e Santa Cruz, são vestígios das tentativas de conter os incursões mais audaciosas das populações das terras baixas. Em nenhum momento, entretanto, o avanço chiriguano representou uma ameaça para o coração do império, quanto muito seria um elemento perturbador que obrigava a construir elementos de contenção.

Por outro lado, não há interesse de aymaras e quéchuas em avançar no rumo das terras baixas, além do determinismo geográfico, uma vez que os indígenas andinos manifestavam um sentimento muito similar ao experimentado em Ocidente em relação aos chamados povos bárbaros. Esse sentimento de desprezo pelas culturas aquáticas, como a dos índios Uru, parece resultado de tendências hegemônicas dos aymara. Thierry Saignes atribuiu a descoberta dessa percepção à pesquisadora Thérèse Bouysse-Cassagne:

La misma investigadora evoca el desprecio aymara hacia esta humanidad del sector acuático y deprimida (vales): urus y puquinas rechazados por su suciedad, yungas, por su egoísmo. Cuesta abajo, ya se sale de la humanidad ‘inferior’ para caer en el dominio de los ‘salvajes’, los Chunchus parecidos a las fieras de las colinas selváticas. Entonces, bajo la mirada de los pastores aymaras, la humanidad andina-

⁹³ Collasuyo é o nome de uma das quatro províncias do império inca e correspondia à região andina da Bolívia, Argentina e Chile.

⁹⁴ RENARD CAZEVITS, F M, SAIGNES, Th, e TAYLOR, A C. Al Este de los Andes, Relaciones entre las sociedades amazónicas y andinas entre los siglos XV y XVII. Quito: Ediciones Abya-Yala/Instituto de Estudios Andinos, 1988, p. 309.

oriental oscila entre estos dos polos extremos: la cultura (los urco jaque, hombres por excelencia) y la naturaleza (animalidad)⁹⁵.

Essas percepções de estranhamento diante do outro, aparentemente comum entre diversas etnias originárias na Bolívia pré-colonial, tiveram continuidade com a chegada dos espanhóis, especialmente depois da alocação de territórios para indígenas e europeus, estabelecida pela coroa.

Essa divisão de papéis e alocação de territórios, válida especialmente para a Bolívia andina, que remonta ao período colonial, que considerava as terras baixas, como um território de fronteiras, ainda se encontrava válida nos primeiros anos do século XX. Ao distanciamento geográfico se somava a baixíssima importância atribuída às terras baixas nos planos de um país concentrado na mineração. As terras baixas foram mantidas como espaço de trocas no imaginário pré-hispânico, mas, no período colonial, com a fundação de Santa Cruz de la Sierra e depois com a implantação de reduções jesuíticas, houve uma incorporação importante de territórios.

Na primeira etapa da vida independente, marcada pelo fenômeno do caudilhismo militar, foi criado o departamento de Beni, separando-o de Santa Cruz de la Sierra, como iniciativa destinada à ordenação do território consolidando a posse iniciada com as missões de Moxos, ao norte de Santa Cruz.

4 Independência e diplomacia

Com a independência, os novos estados sul-americanos passaram a considerar a necessidade de consolidar os territórios herdados dos antigos impérios coloniais mediante a negociação de limites com seus vizinhos. Como primeiro passo desse processo, os novos estados inicialmente buscaram o reconhecimento de outras nações e com isso um relacionamento internacional que trouxe a necessidade de abrir embaixadas no exterior. Todos eles buscavam delimitar seus próprios territórios como parte da definição de identidades nacionais. Assim, também tentaram consolidar doutrinas como orientação para suas relações externas.

⁹⁵ SAIGNES, Op. Cit, p. 5.

As autoridades bolivianas encarregadas de levar adiante negociações sobre limites territoriais, haviam adotado como base de argumentação para essas tratativas os direitos conferidos por antigos tratados celebrados entre os impérios coloniais português e espanhol e as definições de jurisdições estabelecidas durante o período colonial entre as ex-colônias da Espanha.

A produção de argumentos por parte de juristas no século XIX criou uma espécie de escola, dedicada às questões limítrofes, que Enrique Finot lembra na História da Literatura Boliviana.

Conviene señalar el hecho curioso de que la conveniencia de fundamentar los alegatos en la dispersa y contradictoria legislación de Indias, así como la necesidad de buscar títulos de dominio derivados de los documentos de la conquista, despertaron el interés por la investigación en los archivos de España y América y determinaron un afán cada vez mayor por procurar la reconstrucción del oscuro pasado, con el consiguiente incremento de los estudios históricos y con el florecimiento de actividades y disciplinas que, de otro modo, probablemente habrían quedado postergadas⁹⁶.

Finot faz referência tanto à dispersão sobre os documentos, uma vez que disposições legais sobre a Audiência de Charcas podiam encontrar-se em arquivos de Lima e Buenos Aires, além do mencionado Arquivo de Indias, de Sevilha, quanto ao caráter muitas vezes contraditório dessa legislação. As duas características devem ser levadas em conta ao analisar as perdas territoriais bolivianas e a dedicação dos juristas, como sugere Finot.

Los “doctores altoperuanos” o los “doctores de Charcas”, como alguna vez los designó con intención malévolá el adversario, se hicieron así temibles en la controversia internacional y dejaron páginas notables y alegaciones básicas que no sería justo echar en olvido porque han pasado ya, felizmente, las circunstancias difíciles y a veces angustiosas que las hicieron necesarias. Se podrá decir que las montañas de papel así acumuladas no empecieron [obstaculizaron], en más de una ocasión, el despojo violento de jirones valiosos y vitales

⁹⁶ FINOT, Enrique. Historia de la Literatura Boliviana. La Paz: Gisbert, 1981, pp. 253-254.

del patrimonio territorial. Pero no podrá negarse que encerrarán siempre la tradición jurídica del país y la historia de los procesos de desintegración que algún día serán revisados o que, aun en el caso de no serlo, estarán ahí para explicar el porqué y el cómo de las mutilaciones sucesivas⁹⁷.

Muito além dos documentos que fundamentavam direitos, entretanto, havia diferenças de visão do que era o território nacional, uma vez que os imaginários nacionais divergiam frequentemente em torno das representações consideradas objetivas da realidade (mapas e estatísticas, por exemplo) e, especificamente, na questão territorial, as aspirações nacionais de vários países sul-americanos, incluindo a Bolívia, excediam muito a extensão real disponível, como menciona Escudé.

Los textos argentinos, chilenos, paraguayos y peruanos, por ejemplo, atribuyen a sus respectivas jurisdicciones coloniales y post-coloniales enormes territorios que se superponen casi totalmente (...) Si todos los territorios supuestamente perdidos por los países hispano-hablantes se sumaran, obtendríamos una suma total equivalente al doble del territorio del subcontinente⁹⁸.

A cartografia boliviana produziu mapas de todas as pretensões territoriais e que viraram terra estrangeira, seja por negociações diretas com países vizinhos, por processos de arbitragem ou até por derrotas militares. Esses mapas, como o que é mostrado a seguir, chamam atenção pela exagerada visão da magnitude do que teriam sido as perdas territoriais, muitas vezes o triplo da extensão atual do país, uma vez que neles se incluem aquelas terras onde a soberania nunca havia sido exercida, seja pela ausência ou pelo caráter dúbio dos documentos que supostamente garantiriam direitos, seja porque não havia população boliviana que justificasse e menos ainda a presença do Estado.

⁹⁷ FINOT, Op. Cit, p. 254.

⁹⁸ ESCUDÉ, Carlos. Las identidades nacionales en América Latina y en Europa. Serie Documentos de Trabajo, Universidad del CEMA: Área: Ciencia política, No. 405, ISBN 978-987-1062-46-1.



Bolívia. Mapa das perdas territoriais bolivianas.

As diferenças entre as aspirações territoriais de uns e outros só poderiam ser superadas mediante contato direto em tratativas diplomáticas levadas adiante por funcionários com conhecimento jurídico e treinadas nas difíceis artes da negociação. Muitos dos territórios em disputa haviam tido escassa ocupação efetiva por parte das novas repúblicas independentes, o que acrescentava uma complexidade adicional e transformava esses exercícios em atividades de longo prazo na busca de soluções mutuamente aceitáveis dos diferendos limítrofes. A primeira questão de limites enfrentada pelo governo da Bolívia foi relativa ao status de Tarija, que era reclamada pelo governo das Províncias Unidas do Rio da Prata (Buenos Aires). Os habitantes de Tarija decidiram em assembleia permanecer sob a soberania boliviana em 1826. A economia dessa cidade de fronteira, produtora de alimentos e bebidas, estava estreitamente vinculada a Potosí

A primeira avaliação sobre qual seria a extensão da Bolívia foi obra do britânico Joseph Barclays Pentland a pedido do cônsul de seu país em Lima, C. M. Rickets, que por sua vez atendia ao apelo feito pelo Presidente boliviano, o venezuelano Antonio José de Sucre. Pentland concluiu em seu relatório sobre a Bolívia, divulgado em 1826 que “la mayor parte de su territorio se encuentra en el centro y en los declives de los Andes peruanos”, atribuindo ao território formado pela região das montanhas e o pé de monte uma magnitude semelhante à da população que vivia nesse território. De fato, na região andina se concentrava então a maior parte da população e ali se desenvolvia a principal atividade econômica da Bolívia, embora as terras baixas⁹⁹, ocupadas ou controladas por índios, com fraca presença de brancos, constituíssem dois terços do território.

Três décadas depois da divulgação desse estudo pioneiro, o Bosquejo Estadístico de Bolivia, publicado em 1857 pelo estadístico José Maria Dalence, estimava o território boliviano em 53.218 léguas quadradas equivalentes a 1.915.848 Km². “De esta superficie tan vasta, las tres cuartas partes a lo menos y sin disputa, las mejores y más fértiles, están despobladas e incultas¹⁰⁰”. As terras baixas permaneceram por muito tempo despovoadas e incultas porque a Bolívia se havia desenvolvido em torno a suas riquezas minerais no período colonial e, antes dele, em torno de uma civilização que havia conseguido administrar uma complexa produção

⁹⁹ Terras baixas é o nome das terras não andinas, com diversos ecossistemas que incluem os atuais departamentos de Beni, Pando, Santa Cruz, Tarija e parte de La Paz e Cochabamba.

¹⁰⁰ DALENCE, Jose Maria. Bosquejo Estadístico de Bolivia. Chuquisaca: Imprenta de Sucre, 1851. p. 2.

de alimentos nos diferentes níveis de altitude daquela terra montanhosa, e evitara avançar no desconhecido.

5 As perdas territoriais

Ao exercer o poder político em uma sociedade fragmentada em que a maioria indígena se encontrava excluída, a elite *criollo*-mestiça não havia alcançado criar uma comunidade nacional, acentuando uma fragmentação determinada pela própria geografia. Os bolivianos não haviam conseguido povoar territórios cuja importância era inegável, como os da costa do Pacífico. O aparente desinteresse estimulou o expansionismo chileno que ali enxergava um futuro econômico promissor na exploração do guano e do salitre, e mais tarde, do cobre.

As primeiras perdas territoriais se deram como resultado de acordos diplomáticos, o primeiro com o Chile, e o segundo com o Brasil, com diferença de apenas um ano, entre 1866 e 1867. Pelo primeiro a Bolívia cedeu 1.200 léguas quadradas de territórios (75.600 Km²) do deserto de Atacama ao Chile e admitiu explorar uma extensão semelhante em parceria com os chilenos. Pelo segundo, aceitou deslocar a fronteira com o Brasil a Oeste do Rio Paraguai, na região do Mato Grosso. O rio Paraguai que havia sido fronteira natural entre o Brasil e a Bolívia desde a independência.

En el contexto de la crítica política y académica a la forma Estado y nación en Bolivia, algunas hipótesis sostienen que no se ha logrado constituir un sentimiento de pertenencia a una comunidad nacional porque el Estado no ha podido introducir en la subjetividad de sus habitantes, por encima de otras lealtades culturales, la idea de comunidad nacional¹⁰¹.

Essa ideia de comunidade nacional começou a esboçar-se justamente com as lutas para a preservação de um território aparentemente alheio, distante e desconhecido como o do Acre ou o Chaco, locais muito distantes das montanhas andinas. Para os combatentes que participaram nesses conflitos, a pátria era basicamente o Altiplano. Aparentemente, são essas lutas, das quais participam indígenas e mestiços, que abrem as portas para uma participação em algo mais amplo que viria a ser o Estado-nação.

¹⁰¹ MOLINA, Wilder (ed). Estado, Identidades territoriales y Autonomías en la region amazónica de Bolivia. La Paz. Programa de Investigación Estratégica de Bolivia, 2008. p. 57.

Se nas longas viagens que os membros de destacamentos militares fizeram entre 1899 e 1903, partindo de La Paz e se internando em lugares completamente diferentes do mundo andino, aparece a contradição de lutar por um território que não parece ser o próprio, esta sensação, muitas vezes vista como sendo desprovida de sentido, é muito mais forte na Guerra do Chaco, onde os relatos expõem como absurda a luta por um território estranho, uma vez que a ideia de território, para a maioria dos que ali lutavam, era o pequeno microcosmo de uma aldeia encravada nas montanhas ou nos vales andinos.

Neste sentido, por mais que pareça contraditório, é esse aparente absurdo da luta por um território “alheio”, que começa a dar aos bolivianos a ideia de nação. A guerra parece romper a barreira que limitava a nação à comunidade, à etnicidade, ao idioma ou ao pequeno território que havia sido o berço originário.

A nação surge como uma construção histórica somente após o conflito bélico que envolve a toda a população, na década de 1930. Antes, quando tropas chilenas haviam ocupado todo o território da costa boliviana, o referido sentimento de alheamento havia sido muito maior entre a população subalterna e, principalmente, no Exército, a instituição que supostamente estaria apta a repelir essa invasão.

O processo de efetiva ocupação do território como parte de um projeto nacional com propósitos de integração só começou a ser esboçado com a vigência das correntes nacionalistas que passariam a exercer influência política após a Guerra do Chaco (1932-1935). Esse projeto de integração colocava também como uma prioridade a diversificação da economia nacional, para evitar a excessiva dependência da produção e exportação de estanho, ampliando a fronteira agrícola nas terras baixas e estabelecendo uma infraestrutura adequada de transportes. A integração territorial boliviana começaria a tornar-se realidade durante a primeira etapa do governo do nacionalismo revolucionário a partir de 1952.

A abertura de vias de comunicação entre os territórios andinos e as terras baixas iniciaram um processo de profundas mudanças na Bolívia, ampliando a fronteira agrícola e iniciando a produção de excedentes exportáveis, além de estimular indiretamente a migração interna que se intensificaria na década de 1980 com o colapso da economia baseada na mineração. Essa migração transformaria Santa Cruz em um polo da indústria do petróleo e do gás, além do agronegócio, diversificando pela primeira vez o perfil econômico da Bolívia. A migração teria

também efeitos na vida política do país uma vez que Santa Cruz tornou-se a cidade mais populosa do país na virada do século.

O país havia experimentado profundas mudanças em comparação com o início da vida republicana, quando a Bolívia se ressentia dos efeitos de uma longa guerra da independência que havia deixado interrompidas as atividades produtivas, principalmente no setor da mineração da prata. A crise financeira de 1826 na Inglaterra, principal potência econômica da época, havia adiado indefinidamente as perspectivas de retomada do financiamento dessa atividade que exigia, ademais, novas tecnologias para se tornar competitiva.

O Estado boliviano, carente de poupança e de novas fontes de recursos, havia subsistido graças ao tributo pago pelas comunidades indígenas. A Bolívia, após décadas de penúria econômica, se encontrava vulnerável à intervenção estrangeira e exibia um elevado grau de instabilidade política típica do caudilhismo militar dos primeiros 55 anos de República. Nesse período, três intervenções militares externas tiveram impacto no futuro boliviano: a primeira destruiu a Confederação Peruano-Boliviana, com vigência de apenas dois anos (1837-1839); a segunda, quando tropas peruanas tentaram anexar a Bolívia em 1841, sendo repelidas por forças militares bolivianas; e, a terceira, quando tropas chilenas ocuparam a costa boliviana na Guerra do Pacífico (1879-1883) que privou à Bolívia de sua condição marítima, além de ter mantido a capital do Peru (aliado da Bolívia no conflito) sob longa ocupação militar.

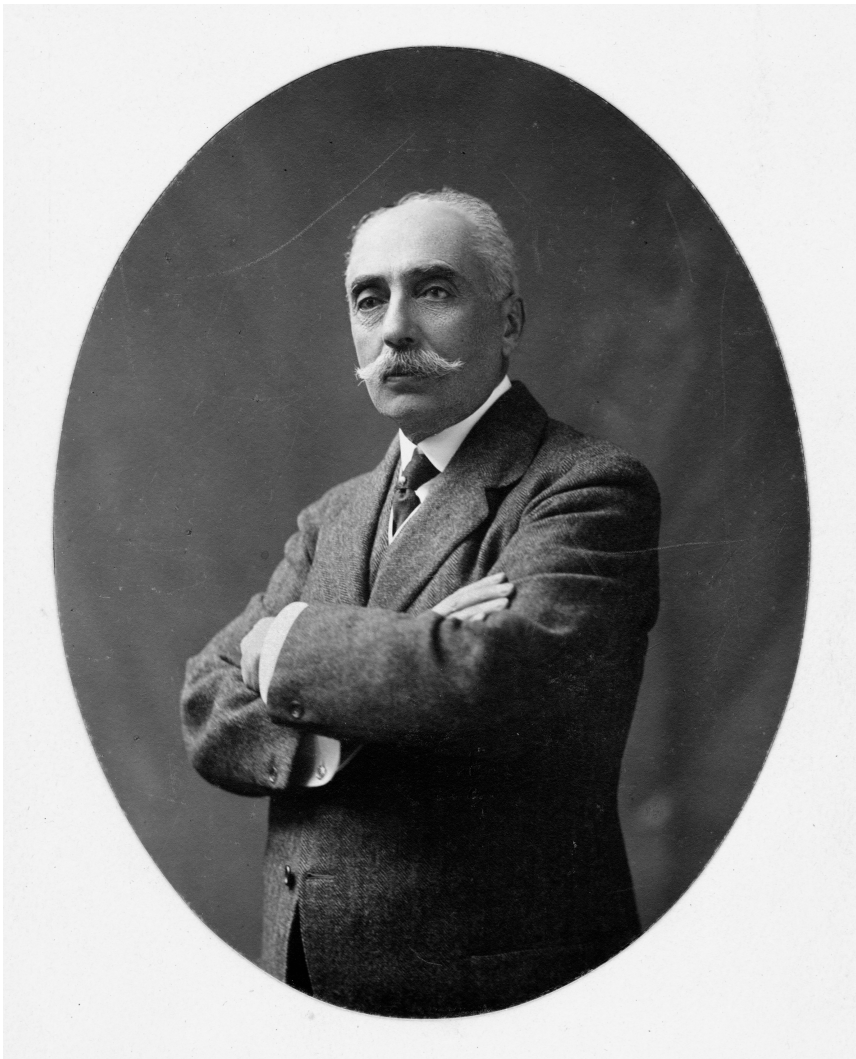
6 Aramayo e o Acre

O vencedor da guerra civil de 1899, o general José Manuel Pando, havia sido confinado em anos anteriores às selvas distantes do Território de Colônias que compreendia o atual departamento boliviano de Pando e o Estado brasileiro do Acre. Seu conhecimento da região e sua liderança no auge do conflito constituíam uma garantia de que a Bolívia podia manter a soberania naquele território contestado. Por isso, sua decisão de chefiar pessoalmente as tropas bolivianas era vista com confiança diante do avanço dos seringueiros brasileiros chefiados por Plácido de Castro.

Mas, nem todos os bolivianos consideravam razoável concentrar recursos humanos e financeiros para sustentar uma causa que consideravam perdida. A Bolívia não contava com

vias de acesso à região do conflito e os funcionários bolivianos encarregados de cobrar impostos no distante Acre faziam uma longa viagem para chegar ao local. Os delegados que saíam de La Paz desde 1899 faziam uma travessia por terra até Buenos Aires e dali, por mar até Montevideu, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belém, para se internar no rio Amazonas, remontando o rio até chegar a Puerto Alonso, sobre o rio Acre, onde estava instalada uma alfândega.

Nem as rendas obtidas com a cobrança dos tributos da borracha pareciam estimular a presença boliviana em lugares tão distantes dos principais centros urbanos do país. Por isto, até membros da elite que governava a Bolívia consideravam inviável a manutenção da soberania boliviana nas selvas do Acre.



F. A. Aramayo

No meio de tantas ameaças a uma Bolívia que aparentemente não tinha aliados, Felix Avelino Aramayo membro de uma família de mineiros da prata, que exercia o cargo de embaixador da Bolívia em Londres, durante o conflito do Acre, sugeriu o arrendamento do extenso território do Acre a um consórcio formado por capitalistas ingleses e estadunidenses, que se encarregaria tanto de cobrar os tributos pela exploração da borracha, manter a ordem pública, fazer concessões de exploração, vender terras, ou seja, assumir as funções que o Estado boliviano não tinha condições de exercer. A decisão de “privatizar” um extenso território nacional, na perspectiva de que os dirigentes do consórcio que assumiria o controle daquele território teriam o respaldo dos seus países de origem, isto é, as principais potências econômicas e militares da época, parece uma evidência da incapacidade do Estado boliviano de controlar aquele extenso espaço amazônico.

Ao adjudicar o controle territorial a um consórcio privado estrangeiro, a situação dos bolivianos que exploravam a borracha, bem como a de diversas etnias originárias daquela região, não era contemplada especificamente no Contrato entre o governo e o consórcio interessado na administração do Acre. Existia uma menção à vigência das leis bolivianas naquele território administrado por estrangeiros e a continuidade das concessões para a exploração da borracha já feitas.

Ao analisar o projeto de contrato, em relação ao futuro de um território de 6.000 léguas quadradas, equivalentes a 216.000 km², quase o dobro da extensão da Inglaterra, os parlamentares bolivianos fizeram algumas objeções diante do caráter inédito do entendimento sugerido.

Vacila un tanto el espíritu ante concesiones de este linaje. Nuestra tradicional desconfianza nos hace temer que la Compañía, propietaria de todo aquel territorio, podría llegar a constituir una poderosa nacionalidad, que mañana no solo se independizase de la patria boliviana, sino tal vez la absorbiese¹⁰².

O mesmo temor mobilizou a diplomacia brasileira que temia com a instalação da Consórcio anglo-americano o nascimento de um enclave colonialista no meio da Amazônia. O assunto mobilizou o então chefe da legação em Berlim, o Barão do Rio Branco; da legação em Washington, Assis Brasil; e em Roma, Joaquim Nabuco.

¹⁰² Anexo N 3 ao Contrato in ARAMAYO. Op. Cit. p. 135.

O conflito do Acre, provocado pela ocupação brasileira de um amplo território reconhecidamente boliviano havia despertado também a consciência entre os dirigentes do governo liberal sobre a necessidade de manter a soberania mediante a ocupação.

Poblarlos con el elemento boliviano es imposible, porque ni tenemos suficiente número de habitantes para llevarlos allá, ni tenemos los capitales que la empresa requiere. Dejarlos en el abandono actual es sencillamente entregarlos a las Naciones vecinas, quienes se encargarían de poblarlos y anexárselos, como ha sucedido con el Litoral en el Pacífico, y por pocas no ha ocurrido ya en el mismo Acre; y esto sin haber obtenido nosotros beneficio alguno todavía¹⁰³.

O debate parlamentar sobre o Contrato, sintetizado no Anexo 3 já mencionado, é um resumo do pensamento dos dirigentes bolivianos. Eles sentiam que o governo não tinha condições de conservar e administrar diretamente aqueles territórios, mencionando entre outras carências a falta de recursos, a difícil conjuntura externa com uma situação ainda não resolvida com o Chile que havia ocupado duas décadas antes toda a costa boliviana no Pacífico, além das dificuldades da própria administração.

Muito além da situação concreta, o debate parlamentar insinua que só havia uma solução para esse território tão distante onde o Estado se encontrava ausente: a assinatura do Contrato.

La Compañía adquiriría el derecho único y exclusivo de comprar todas o cualquier parte de las tierras comprendidas en dicho territorio desde que no estuviesen adjudicadas a otros individuos o compañías y podía llevar adelante la explotación de sus riquezas debiendo entregar al gobierno boliviano 60% de sus rentas quedándose con 40% de esos ingresos. El gobierno boliviano concedía también a la Compañía el derecho de explotación mineral, suspendiendo en dicho territorio las leyes vigentes en el país, es decir, quedaban libres de los impuestos vigentes o el pago de royalties vigentes en el resto del país, por un plazo de 60 años¹⁰⁴.

O governo brasileiro que até então havia reconhecido o Acre como boliviano mudou de posição após a posse do presidente Rodrigues Alves, em 1903, que nomeou o Barão do Rio Branco como chanceler. Declarou em litígio o território e indenizou o consórcio anglo-

¹⁰³ Idem, p. 136.

¹⁰⁴ AUAD SOTOMAYOR. Op. Cit. p. 163.

americano deixando sem efeito o contrato assinado com a Bolívia. Até então, os dirigentes do consórcio não haviam conseguido integralizar o capital necessário para dar início ao projeto, requisito indispensável para validar a concessão. Diante do avanço das tropas bolivianas chefiadas pelo presidente Juan Manuel Pando, prestes a combater os seringueiros chefiados por Plácido de Castro, o governo brasileiro concentrou efetivos militares na fronteira e lançou um ultimato que suspendeu as hostilidades. A suspensão das ações armadas abriu espaço para negociações. Os dois países assinaram o Tratado de Petrópolis que transferiu o território de 191 mil km² mediante o pagamento de 2 milhões de libras a título de indenização. A cessão territorial praticamente não afetou os bolivianos que exploravam a borracha naquela região, ficando a maior parte de seus empreendimentos no atual departamento de Pando.

Ao fazer um balanço das perdas territoriais em 1903, Aramayo fazia alusão ao território nacional como um patrimônio intangível e expressava os temores de uma continuada expansão territorial por parte das nações vizinhas.

Qué nos queda de este vasto imperio? Según ciertos escritores bolivianos, todo, porque no han abandonado nada en derecho y lo mantiene en la imaginación como patrimonio sagrado, íntegro e inalienable. Pero, en el hecho, no nos queda más que un núcleo reducido: todo el territorio que se encuentra al occidente de los Andes, lo hemos perdido – allí se encuentra Chile; el Perú lleva sus pretensiones a toda la zona amazónica y ocupa de hecho el Inambary y el Juruá; el Paraguay no solo quiere el Chaco, sino que nos abre pleito sobre Chiquitos; el Brasil, por el tratado de 1867, se apodera del territorio comprendido entre el paralelo 6° 52' y la línea Madera-Javary, sobrepasa en seguida dicha línea, invade por medio de filibusteros la zona no disputada, pretendiendo detenerse en el paralelo 10° 20' para no contrariar sus tradiciones diplomáticas; pero lanzado en el terreno de las usurpaciones, inventa el novísimo sistema de conquista por grupos irresponsables, que contando con el amparo oficial y los elementos bélicos del Estado de Amazonas, alcanzan los fines calculados por una diplomacia insidiosa, que ha llegado hasta amenazarnos con la invasión de nuestros departamentos orientales¹⁰⁵.

O conflito do Acre serviu também para confirmar a dificuldade boliviana de chegar ao Atlântico seguindo o curso dos rios que nascem nas montanhas andinas, uma vez que a maior parte desemboca no Madeira. As corredeiras desse rio impediam a navegação a tal ponto que

¹⁰⁵ ARAMAYO, Felix Avelino. La cuestión del Acre y la Legación de Bolivia en Londres. Londres: Wertheimer, Lea & Cia. 1903, p. 8.

a construção de uma estrada de ferro paralela ao curso das águas do Madeira fez parte do entendimento brasileiro-boliviano.

Após a perda do acesso ao Pacífico, os bolivianos começaram a buscar uma alternativa para o escoamento de sua produção por meio de um porto no rio Paraguai. O processo negociador entre os dois países, sugeriu formulas para a partilha do território do Chaco Boreal em 1879, 1887, 1894 e 1907, mas nenhuma foi aceita ao não obter ratificação dos respectivos parlamentos. Com a crise de 1929, o governo boliviano decidiu iniciar a ocupação militar que deu lugar ao conflito de três anos de duração.

7 Santa Cruz de la Sierra

O projeto mais audacioso a romper com essa fronteira geográfica, estabelecida tanto pela civilização de Tiahuanaco, quanto pelo império inca, , deve ser creditado ao ímpeto dos conquistadores espanhóis. Eles precisavam estabelecer um ponto de apoio e de suprimentos na rota de escoamento da prata de Potosí a Buenos Aires. A fundação de Cochabamba, nos vales do sopé andino, em 1571, permitiria garantir o suprimento de alimentos para as minas de Potosí.

A fundação de Santa Cruz em 1561, por Ñuflo de Chaves, fazia parte da ocupação do Alto Peru e da organização administrativa do império colonial espanhol, mas também obedecia à necessidade de abrir um caminho mais direto entre as minas de Potosí e porto de Buenos Aires, no Atlântico, mas vários fatores obrigaram a seu abandono e a preferir uma via mais segura pelo sul da Bolívia atravessando regiões serranas até Tucumán, habitadas por comunidades indígenas que faziam parte do império inca na atual Argentina. O fechamento da rota de Potosí a Santa Cruz é o tema de um estudo realizado pela historiadora Maria Eulália Lobo.



O Vice-reinado do Peru criado em 1542 (a linha vermelha indica o Caminho Real que unia Lima a Buenos Aires passando por Potosí). Urban Networks.

Lobo detalha os fatores que condenaram Santa Cruz de la Sierra a um isolamento que levaria quase quatro séculos para ser superado.

Dentre êsses fatôres, parece que os de maior relevância foram: os constantes ataques dos índios payaguás que freqüentavam o curso médio e baixo do Paraguai; as dificuldades de navegar nos períodos de sêcas; obstáculos para o estabelecimento de núcleos de povoação em região habitada por índios guerreiros; a agitação política em Assunção, que impedia a realização de um esforço continuado no sentido de reconhecer o curso do rio Paraguai e fundar um pôrto às margens dêsse rio, que permitisse, por via terrestre, a ligação com Potosí, no Alto Peru. Acresce a insubordinação de Nuflo de Chaves, fundando Santa Cruz no interior, em vez do pôrto às margens do Paraguai, como lhe fôra recomendado por Domingo Martinez de Irala, e solicitando do Vice-Rei do Perú a criação de um govêrno autônomo na região da Bolívia Oriental. Dessa forma ficou definitivamente comprometido o estabelecimento da rota pelo Paraguai. Santa Cruz e Assunção passaram a ser governos rivais¹⁰⁶.

Nesse período da ocupação espanhola da América do Sul, caracterizado pela fundação de cidades na segunda meta do século XVI, se alocavam tropas e se nomeavam autoridades com jurisdição definida. Ao lado dessa nova ordem política se desenhava outra, religiosa, com hierarquias próprias e com uma ordem administrativa que nem sempre coincidia com a do mundo civil. Santa Cruz de la Sierra, assim como as províncias de La Paz, Oruro, Potosí e Cochabamba estavam subordinadas à audiência de Charcas, com sede na atual cidade de Sucre e ao vice-reinado de Lima até 1776. Na ordem religiosa, a região de Chiquitos, situada em Santa Cruz, pertencia à província jesuítica do Paraguai, enquanto a vizinha Moxos, mais ao norte, à província jesuítica do Peru¹⁰⁷.

O relativo abandono de Santa Cruz como rota obrigatória deixou a cidade bastante isolada e assim ficou à margem da história colonial do Alto Peru durante mais de um século, uma vez que o império colonial espanhol encontrou outras vias de escoamento do minério e das riquezas de Potosí. Só no fim do século XVII, com a chegada dos jesuítas iniciou-se a construção de uma série de reduções próximas a Santa Cruz que além de pacificar diversas etnias nas regiões de Moxos e Chiquitos, se tornariam um obstáculo à livre penetração portuguesa.

Portanto, ao findar o século XVII, os portugueses tinham dominado pontos estratégicos importantes no atual Uruguai, no Rio Grande do Sul, no Paraná, a

¹⁰⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Caminho de Chiquitos às missões guaranis (1690 a 1718), Revista de História, USP, número 39, p. 73.

¹⁰⁷ LOBO. Op. Cit. p. 74.

sudoeste de Mato Grosso, que quase cercavam o Paraguai pelo lado oriental, estavam prestes a dominar a bacia do Prata e chegavam mesmo a constituir uma ameaça para as minas de Potosí, como assinalavam as autoridades coloniais da Bolívia, do Paraguai, da Argentina e os jesuítas¹⁰⁸.

Esse movimento de expansão ao Oeste gerou conflitos com assentamentos espanhóis como relata Sergio Buarque de Holanda.

A história das monções do (rio) Cuiabá é, de certa forma, um prolongamento da história das bandeiras paulistas, em sua expansão para o Brasil Central. Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos (...) Antonio Ferraz de Araújo e Manoel Frias descem em 1690 o Tietê, alcançam as missões dos Chiquitos, ameaçam Santa Cruz de la Sierra e são finalmente derrotados, salvando-se com vida, segundo testemunhos jesuíticos, apenas seis homens de sua bandeira.¹⁰⁹

A grande ocupação portuguesa ao Oeste se deu ao longo da primeira metade do século XVIII, antes da assinatura do Tratado de Madrid (1750) que constituiria um marco na delimitação dos antigos impérios coloniais lusitano e espanhol. “Cuiabá, a cerca de 800 kilómetros al oeste de la línea de Tordesillas, fue fundada por el bandeirante Pascoal Moreira em 1719; Vila Boa de Goiás, por Bartolomeu Bueno da Silva, em 1727; Sabará, em 1707; Pitanguí, em 1715; y Meia Ponte (Pirenópolis), em 1727”¹¹⁰.

Com o Tratado de Madrid, o império colonial português havia consolidado um avanço extraordinário em direção ao Oeste, fazendo valer nas relações internacionais um princípio até então de aplicabilidade restrita às relações entre pessoas como destaca Euclides da Cunha.

O Tratado de 1750 (...) foi a glorificação da mais extraordinária marcha colonizadora que se conhece desencadeada para o poente e apisoando os mais rígidos convênios, que se pactuaram entre Tordesilhas e Utrecht. Sancionou o triunfo de uma raça sobre outra. O que se viu, concretamente, maciçamente, depois da sua assinatura, sob o carimbo esmagador do fato consumado, foi que uma crescera, triplicando os primitivos domínios, e que a outra diminuiria, ou recuara, a

¹⁰⁸ LOBO, Op. Cit., p. 79.

¹⁰⁹ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Monções. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p. 47.

¹¹⁰ AUAD SOTOMAYOR, Op. Cit. p. 82.

abrigar-se, assombrada, no espaldão dos Andes (...) O seu significado imperecível, consistiu, essencialmente, em deslocar, pela primeira vez, das relações civis para as internacionais, o princípio superior da posse baseado na capacidade para o domínio eficaz e povoamento efetivo das novas regiões¹¹¹.

O princípio da posse efetiva seria invocado pelo Império brasileiro na sua maior fronteira com um país da sua vizinhança, em 1867, na assinatura do Tratado de Ayacucho, com a Bolívia.

Durante o período colonial, Santa Cruz de la Sierra foi a fronteira que conteve a pressão portuguesa. O isolamento relativo de Santa Cruz diminuiu durante a presença de missionários jesuítas que criaram entre 1690 e 1767 as reduções ao Norte e Leste da cidade de Santa Cruz e de missionários franciscanos, no atual departamento de Beni, que se estabeleceram na região de Moxos, constituindo marcos de ocupação do império colonial espanhol e barreira natural às entradas de bandeiras e monções paulistas.

Durante el período colonial, Santa Cruz se desarrolló con las características propias de las regiones interiores y fronterizas. Fue una sociedad caracterizada por el aislamiento, producto de la ubicación geográfica, de la lejanía con respecto a las demás poblaciones y de la falta de caminos. Era una sociedad con una economía de tipo marginal como resultado del aislamiento y de la ausencia de riquezas en “oro y plata”. En lo político, sus habitantes adquirieron la experiencia de ser casi autónomos, producto también de su aislamiento y de las tensiones que existían entre el poder local con las autoridades superiores. En lo social fue una sociedad mestiza, con cierta homogeneidad social, racial y económica, debido a su mayoría de habitantes mestizos y a la pobreza generalizada. Fue Santa Cruz de la Sierra una frontera, la frontera más avanzada de Charcas y el punto de partida para descubrir territorios ignotos con la ilusión de encontrar en ellos riquezas.¹¹²

Na segunda metade do século XIX, um grupo de empresários de Santa Cruz se estabeleceu inicialmente nas planícies do Beni, mais ao norte, e no antigo Território de Colônias (Acre e Pando) para explorar a goma elástica, estabelecendo como núcleo dessa ocupação a cidade de Riberalta, no entroncamento dos rios Beni e Madre de Dios, que mais ao norte recebe as águas do Mamoré dando lugar ao Madeira-Mamoré.

¹¹¹ DA CUNHA, Euclides. Peru versus Bolívia. São Paulo: Cultrix, 1975, p. 5.

¹¹² PEÑA HASBÚN, Paula (ed). La permanente construcción de lo cruceño. Un estudio sobre la identidad en Santa Cruz de la Sierra. Santa Cruz: Universidad Autónoma Gabriel Rene Moreno/Editorial e Imprenta Universitária/ Programa de Investigación Estratégica de Bolivia. Tercera edición 2011, p. 19.

Fueron algunos pequeños capitalistas de Santa Cruz y del Beni, como Antonio Vaca-Diez, Nicolás Suárez Callaú, Nicanor Salvatierra, Augusto Roca y otros más, quienes vieron en este negocio un buen futuro. De manera independiente o con socios europeos, empujaron la industria gomera explorando e incorporando territorios, cuya propiedad se auto-asignaron¹¹³.

As preocupações espasmódicas dos dirigentes políticos, recomendando explorar essas terras de fronteira e buscar meios de integrá-las ao imaginário nacional, ocorridas em diversos momentos a partir de 1840, só conseguiram ratificar o caráter distante, desconhecido e por vezes amedrontador para os habitantes da região andina do chamado Oriente boliviano, que inclui as chamadas terras baixas e uma diversidade de ecossistemas como a floresta amazônica úmida; os chamados *llanos*, similares aos cerrados; o pantanal boliviano; e o Chaco.

Esta situação começa a mudar durante o conflito do Acre (1899-1903), quando tropas regulares são enviadas de La Paz para combater seringueiros brasileiros que lutavam para anexar aquele território à soberania brasileira. Os empresários bolivianos que tinham como origem Santa Cruz se tornaram peça chave nesse conflito, tanto por seu conhecimento da região, quanto pelos recursos humanos e financeiros empregados para sustentar a luta contra os brasileiros. Essa participação de *cruceños* foi também relevante na Guerra do Chaco, três décadas depois, quando bolivianos e paraguaios disputavam a posse do Chaco Boreal.

Nas primeiras décadas do século XX, Santa Cruz permanecia isolada do resto do país, quando as principais cidades da Bolívia andina já se encontravam vinculadas tanto por estradas de ferro quanto por rodovias. Dionisio Foianini, nascido em Santa Cruz e mais tarde fundador da estatal boliviana de petróleo YPFB, descreve em suas memórias o longo percurso que o material hospitalar importado precisava fazer nos anos 1920 para chegar a sua cidade.

Todo ese material adquirido en diversos países europeos se concentró para su transporte a destino en Inglaterra, desde donde funcionaba una línea de barcos directos de Liverpool a Porto Velho, Brasil, para proseguir en el ferrocarril Madeira-Mamoré a Guajará Mirim, frontera con Bolivia, y de allí continuar por vía fluvial hasta el puerto de Cuatro Ojos y luego en carretones hasta Santa Cruz¹¹⁴.

¹¹³ LOPEZ BELTRÁN, Clara. La exploración y ocupación del Acre. Revista de Indias, 2001, vol. LXI, núm. 223

¹¹⁴ FOIANINI BANZER, Dionisio. Mision Cumplida. Santa Cruz: Imprensa Sirena, 1991, pp. 25-26.

Na mesma época Foianini viajou a La Paz para tirar um passaporte e viajar ao exterior com a finalidade de realizar estudos superiores.

Viajé de Santa Cruz a Cochabamba en mula, durante once días, y de allí tomé el tren para ir a La Paz, pernoctando en Oruro, proseguí al día siguiente hasta mi destino (...) La primera noche del viaje de retorno de Cochabamba a Santa Cruz, que había emprendido con algunos amigos, llegamos al fondo de un valle donde había un río que venía creciendo; impaciente por seguir lo crucé de inmediato. Al día siguiente ya el turbión me alejó del grupo que quedó en la orilla opuesta mientras yo seguía mi camino. Al quedar separado de mis amigos y con mi acémila enferma, que dejé en el lugar, proseguí a pie. Subía y bajaba cuesta tras cuesta, paso a paso, con mi pequeño equipaje, una colcha y algo de dinero para mi alimentación. Finalmente, al cabo de ocho días de viaje, muy cansado y enflaquecido de tanto andar, arribé cerca de Santa Cruz, al valle de Tarumá, que entonces parecía muy lejos de nuestra ciudad. Dormí en la casa de la familia Moreno donde me acogieron y me dieron un caballo para el último tramo, hasta mi casa¹¹⁵.

A necessidade de uma estrada de ferro para ligar Santa Cruz ao resto da Bolívia tornou-se uma prioridade dos habitantes da cidade onde seus dirigentes, organizados na Sociedad de Estudios Geográficos e Históricos, emitiram em 1904 um memorando que sintetiza as aspirações.

Una larga y dolorosa experiencia de más de 70 años, nos ha persuadido de que los pueblos occidentales de la región andina, cuyos intereses son más o menos solidarios entre sí, no toman en cuenta los intereses y el progreso de los pueblos orientales, (...)y la mayoría parlamentaria del Occidente ahoga las opiniones de la minoría del Oriente¹¹⁶.

O memorando ainda destacava os benefícios do escoamento de produtos bolivianos através dos portos do Atlântico e criticavam a escolha feita pelos sucessivos governos bolivianos de preferir a via mais longa, através do Pacífico. Esse movimento deu lugar a um forte movimento político regional com a fundação do Partido Regionalista que teve participação destacada na organização de uma revolta popular em 1924 e que instalou um governo autônomo em Santa Cruz. Tropas do Exército dissolveram o governo e reprimiram a revolta, enviando seus líderes ao exílio.

¹¹⁵ FOIANINI BANZER. Op. Cit, pp. 35-36.

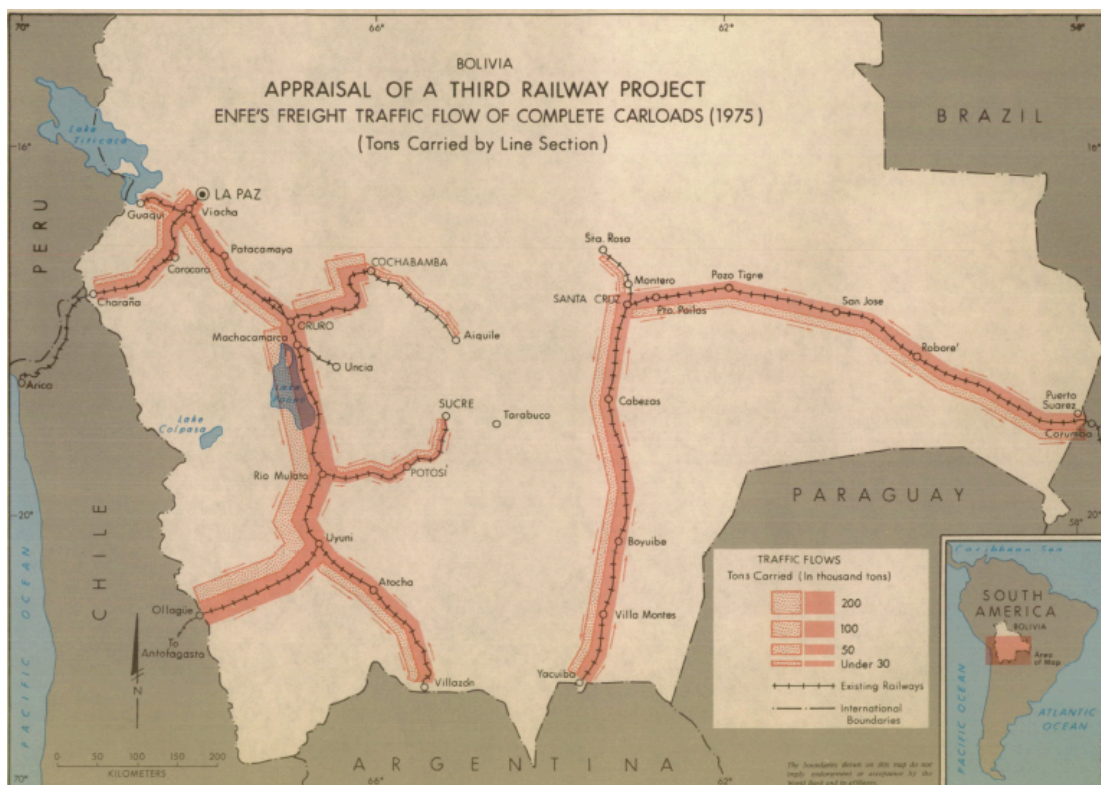
¹¹⁶ SOCIEDAD DE ESTUDIOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS de Santa Cruz. Memorandum dirigido al Honorable Congreso y a la nación sobre las ventajas del ferrocarril oriental in Peña Hasbun, Paula. Op. Cit. p. 80.

Durante o século XX as reivindicações de Santa Cruz e de outras cidades das terras baixas foram em aumento com a criação do Comitê Cívico, de caráter autonomista, cujas demandas com frequência foram interpretadas inclusive como um sentimento separatista.

Os outros departamentos que fazem parte das terras baixas ou do também chamado Oriente boliviano, Beni e Pando, foram criados por iniciativa republicana, isto é, como tentativa de fortalecer o Estado-nação. Os dois estados criados justamente por dois representantes do chamado caudilhismo militar, receberam um progressivo movimento migratório a partir de Santa Cruz. Molina identifica “Dos personajes nacionales que representan y encarnan la construcción del Estado boliviano y la defensa del territorio estatal son, a la vez, los principales héroes departamentales: José Ballivián en el Beni, y José Manuel Pando, en Pando”¹¹⁷.

As organizações cívicas dos habitantes de Santa Cruz reivindicavam a construção de uma estrada de ferro para vincular as duas regiões, mas as estradas de ferro foram construídas somente na região andina com vínculos aos portos do Pacífico. As estradas de ferro partindo de Santa Cruz somente se tornariam uma realidade na década de 1950, só que a ligaram com países vizinhos e não diretamente ao resto da Bolívia. A primeira estrada de ferro inaugurada em 1955, que vinculou Santa Cruz ao porto de Santos e a segunda, a Buenos Aires, inaugurada em 1957, expandiram os horizontes dessa cidade, e de toda uma região, com o exterior, em uma época em que as exportações de petróleo e gás anunciavam uma nova etapa na vida econômica da Bolívia. Santa Cruz rompeu seu isolamento com o resto da Bolívia em 1954 com a inauguração de uma rodovia que a ligou com a cidade de Cochabamba e com a região ocidental do país. Para realizar uma viagem de trem, de Santa Cruz ao resto da Bolívia ainda é preciso realizar uma longa viagem até Salta, na Argentina, pela ferrovia oriental e de lá até Oruro pela ferrovia ocidental.

¹¹⁷ MOLINA, Op. Cit. p. 65.



Estradas de ferro da Bolívia exibindo a inexistência de conexão entre a região andina e Santa Cruz de la Sierra. Empresa Nacional de Ferrocarriles de Bolívia.

Com a abertura da estrada ao tráfego normal de veículos, em 1954, pela primeira vez ocorreu um contato direto entre habitantes das regiões altas e das regiões baixas, em que a identificação do outro se deu como diferente. Até então, as conexões aéreas regulares, iniciadas em 1926, ligavam Santa Cruz ao resto do país, mas era um transporte restrito a elite de ambas regiões. O contato direto e corrente tornou-se uma realidade entre os andinos conhecidos como collas, termo derivado do Collasuyo, e os cambas, termo inicialmente utilizado pela população de Santa Cruz para se referir aos indígenas locais e posteriormente assumido como uma identidade étnica nas terras baixas.

A inauguração da estrada estabeleceu uma conexão direta entre duas regiões, a andina que compreendia desde os contrafortes da cordilheira e o Altiplano, e o chamado Oriente boliviano. A Bolívia experimentaria ainda nos anos 1980 uma forte corrente migratória dos Andes a Santa Cruz como efeito da crise econômica e a extinção da empresa estatal de mineração, a Corporación Minera de Bolívia.

8 A polonização

Os conflitos territoriais, a crônica instabilidade política e a indigência do Estado tornaram a possibilidade da dissolução do país um tema recorrente na história boliviana. A chamada polonização ou balcanização, que aludia à repartição territorial na Europa, foi assunto ventilado com frequência pelos países vizinhos da Bolívia em períodos de crise. De fato, o esfacelamento territorial de que foi vítima nos primeiros 110 anos de vida independente representou, grosso modo, a perda da metade da extensão territorial que havia herdado do período colonial. A continuada redução do território nacional chegou a provocar temores sobre o risco de seu desaparecimento.

En pocos años Bolivia acumuló una serie de incidentes y reclamaciones territoriales. Los vecinos –Perú, Brasil, Argentina y Paraguay– pusieron presión, a tal punto que Sánchez Bustamante (canciller boliviano 1909-1910) culpaba en parte a este contexto amenazante, la culminación y firma del Tratado de 1904. Un proceso que algunos pensaron que iba a ser terminal, de modo que hablar del reparto de Bolivia o Polonización, siguiendo el símil europeo, pasó a ser de moneda corriente en las cancillerías de la época, y no como se ha dicho una expresión privativa de la ‘diplomacia mapochina’ según la historiografía boliviana.

La consecuencia necesaria de este proceso fue la inquietud de las elites de cómo dar estabilidad a sus fronteras. En esto –la distancia es mala consejera– lo perfecto es enemigo de lo bueno. Lo bueno era solucionar el asunto con Chile y cerrar paulatinamente cada conflicto de modo de no amenazar con un proceso que podría terminar con la partición de Bolivia¹¹⁸.

A instabilidade nas fronteiras bolivianas foi uma penosa realidade para as autoridades bolivianas ao longo do século XIX: os mecanismos e recursos do Estado haviam se tornado muito débeis para enfrentar o expansionismo de países vizinhos. Do ponto de vista institucional, o Estado falhava em sua missão essencial ao não poder garantir o controle e a posse efetiva do território, o que não deixava de ter impacto nas representações que os bolivianos tinham sobre o país.

En el corazón de las representaciones bolivianas se sitúa la visión de un territorio amenazado por sus vecinos y vuelto mórbido por su vulnerabilidad. Así todos los escritos geopolíticos en este país, elaborados por civiles o militares se focalizan en

¹¹⁸ CONCHA ROBLES, José Miguel e GARAY VERA, Cristian. El Tratado de 1904, Negociaciones e intereses involucrados. La Paz: Plural Editores, 2013, p. 204.

un tema único: mostrar la legitimidad de la existencia de Bolivia. Detrás de la omnipresencia de esta cuestión se dibuja una angustia colectiva, la de la desaparición¹¹⁹.

Uma forte desconfiança permeou as relações com países vizinhos ao final de cada conflito e ressurgiu no período imediatamente posterior à Guerra do Chaco (1932-1935), a ponto de o Brasil, em resguardo dos seus próprios interesses e da estabilidade política sul-americana, assumir o papel de garantidor da integridade territorial boliviana em uma solene declaração.

El gobierno brasileño considera, por todos estos motivos, como definitivos y por tanto no susceptibles de cualesquier modificaciones, sin la previa voluntad de Bolivia, el estatuto territorial boliviano, en la parte que ese estatuto está jurídicamente definido y formalmente admitido y reconocido por él: y en cuanto a la parte de su territorio que está por definir, solo reconocerá y respetará lo que fuere libremente pactado, de acuerdo con los principios del Derecho Internacional, en general y especialmente de acuerdo con los principios contenidos en la Declaración de 3 de agosto de 1932 que, a la vez, homologa y adopta¹²⁰.

As raízes da vulnerabilidade que fazia temer pelo desaparecimento de Bolívia estariam nos frágeis vínculos entre os componentes da sociedade nacional até antes da Guerra do Chaco. O conflito foi iniciado pela decisão boliviana de assegurar um porto para o Atlântico em um território cuja soberania se encontrava indefinida após meio século de infrutíferas negociações. Com a guerra perdida, os bolivianos despertaram para a necessidade de edificar em bases mais sólidas o Estado nacional.

La Guerra del Chaco tuvo en el país el mismo efecto que la primera guerra mundial en las sociedades europeas y americanas: desarticuló e introdujo el bacilo revolucionario en el cuerpo social. Más allá de toda duda, definió la nueva agenda social y política. La primera tarea debía ser la incorporación del indígena a la sociedad boliviana. En la maraña del Chaco, en el fragor del combate, se expusieron los vicios de las fronteras raciales y de clase de la sociedad oligárquica. Los indígenas bautizaron con sangre su nueva identidad boliviana y los mestizos de las ciudades tomaron conciencia de sus raíces y de su posible poder. La segunda misión sería la de ocupar el territorio y de articular las regiones platenses, chaqueñas y

¹¹⁹ PERRIER-BRUSLÉ, Laetitia. La frontera oriental de Bolivia: ¿Como bolivianizar los márgenes del país? Sociológicas n°5, Revista de Sociología del grupo Guía, El País, Santa Cruz, Bolivia, p. 39-46. 2006.

¹²⁰ Nota anexa aos Acordos de Roboré de 25 de fevereiro 1938 in Fernandez, Gustavo. Ensayos sobre política exterior. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung e Plural. 2014. P. 29.

amazónicas con el macizo andino, núcleo originario de la nacionalidad. La guerra había revelado a los ojos asombrados de los hombres del Ande la promesa infinita de los llanos orientales. En el camino al Chaco, la nación descubrió el petróleo y la frontera agrícola de su territorio en el oriente¹²¹.

Poderíamos dizer que a nação começou a se encontrar ao final do último conflito, apesar de que a Bolívia viveu períodos muito conturbados diante de duros embates entre correntes políticas que disputavam o poder. Em dois momentos a turbulência naqueles anos chegou ao ápice: no suicídio do presidente Germán Busch (1939) e no enforcamento do presidente Gualberto Villarroel (1946), ambos destacados militares no conflito bélico.

¹²¹ FERNANDEZ SAAVEDRA. 2004. Op. Cit, p. 28.

Conclusões

Uma sociedade separada por critérios étnicos com reflexos na organização territorial é um dado da história da conquista espanhola, especialmente no império dos Incas. As diferenças baseadas no critério racial são uma característica desse ingresso de América na modernidade, e a utilização de mão de obra indígena na exploração da riqueza mineral que teve Potosí como seu símbolo. Durante o período colonial a relação entre dominadores e dominados se deu mediante pactos que preservaram as jurisdições territoriais e políticas das comunidades indígenas em troca do pagamento de um tributo.

A independência da Bolívia em 1825, com um ideário liberal, não conseguiu acabar com as instituições indígenas que atribuíam um papel central tanto às terras comunitárias quanto à organização política no interior desse importante grupo na sociedade. A resistência às mudanças, nos primeiros 55 anos da República deu lugar a governos liderados por caudilhos militares que procuravam conciliar, nem sempre com êxito, os diversos interesses corporativos entre mineradores, latifundiários e as comunidades indígenas. O Estado à época dos caudilhos militares exibe na historiografia boliviana uma série de falências determinadas pela crônica indigência. Esse Estado mínimo que seria uma constante na história boliviana até meados do século XX teve como um dos seus desafios mais importantes consolidar o patrimônio territorial herdado da jurisdição da antiga Audiência de Charcas, o tribunal com jurisdição política, sobre a qual nasceu a República da Bolívia e cuja sede era a cidade de La Plata, hoje Sucre.

Os encarregados de levar adiante essa obra de consolidação territorial haviam adotado como base de argumentação para essas tratativas os direitos conferidos por antigos tratados celebrados entre os impérios coloniais português e espanhol e as definições de jurisdições estabelecidas durante o período colonial entre as ex-colônias da Espanha. Essa árdua missão nem sempre foi fácil, uma vez que os documentos portadores de direitos na dispersa e contraditória legislação existente em diversos arquivos, foi insuficiente para fundamentar cabalmente aquilo que era considerado território nacional.

Se a historiografia fornece dados sobre documentos e argumentos utilizados nessa fase de definição das fronteiras com cinco vizinhos, os imaginários tanto da elite que negociava em nome do país, quanto da população em geral, exibiam divergências sobre a extensão

territorial. Essa imersão nos diversos imaginários nos aponta, por exemplo, a inexistência de símbolos das extensas terras baixas bolivianas que compunham dois terços do território, no escudo nacional, o que confirma a existência de representações quase exclusivamente andinas entre os homens que fizeram a independência boliviana e na maior parte da população concentrada nessa região.

Da mesma forma, se o hino nacional exaltava os feitos heroicos da independência, quase não mencionava o território como local propício ao desenvolvimento das potencialidades do novo país ou como espaços intimamente vinculados a grupos sociais que haviam lutado pela independência. É do século XX uma canção patriótica, hoje considerada como um segundo hino nacional boliviano, que nomeia cidades e diz da característica de seus ocupantes, quase como uma antecipação desse sentimento nacional que daria mais consistência à integração do território.

É nesse contexto de um Estado extremamente frágil, de ausência de forças armadas nas fronteiras, em muitos casos de inexistência de população nacional nos territórios pleiteados que começa uma progressiva redução dos contornos territoriais. A Bolívia assiste quase sem oposição na segunda metade do século XIX a uma crescente ocupação estrangeira inicialmente pacífica de terras despovoadas e nas quais o Estado não estava presente. A perda da condição marítima e do deserto de Atacama, ou das selvas onde se explorava a borracha, no Acre, foram resultado de uma conjuntura em que convergiram o expansionismo de um país como Chile, que buscava alternativas às condições geográficas que o aprisionavam entre a cordilheira andina e o mar, e a continuidade da forte tendência de avanço para o Oeste que havia caracterizado a história do Brasil. Em ambos os casos, os interesses dos dois países obedeciam a uma oportunidade definida pela expansão do capitalismo internacional e sua crescente demanda de matérias primas.

Nos dois casos, as indenizações pelas cessões territoriais, permitiram o investimento estatal em vias de comunicação, fortalecendo a vocação andina e mineira do país, mas despertaram também a necessidade de acesso ao Atlântico, buscando no Chaco Boreal o acesso perdido nas negociações com o Brasil. Essa busca por mar, como muitos a chamam, empurrou a Bolívia a um conflito bélico contra o Paraguai, em um momento em que ainda se sentiam com força os efeitos da crise que abalara a economia internacional. Paraguai, um país que havia

sido quase exterminado na Guerra da Tríplice Aliança, 60 anos antes, venceu a guerra e ficou com todo o território em disputa.

Mas, ao final da guerra em que se misturam uma estéril identificação dos culpados e desejos de mudança, começa se desenhar um novo tempo político que busca conciliar indígenas, mestiços e brancos. Todos haviam participado no esforço da guerra e agora pareciam dispostos a participar na reconstrução do país. A nação surge assim como uma construção histórica somente após o conflito bélico que envolveu toda a população.

A geração que participou da guerra criou novos partidos políticos que procuravam combater o que se chamou o Superestado mineiro e o controle dos Barões do Estanho sobre a política nacional. A chegada ao poder de uma dessas tendências, o nacionalismo revolucionário, foi marcado justamente pela nacionalização das minas e a reforma agrária, além da instituição do voto popular universal que integrou os indígenas na vida política. O governo do nacionalismo revolucionário coincidiu também com importantes obras de infraestrutura que viabilizaram a integração e intensificaram a ocupação dos amplos espaços das terras baixas.

Bibliografía

AGUIRRE, Nataniel. Juan de la Rosa, Memorias del último soldado de la Independência. Caracas: Biblioteca Digital Ayacucho, 2005.

ALBARRACÍN MILLÁN, Juan. El Superestado minero y el derrumbe de la oligarquía boliviana. La Paz: Plural Editores, 2008.

ANDERSON, Benedict. As Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ANTEZANA JUÁREZ, Luis Huáscar. Sistema y proceso ideológicos en Bolivia (1935-1979) in Ensayos Escogidos 1976-2010. La Paz: Plural Editores.

ARZANS DE ORSÚA Y VELA, Bartolomé. Historia de la Villa Imperial de Potosí, año 1549, Edição de Brown University Press, 1965 reproduzida pelo Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia.

AUAD SOTOMAYOR, Walter. Relaciones Brasil Bolivia, La definición de las fronteras. La Paz: Plural Editores, 2013, p. 23.

ARGUEDAS, Alcides. Pueblo Enfermo. La Paz: Gisbert & Cia, 1979 [1909], edição revisada com prólogo do autor de 1936.

_____. Raza de Bronce. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006.

BETANZOS, Juan de. Summa y Narración de los Incas, Edição, Introdução e Notas de Maria del Carmen Martín Rubio, Ediciones Polifemo, Madrid, 2004.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Monções. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

CONCHA ROBLES, José Miguel e GARAY VERA, Cristian. El Tratado de 1904, Negociaciones e intereses involucrados. La Paz: Plural Editores, 2013.

CONDARCO MORALES, Ramiro. Zarate, el “Temible” Willka, Historia de la rebelión indígena de 1899, Renovación, segunda edição, La Paz, 1983.

CRESPO, Alfonso. Los Aramayo de Chichas, Tres generaciones de mineros bolivianos. Barcelona: Editorial Blume, 1981.

DA CUNHA, Euclides. Peru versus Bolívia. São Paulo: Cultrix, 1975.

- DALENCE, Jose María. Bosquejo Estadístico de Bolivia. Sucre: Imprenta de Sucre, 1851.
- DEMÉLAS, Marie-Danielle: La invención política. Bolivia, Ecuador, Perú en el siglo XIX, Lima, IFEA- IEP, 2003.
- DIEZ DE MEDINA, Federico. Najjama, Introducción a la mitología andina. La Paz: Paraninfo, 1950.
- FERNÁNDEZ SAAVEDRA, Gustavo. Bolivia en el Laberinto de la Globalización. La Paz: Instituto Prisma/Plural Editores, 2004.
- _____. Nota anexa aos Acordos de Roboré de 25 de fevereiro 1938 in FERNANDEZ SAAVEDRA, Gustavo. Ensayos sobre política exterior. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung e Plural Editores. 2014.
- FOIANINI BANZER, Dionisio. Mision Cumplida. Santa Cruz: Imprensa Sirena, 1991.
- FRANCOVICH, Guillermo. Los Mitos Profundos de Bolivia. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1980.
- GARCILAZO DE LA VEGA, Inca. Comentários Reales de los Incas [1609], 2 vol. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.
- GLAVE, Luis Miguel. Trajinantes, caminos indígenas en la sociedad colonial, siglos XVI-XVII, Cusco, Peru: Instituto de Apoyo Agrario, 1989.
- GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independencias: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Mexico: Fondo de Cultura Económica/Editorial Mapfre, 1993, segunda edição.
- _____. “Introducción”, en Annino, A. y Guerra, F.-X. (coords.), Inventando la nación. Iberoamérica. Siglo XIX, México, Fondo de Cultura Económica, 2003.
- IRUROZQUI, M. Los hombres chacales en armas. Militarización y criminalización indígenas en la Revolución Federal de 1899. En Irurozqui. M. (ed.) La mirada esquiua. Reflexiones históricas sobre la interacción del Estado y la ciudadanía en los Andes (Bolivia, Ecuador y Perú), siglo XIX. (pp. 285- 320). Madrid: CSIC, 2005.
- KLEIN, Herbert. Historia de Bolivia. Terceira edição aumentada e corrigida. Versión castellana de Josep Barnadas. La Paz: Librería Editorial GUM, 1982.
- LASERNA, Roberto e outros. La Trampa del Rentismo. La Paz: Fundación Milenio, 3a edição corregida y aumentada 2013 [2006].

MENDIETA, Pilar. Entre la alianza y la confrontación, Pablo Zárate Willka y la rebelión de 1899 en Bolivia. La Paz: Plural Editores, Instituto de Estudios Bolivianos, Instituto Francés de Estudios Andinos, Asdi. 2010.

MENDOZA, Jaime. El Macizo Boliviano. La Paz: Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, 1957.

MITRE, Antonio. O dilema do Centauro, Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Editora UFMG, Série Humanitas, 2003.

MOLINA, Wilder. Estado, Identidades Territoriales y Autonomias en la región amazónica de Bolivia. PIEB, La Paz, 2008.

MONTENEGRO, Carlos. Nacionalismo y Coloniaje. La Paz: Ediciones Los Amigos del Libro, 1982 [1953], sexta edição.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORENO, Gabriel René. Últimos días coloniales en el Alto Perú. Santiago: Imprenta Cervantes, 1896.

PENTLAND, Joseph Barclay. Informe sobre Bolivia 1826. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia. Sucre: Casa de la Moneda, 1975. Vol. 3.

PEÑA HASBÚN, Paula (ed). La Permanente construcción de lo cruceño. Un estudio sobre la identidad en Santa Cruz de la Sierra. Santa Cruz: Universidad Autónoma Gabriel Rene Moreno/Editorial e Imprenta Universitária/Programa de Investigación Estratégica de Bolivia. Tercera edición 2011.

POMA DE AYALA, Felipe Guamán. Nueva Cronica y Buen Gobierno [1615]. Transcrição, Prólogo, Notas e Cronologia de Franklin Pease. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1980.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. Llallagua. Historia de una Montaña. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1977.

_____. Masamaclay, Historia política, diplomática y militar de la Guerra del Chaco, segunda edición ampliada. La Paz: Los amigos del libro, 1975.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, em Edgardo Lander, org. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas, Colección Sur Sur, Clacso, Buenos Aires, 2005.

RENARD CAZEVITS, F M, SAIGNES, Th, e TAYLOR, A C. Al Este de los Andes, Relaciones entre las sociedades amazónicas y andinas entre los siglos XV y XVII. Quito: Ediciones Abya-Yala/Instituto de Estudios Andinos, 1988.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. De Tupac Katari a Evo Morales em Bolivia en el Inicio del Pachakuti, La larga lucha anticolonial de los pueblos aymara y quechua. Madrid: Ediciones Akal, 2011. Plataforma Kindle.

_____. La raíz: colonizadores y colonizados in Albó, Xavier e Barrios, Raul (coord) Violencias encubiertas en Bolivia. La Paz: Cipca/Aruwiyiri, 2000.

_____. Oprimidos pero no vencidos, Luchas del campesinado aymara y quechua 1900-1980. La Paz: La Mirada Salvaje, cuarta edição, 2010.

_____. Violencias encubiertas en Bolivia. La Paz: La Mirada Salvaje – Editorial Piedra Rota, 2010.

ROCA, José Luis. Ni con Lima, ni con Buenos Aires, La formación de un Estado Nacional en Charcas. La Paz: Plural Editores – Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA), [2007] 2011, segunda edição.

RODRIGUEZ OSTRIA, Gustavo. Morir, Matando – Poder, Guerra e Insurrección en Cochabamba – 1781-1812. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2012.

ROJAS ORTUSTE, Gonzalo. Cultura política de las élites en Bolivia. La Paz: Centro de Investigación y Promoción del Campesinado/ Fundación Friedrich Ebert, 2009.

ROMERO PITTARI, Salvador. Las Claudinas: Libros y sensibilidades a principios de siglo en Bolivia. La Paz: Caraspa Editores, Serie investigaciones sociales, 1998.

SAIGNES, Thierry. Los Andes Orientales, Historia de un Olvido. Nova edição online. Lima: Institut français d'études andines, 1985 (gerado em 3 setembro de 2014). Disponível no endereço: <[http:// books.openedition.org/ifea/1569](http://books.openedition.org/ifea/1569)>. ISBN: 9782821846067.

SANJINÉS, Javier. El espejismo del mestizaje. La Paz: Programa de Investigación Estratégica de Bolivia (PIEB), segunda edición, 2014.

_____ El mestizaje en vilo: una propuesta alternativa, em Desarrollo e Interculturalidad, Imaginario y Diferencia: la Nacion en el Mundo Andino, Academia de la Latinidad, Rio de Janeiro.

STEFANONI, Pablo. Que hacer con los índios. La Paz: Plural editores, 2010.

TAMAYO, Franz. Creación de la Pedagogía Nacional. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

_____. Para Siempre! Folheto publicado pelo autor em La Paz, 1942.

THOMSON, Sinclair. Cuando sólo reinasen los indios. La política aymara en la era de la insurgencia. La Paz: La Mirada Salvaje, Terceira edição, 2010, p. 76.

TICONA, Esteban. Bolivia en el Inicio del Pachakuti, La larga lucha anticolonial de los pueblos aymara y quechua. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

_____. Estado boliviano versus pueblos indígenas publicado em La Razón, 6 de agosto de 2012, disponível na internet.

Documentos

Recopilación de las leyes de los Reinos de las Indias, libro II, Título XV, De las Audiencias y Cancillerías Reales de las Indias, versão facsimile do original de 1680, consultado no endereço: <http://www.congreso.gob.pe/ntley/Imagenes/LeyIndia/0102015.pdf> em 25 de agosto de 2014.

Anónimo, Relación Histórica de los sucesos de la rebelión de José Gabriel Tupac Amaru en las provincias del Peru, el año de 1780, Biblioteca Virtual Universal 2003, no endereço: www.biblioteca.org.ar/libros/8721.pdf

LEY N° 05: de 05-10-1874 – Tierras de comunidad. Su exvinculacion: impuesto que deben pagar los propietarios: mesas revisitadoras. Disponível no endereço: <http://www.leyes.biz/ley-no-05-del-05-10-1874-tierras-de-comunidad-su-exvinculacion-impuesto-que-deben-pagar-los-propietarios-mesas-revisitadoras/> consultado em 03 de outubro de 2014.

Nota anexa aos Acordos de Roboré de 25 de fevereiro 1938 in Fernandez, Gustavo. Ensayos sobre política exterior. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung e Plural. 2014.

Teses

GUI TERAS, Anna. Para una historia del Beni, Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX. Tese de Doutorado, Universidade de Barcelona, 2011. Consultada em 26 06 2013 no seguinte endereço:

http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/52876/08.AGM_8de9.pdf;jsessionid=0A1819BC8ED9C5D78F808F1BABFD97C1.tdx2?sequence=8

Artigos

BOUYSSSE-CASSAGNE, Thérèse e SAIGNES, Thierry. El Cholo; actor olvidado de la historia em Etnicidad, Economía y Simbolismo en los Andes, II Congreso Internacional de Ethnohistoria, Coroico, Bolivia. Silvia Barragán (org). Instituto Francés de Estudios Andinos publicado na plataforma Open Edition.

ESCUDE, Carlos. Las identidades nacionales en América Latina y en Europa. Serie Documentos de Trabajo, Universidad del CEMA: Área: Ciencia política, No. 405, ISBN 978-987-1062-46-1.

GARCÉS, Fernando. Los indígenas y su Estado (pluri)nacional: una Mirada al proceso constituyente boliviano. Cochabamba: UMSS/Clacso.

GOMES, David. Estado, nacionalismo y exclusión ciudadana: apuntes históricos desde el caso boliviano. Madrid: Cuadernos de Historia Moderna. 2012, XI, pags. 199-216.

IRUROZQUI, Marta. Ebrios, vagos y analfabetos: El sufragio restringido en Bolivia, 1826-1952. Revista de Indias, 1996, Vol LVI, número 208. p. 699.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Caminho de Chiquitos às missões guaranis (1690 a 1718), Revista de História, USP, número 39.

LOPEZ BELTRÁN, Clara. La exploración y ocupación del Acre. Revista de Indias, 2001, vol. LXI, núm. 223.

MENDIETA, Pilar. Caminantes entre dos mundos: Los apoderados indígenas en Bolivia (Siglo XIX). Madrid: Revista de Indias, 2006, vol. LXVI, núm. 238.

O'PHELAN GODOY, Scarlett. La rebelión de Tupac Amaru: Organización interna, dirigencia y alianzas. Historica, Vol III, No 2 Diciembre 1979.

OTERO, María Eugenia. "El impacto sociopolítico de las vías de comunicación en la Amazonia. El caso del Acre durante el ciclo del caucho" (pp. 155-194)

_____. "La inserción de Bolivia en un sistema de comunicaciones: el proyecto amazónico de Vicente Pazos Kanki (pp. 31-76)

PERRIER-BRUSLÉ, Laetitia. La frontera oriental de Bolivia: ¿Como bolivianizar los márgenes del país? Sociologicas n°5, Revista de Sociología del grupo Guia, El Pais, Santa Cruz, Bolivia, 2006.

REY NORES, María Inés y Rey Nores, María Isabel. "Estado boliviano: ideología y comunicaciones en la alternativa platense (1840-1890), pp. 77-154.

RIVERA, Julián. La Mita en los siglos XVI y XVII. Revista Temas Americanistas, Universidad de Sevilla, Número 7, 1990.

ROMERO PITTARI, Salvador. Caudillos, Estado de Derecho y constituciones en Bolivia. La Paz: Revista Opiniones y Análisis, numero 96, 2008,

TAGUIEFF, Pierre André. El Racismo, em Cahier du CEVII 'OF, núm 20, 1998.

TICONA, Esteban. "Estado boliviano versus pueblos indígenas", artigo publicado no jornal La Razón, La Paz, 6 de agosto de 2012, disponível na internet.